



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria da Escola Judicial
Seção de Biblioteca



**BIBLIOGRAFIA DAS MULHERES JURISTAS DA
JUSTIÇA DO TRABALHO DE MINAS GERAIS:**
acervo da Biblioteca do Tribunal Regional do
Trabalho da 3ª Região - Escola Judicial

**BIBLIOGRAFIA DAS MULHERES JURISTAS DA
JUSTIÇA DO TRABALHO DE MINAS GERAIS:**
acervo da Biblioteca do Tribunal Regional do
Trabalho da 3ª Região - Escola Judicial

Atualização: janeiro de 2024



Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Secretaria da Escola Judicial
Seção de Biblioteca

**BIBLIOGRAFIA DAS MULHERES JURISTAS DA
JUSTIÇA DO TRABALHO DE MINAS GERAIS:**
acervo da Biblioteca do Tribunal Regional do
Trabalho da 3ª Região - Escola Judicial

Atualização: janeiro de 2024

Coordenação:
Escola Judicial

Organização:
Seção de Biblioteca

Belo Horizonte
2024

© 2024 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho de 3ª Região. Secretaria da Escola Judicial. Seção de Biblioteca. Permitida a reprodução de qualquer parte, desde que citada a fonte.



Realização: Tribunal Regional do Trabalho de 3ª Região

Presidente: Desembargadora Denise Alves Horta

Coordenação: Escola Judicial

Diretora: Desembargador Emerson José Alves Lage (2º Vice Presidente)

Coordenador Acadêmico: Juiz Cleber Lúcio de Almeida

Secretário: Fernando Brescia dos Reis

Organização: Seção de Biblioteca

Organizadora: Márcia Lúcia Neves Pimenta (CRB-6/1485)

Equipe técnica:

Bruno Taunay Gripp Mota - Bibliotecário (CRB 2617)

Guilherme da Cruz e Zica

Márcia de Moraes Tinôco Lamego

Sandro Pires Bastos

Túlio Manoel Leles de Siqueira

Wesley de Oliveira Souza Almeida

Estagiárias:

Beatriz de Paula Silva (Biblioteconomia)

Helen Drosghic Melo Araújo (Direito)

Endereço para correspondência: biblioteca@trte.jus.br

B823m

Brasil. Tribunal Regional do Trabalho (3ª Região). Secretaria da Escola Judicial. Seção de Biblioteca.

Bibliografia das Mulheres Juristas da Justiça do Trabalho de Minas Gerais: acervo da Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Escola Judicial. [recurso Eletrônico] / TRT3, Organizadora: Márcia Lúcia Neves Pimenta. -- Belo Horizonte: TRT3, 2024. e-book ; 148 p.

1. Bibliografia 2. Direito do Trabalho. 3. Poder Judiciário. 4. Mulher – atuação. I. Pimenta, Márcia Lúcia Neves (org.). II. Título.

CDU 016:331(81)

Mas é preciso ter força,
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria mistura a dor e a alegria

Fernando Brant, Milton Nascimento

Sumário

PREFÁCIO.....	5
1. INTRODUÇÃO.....	7
2. MULHERES PIONEIRAS.....	8
3. MULHERES JURISTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE MINAS GERAIS - MAGISTRADAS.....	11
3.1 Obras das magistradas no acervo da Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Escola Judicial.....	13
4. MULHERES JURISTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE MINAS GERAIS - SERVIDORAS.....	92
4.1 Obras das servidoras no acervo da Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Escola Judicial.....	94
5. LEGISLAÇÃO.....	128
REFERÊNCIAS.....	147

PREFÁCIO

Esta obra visa atender, parcialmente, às exigências definidas pela Resolução n. 255 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 4 de setembro de 2018, que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário. O ato foi assinado pela então Presidente do CNJ, Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do Supremo Tribunal Federal. Entre as motivações da resolução e da iniciativa ora conduzida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região para a produção desta Bibliografia das Mulheres Juristas estão a busca pela efetivação do direito fundamental de igualdade entre homens e mulheres, definido na Constituição da República, o compromisso internacional assumido pelo Brasil na Convenção das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, bem como o esforço para se alcançar o 5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) acerca da igualdade de gênero.

O Diagnóstico da Participação Feminina no Poder Judiciário, divulgado pelo CNJ, em 2019, além de relatórios de acompanhamento anual do ODS 5 da Agenda 2030, publicados pela ONU, em 2020, concluíram que a igualdade de gênero permanecia uma realidade distante de ser atingida. A sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados com a família, a desigualdade de renda no trabalho e a discrepância da representação feminina em cargos de liderança em relação aos homens são fatores que dificultam a consecução da equidade de gênero, mas que, ao mesmo tempo, reforçam o apelo por mudanças e o interesse dessas iniciativas para o futuro.

A Bibliografia das Mulheres Juristas do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, que compila a produção intelectual de magistradas e servidoras, disponíveis no acervo físico e digital de nossa Biblioteca institucional, representa uma dessas iniciativas de

transformação, em plena consonância com os esforços do Tribunal para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Este Tribunal se orgulha de entregar esta bibliografia, por sua relevância para a promoção das obras jurídicas feitas por mulheres que engrandecem a história de nossa instituição.

Desembargadora Denise Alves Horta

Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Desembargador Emerson José Alves Lage

2º Vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Diretor da Escola Judicial

1. INTRODUÇÃO

A Escola Judicial apresenta o livro “Bibliografia das Mulheres Juristas da Justiça do Trabalho de Minas Gerais: acervo da Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Escola Judicial”.

A Bibliografia tem o objetivo de unificar a fonte de buscas a um conjunto de livros, capítulos de livros, artigos, trabalhos apresentados em congressos, seminários, encontros, além de dissertações e teses de autoria, coordenação e organização das juristas da justiça laboral mineira (magistradas e servidoras) que constam no acervo físico da Biblioteca e na Biblioteca Digital do TRT da 3ª Região. Trata-se de uma homenagem a todas as mulheres do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

A Bibliografia está organizada em ordem alfabética, de acordo com as normas de referências da NBR 6023, da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Em algumas das referências elencadas, é possível consultar a disponibilidade da obra no acervo e acessar a íntegra de artigos.

A publicação reúne, ainda, em ordem cronológica, os principais atos normativos trabalhistas, civis, penais, previdenciários e políticos, historicamente editados para a promoção dos direitos das mulheres.

Apesar do esforço empreendido para a compilação das referências, é possível que algumas juristas e obras não tenham sido citadas. Diante disso, nos colocamos à disposição para revisão e atualização permanente desta Bibliografia.

Nós, bibliotecários, servidores e estagiários envolvidos na publicação da obra, orgulhamo-nos de entregar esta Bibliografia e, assim, contribuir para a preservação da memória e a valorização da produção intelectual das mulheres que integram a Justiça Trabalhista de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 08 de março de 2024.

2. MULHERES PIONEIRAS

Apresentamos algumas mulheres de destaque na Justiça Trabalhista de Minas Gerais.

Myrthes Tostes Ferreira - Primeira juíza do TRT3

Por meio de decreto, em 14/8/1970, tendo em vista sua aprovação em concurso público, foi a primeira mulher a ser nomeada para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 3ª Região da Justiça do Trabalho. Tomou posse e entrou em exercício em 8/9/1970. Promovida para o cargo de Juiz-Presidente da JCJ de Anápolis/GO, em que tomou posse e entrou em exercício em 15/1/1975. Sua última atuação neste Tribunal foi no cargo de Juiz-Presidente da JCJ de Conselheiro Lafaiete/MG. Aposentou-se em 6/6/2008, de acordo com o Ato TRT/SGP-014/2008- A, publicado no DJMG-7/6/2008.

Referência: <https://www.tst.jus.br/primeiramagistrada-trt03>

Alice Monteiro de Barros - Desembargadora e uma das principais juristas brasileiras da área trabalhista

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Jurista e professora da UFMG, onde se aposentou em 2008, tem diversos livros e artigos publicados, notoriamente, na área trabalhista. Homenageada em sessão plenária de 15/10/2012, no Tribunal Superior do Trabalho (TST), assim a ela se referiu o então presidente daquela corte, ministro João Oreste Dalazen, "A ilustre professora não

apenas era uma das mais cultas, poderosas e inteligentes magistradas da Justiça do Trabalho, como também conciliou com singular proficiência o exercício da magistratura com a atividade de docência, inclusive na literatura jurídico-trabalhista, ao ponto de se tornar uma doutrinadora de renome”.

Referência: <https://trt-3.jusbrasil.com.br/noticias/116481777/morre-desembargadora-alice-monteiro-de-barros>

Deoclecia Amorelli Dias - primeira mulher presidente do TRT3

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Aprovada em concurso público para os cargos de juíza de Direito do Estado de Minas Gerais, em 1976, e de procuradora do Trabalho da Procuradoria-Geral da Justiça do Trabalho, em 1982. Ingressou na magistratura trabalhista em 1993, em vaga destinada a membro do Ministério Público do Trabalho. Tomou posse no dia 1º/9/2011, como a primeira presidente mulher do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Em seu discurso de posse, destacou a luta diária e incessante das mulheres na sociedade:

“[...] foi preciso a Lei Maria da Penha, e, antes dela, que a própria Maria da Penha, Mari Fernandes despertasse a consciência do país para a necessidade de combater a crueldade bruta da violência doméstica e familiar. [...] as mulheres têm renda inferior a dos homens, taxa superior de desemprego, exercem profissões menos valorizadas, são a maior parte da população pobre e sofrem da distribuição desigual das tarefas domésticas. [...] E afinal, e agora termino, com um grito de Clarice Lispector: "Eu sou mansa, mas minha função de viver é feroz".

Referência: <https://trt-3.jusbrasil.com.br/noticias/2824860/deoclecia-amorelli-dias-e-empossada-na-presidencia-do-trt-mg>

Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt - Primeira brasileira do Tribunal de Apelação do Sistema de Justiça Interna das Nações Unidas (UNAT)

Graduada em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, desde 1994, após aprovação em primeiro lugar no concurso público para o cargo. Obteve o título de Doutora em Direito pela Universidade de Paris II (Panthéon-Assas) e foi a primeira brasileira a ocupar o cargo de juíza do Tribunal de Apelação do Sistema de Justiça Interna das Nações Unidas (UNAT).

Referência: <https://portal.trt3.jus.br/internet/conheca-o-trt/comunicacao/noticias-institucionais/importadas%202015-2016/magistrada-do-trt3-toma-posse-como-juiza-do-tribunal-de-apelacoes-das-nacoes-unidas-01-07-2016-16-01-acs>

3. MULHERES JURISTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE MINAS GERAIS - MAGISTRADAS

1. ADRIANA CAMPOS DE SOUZA FREIRE PIMENTA
2. ADRIANA GOULART DE SENA ORSINI
3. ALICE LOPES AMARAL
4. ALICE MONTEIRO DE BARROS
5. ALINE PAULA BONNA
6. ANA LUIZA FISCHER TEIXEIRA DE SOUZA MENDONÇA
7. ANA MARIA ESPÍ CAVALCANTI
8. ANNA CAROLINA MARQUES GONTIJO
9. ANDREA BUTTLER
10. ANDRÉA RODRIGUES DE MORAIS
11. ANDRESSA BATISTA DE OLIVEIRA
12. ANGELA CASTILHO ROGEDO RIBEIRO
13. CARINA RODRIGUES BICALHO
14. CAROLINA LOBATO GOES DE ARAÚJO BARROSO
15. CAROLINA SILVA SILVINO ASSUNÇÃO
16. CRISTIANA SOARES CAMPOS
17. DANIELA TORRES CONCEIÇÃO
18. DENISE ALVES HORTA
19. DEOCLÉCIA AMORELLI DIAS
20. EMÍLIA LIMA FACCHINI
21. FABIANA ALVES MARRA
22. FLÁVIA CRISTINA ROSSI DUTRA
23. FLÁVIA FONSECA PARREIRA STORTI
24. GISELE DE CÁSSIA VIEIRA DIAS MACEDO
25. GRAÇA MARIA BORGES DE FREITAS
26. HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS
27. ILMA MARIA BRAGA
28. JANE DIAS DO AMARAL
29. JESSICA GRAZIELLE ANDRADE MARTINS
30. JULIANA VIGNOLI CORDEIRO

31. LUCIANA ALVES VIOTTI
32. LUCILDE D'AJUDA LYRA DE ALMEIDA
33. LUCILÉA LAGE DIAS RODRIGUES
34. MARIA AUXILIADORA MACHADO LIMA
35. MARIA CECÍLIA ALVES PINTO
36. MARIA CRISTINA DINIZ CAIXETA
37. MARIA LAURA FRANCO LIMA DE FARI
38. MARIA LÚCIA CARDOSO DE MAGALHÃES
39. MARIA RAQUEL FERRAZ ZAGARI VALENTIM
40. MARISTELA ÍRIS DA SILVA MALHEIROS
41. MARTHA HALFELD FURTADO DE MENDONÇA SCHMIDT
42. MÔNICA SETTE LOPES
43. NANCI DE MELO E SILVA
44. NATÁLIA AZEVEDO SENA
45. NATÁLIA QUEIROZ CABRAL RODRIGUES
46. PAOLA BARBOSA DE MELO
47. PATRÍCIA VIEIRA NUNES DE CARVALHO
48. PAULA OLIVEIRA CANTELLI
49. RACHEL FREIRE DE ABREU NETA
50. RITA DE CASSIA DE CASTRO OLIVEIRA
51. ROSEMARY DE OLIVEIRA PIRES AFONSO
52. SAMANTHA DA SILVA HASSEN BORGES
53. SIMONE SOARES BERNARDES
54. SOLAINY BELTRÃO DOS SANTOS
55. SOLANGE BARBOSA DE CASTRO AMARAL
56. SÔNIA MARIA REZENDE VERGARA
57. STELLA FIÚZA CANÇADO
58. SUELI TEIXEIRA
59. TAISA MARIA MACENA DE LIMA
60. TÂNIA MARA GUIMARÃES PENA
61. THAIS MACEDO MARTINS SARAPU
62. WANESSA MENDES DE ARAUJO AMORIM
64. WILMÉIA DA COSTA BENEVIDES
65. ZAIDA JOSÉ DOS SANTOS

3.1 Obras das magistradas no acervo da Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Escola Judicial

ABREU NETA, Rachel Freire. Ativismo judicial do TST e princípio da proporcionalidade. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região**, Goiânia, v. 14, p. 310-318, jan./dez. 2011.

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. A agenda 2030 da ONU: reflexões sobre a condição da mulher e a diversidade de gênero no combate à discriminação e na afirmação do trabalho decente. *In*: AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; HORTA, Denise Alves; CANTELLI, Paula Oliveira; CAIXETA, Maria Cristina Diniz (coord.). **O gênero e a cadeia discriminatória no mundo do trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2023. 557 p. 83-110.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. Aviso prévio - Dispensa do cumprimento - Art. 477/CLT. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (org.). **Direito do trabalho aplicado**. 1 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1995, v. 4, p. 583-585.

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. Aviso prévio proporcional - Inaplicabilidade imediata. *In*: BARROS, Alice Monteiro de. (org.). **Direito do trabalho aplicado**. 1 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1995, v. 4, p. 615-618.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. Aviso prévio - Não redução horária - Repetição. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (org.). **Curso de direito aplicado**. 1 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1995, v.4, p. 553-557.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. **Contrato de trabalho**: análise crítica da natureza jurídica da relação de emprego. Belo Horizonte: RTM Educacional, 2023. 100 p.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. A crise econômica global, o direito do trabalho e a Justiça do trabalho: o donné e o construit de François Géní. **Revista Trabalhista: direito e processo**, Brasília, Anamatra, v. 9, n. 34, p. 24-34, abr. 2010.

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. A cooperação jurídica internacional como vetor dúplice de efetividade do processo e de indispensabilidade da justiça do trabalho. *In*: AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires et al. (coord.). **Direito, trabalho e justiça: novos horizontes - estudos em homenagem ao Professor Antônio Álvares da Silva**. Belo Horizonte: RTM, 2023. p. 217-222.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. Diárias. Apuração da real natureza. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (org.). **Direito do trabalho aplicado**. 1 ed., Belo Horizonte: Del Rey, 1994, v. 3, p. 441-444.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires et al. (coord.). **Direito, trabalho e justiça: novos horizontes - estudos em homenagem ao Professor Antônio Álvares da Silva**. Belo Horizonte: RTM, 2023. 323 p.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. A efetividade do processo: as novidades introduzidas pelo CPC de 2015 e a possibilidade de sua adoção no direito processual do trabalho. *In*: Faria, Fernanda Nigri et al. (coord.). **Direito do trabalho e direito processual do trabalho: estudos avançados**. São Paulo: LTr, 2017. p. 89-96.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. Equiparação salarial - Isonomia - Readaptados. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (org.). **Direito do trabalho aplicado**. 1 ed., Belo Horizonte: Del Rey, 1994, v. 3, p. 665-668.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. Estabilidade gestante - Conversão em indenização. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (org.). **Direito do trabalho aplicado**. 1 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1995, v. 4, p. 735-741.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. Estabilidade negada - Má fé da gestante. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (org.). **Direito do trabalho aplicado**. 1 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1995, v. 4, p. 745-746.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. Estabilidade - Renúncia através de demissão. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (org.). **Direito do trabalho aplicado**. 1 ed., Belo horizonte: Del Rey, 1995, v. 4, p. 853-858.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. Falência e recuperação judicial: uma abordagem à luz da proteção laboral. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coord.). **ABC da execução trabalhista: teoria e prática**. São Paulo: LTr, 2014. p. 67-72

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. O juiz, as partes e os procuradores: interfaces do NCPC no processo do trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 61, n. 92, p. 255-278, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27279>. Acesso em: 1 fev. 2023.

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. Da jurisdição e da competência da justiça do trabalho. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Compêndio de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1998. p. 110-142.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. Da jurisdição e da competência da justiça do trabalho. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Compêndio de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2002. p. 112-145.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. O trabalho do menor. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Curso de direito do trabalho: estudos em memória de Célio Goyatá**. 3 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: LTr, 1997. v. 1, p. 611-641.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; BARBOSA, Arnaldo Afonso. Da dignidade da pessoa do trabalhador à dignidade da humanidade : a ampliação tuitiva a todas as relações de trabalho do século XXI. *In*: DELGADO, Gabriela Neves (coord.). **Direito fundamental ao trabalho digno no século XXI: principiologia, dimensões e interfaces no Estado Democrático de Direito**. São Paulo: LTr, 2020. v. 1, p. 123-132.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; BARBOSA, Arnaldo Afonso. A dimensão patrimonial do dano moral na reforma trabalhista: análise e questionamentos acerca dos novos arts. 223-a a 223-g da CLT. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO DO TRABALHO E DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL 1., 2017, Brasília. **Anais [...]**. São Paulo: LTr, 2017. p. 334-348.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; BARBOSA, Arnaldo Afonso. O direito intertemporal e a reforma trabalhista: questões de direito material e processual a serem enfrentadas com o advento da Lei n. 13.467/2017. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, Edição especial, p. 369-410, nov. 2017. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/35812>. Acesso: 1 fev. 2023.

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; BARBOSA, Arnaldo Afonso. **A prevalência do negociado sobre o legislado**: reflexões críticas à constitucionalidade do art. 611-A da CLT. Belo Horizonte: RTM, 2018. 93 p.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; BARBOSA, Arnaldo Afonso. **A prevalência do negociado sobre o legislado**: reflexões sobre a constitucionalidade do art.611-A da CLT à luz da atual jurisprudência consolidada do STF. 2. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: RTM, 2023.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; BARBOSA, Arnaldo Afonso. O princípio da proteção no processo do trabalho à luz do CPC de 2015 e da CLT após a reforma trabalhista. *In*: KOURY, Luiz Ronan Neves; ALMEIDA, Wânia Guimarães Rabêllo de; ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino (coord.). **O direito processual do trabalho na perspectiva do código de processo civil e da reforma trabalhista**: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017. São Paulo: LTr, 2017. p. 18-26.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; DIAS, Ana Cláudia Barbosa. A prova no CPC de 2015 e no processo do trabalho: a distribuição do ônus probatório e seus questionamentos. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 62, n. 93, p. 109-122, jan./jun. 2016. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/28907>. Acesso: 1 fev. 2023.

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta; MARANHÃO, Ney (coord.). **Contratos flexíveis na reforma trabalhista**: trabalho em

tempo parcial, teletrabalho, trabalho intermitente, trabalhador hipersuficiente e terceirização. Belo Horizonte: RTM, 2019; 431 p.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; HORTA, Denise Alves; CANTELLI, Paula Oliveira; CAIXETA, Maria Cristina Diniz (coord.). **O gênero e a cadeia discriminatória no mundo do trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2023. 557 p.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; LORENTZ, Lutiana Nacur; BARBOSA, Arnaldo Afonso (coord.). **A reforma trabalhista**: (lei n. 13.467/2017): na visão dos magistrados do trabalho, procuradores do trabalho e advogados trabalhistas. Belo Horizonte: RTM, 2019. p. 838.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; MARANHÃO, Ney Stany Moraes. As novas e desafiantes formas flexíveis de contratação no contexto reducionista tutelar da Lei n. 13.467/17. *In*: AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta; MARANHÃO, Ney (coord.). **Contratos flexíveis na reforma trabalhista**: trabalho em tempo parcial, teletrabalho, trabalho intermitente, trabalhador hipersuficiente e terceirização. Belo Horizonte: RTM, 2019. p. 13-31.

[Disponibilidade da obra](#)

AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; PIMENTA, Raquel Betty de Castro. O controle de convencionalidade da lei n. 13.467/17 na jurisprudência trabalhista. *In*: PIRES, Rosemary de Oliveira; LORENTZ, Lutiana Nacur; BARBOSA, Arnaldo Afonso (coord.). **A reforma trabalhista**: (lei n. 13.467/2017): na visão dos magistrados do trabalho, procuradores do trabalho e advogados trabalhistas. Belo Horizonte: RTM, 2019. p. 57-70.

[Disponibilidade da obra](#)

ALEXY, Robert; TRIVISONNO, Alexandre Travessoni Gomes; SALIBA, Aziz Tuffi; LOPES, Mônica Sette (org.). **Princípios formais**: e outros aspectos da teoria discursiva do direito. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. 143 p.

[Disponibilidade da obra](#)

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. Algumas reflexões sobre o ensino à distância no Brasil. **O Trabalho** - encarte da revista "Trabalho em Revista" – Doutrina, São Paulo, n. 130, p. 4204- 4207, dez. 2007.

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. Aplicação do princípio da cooperação, previsto no novo código de processo civil ao processo do trabalho. *In*: SOARES, Marcelo (org.).

Direito do trabalho na contemporaneidade: em homenagem ao des. Dr. Júlio Bernardo do Carmo. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017. p. 105-116.

[Disponibilidade da obra](#)

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. A prestação de serviços em regime de teletrabalho à luz da regulamentação instituída pela reforma trabalhista. *In:* HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de (coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho:** reforma trabalhista principais alterações - atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017. São Paulo: LTr, 2018. p. 137-145.

[Disponibilidade da obra](#)

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. Efeitos dos embargos de declaração. *In:* EÇA, Vitor Salino de Moura (coord.). **Embargos de declaração no processo do trabalho.** São Paulo: LTr, 2010. p. 133-145.

[Disponibilidade da obra](#)

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. Execução fiscal: questões relevantes sobre as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do Ministério do Trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 41, n. 71, p. 121-126, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27030>. Acesso em: 31 jan. 2023.

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. Garantias. *In:* RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coord.). **ABC da execução trabalhista: teoria e prática.** São Paulo: LTr, 2014. p. 77-80.

[Disponibilidade da obra](#)

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. Indenização por dano moral decorrente de acidente de trabalho. A questão da regra de transição a que se refere o Artigo 2028 do Novo Código Civil. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região**, São Luís, v. 15, n. 1, p. 150-157, jan./dez. 2005.

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. Indenização por dano moral decorrente de acidente de trabalho - a questão da regra de transição a que se refere o artigo 2.028 do novo Código Civil. **Revista Ltr**, São Paulo, v. 70, n. 2, p. 222-225, fev. 2006.

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. A negociação coletiva como instrumento de harmonização das relações de trabalho. **Revista Ltr: Legislação do Trabalho**. São Paulo, v. 68, n. 9, p. 1.073- 1.077, set. 2004.

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. A negociação coletiva como instrumento de harmonização das relações de trabalho. **Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, v. 16, n. 187, p. 32-41, jan. 2005.

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. A negociação coletiva como instrumento de harmonização das relações de trabalho. **Synthesis**, São Paulo, n. 40, p. 150-152, jan./jul. 2005.

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. A negociação coletiva como instrumento de harmonização das relações de trabalho. **COAD**, Brasília, DF, v. 39, n. 18, p. 167-164, maio 2005.

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. A prestação de serviços em regime de teletrabalho à luz da regulamentação instituída pela reforma trabalhista. *In*: HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de (coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho: reforma trabalhista, principais alterações: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017**. São Paulo: LTr, 2018. p. 137- 145.

[Disponibilidade da obra](#)

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. A reforma trabalhista brasileira. **LTr - Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 41, n. 32, p. 127-130, 2005.

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. Súmula n. 424 do TST e Súmula Vinculante n. 21 do STF: Questões relevantes sobre as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos Órgãos de Fiscalização do Ministério do Trabalho. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves**. São Paulo: LTr, 2015. p. 310-314.

[Disponibilidade da obra](#)

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. Trabalho em domicílio: histórico e perspectivas: o teletrabalho. **Genesis**, Curitiba, n. 140, p. 197-224, ago. 2004.

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. Trabalho em domicílio: histórico e perspectivas. o teletrabalho. **Revista Trabalhista - Direito e Processo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 11, p.

129-164, jul./set. 2004.

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. Trabalho em domicílio: histórico e perspectivas - O teletrabalho. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 79, n. 3, p. 63-93, maio/ago. 2005.

ALMEIDA, Lucilde D'Ajuda Lyra de. Trabalho em domicílio: histórico e perspectivas - O teletrabalho. **O Trabalho**, Curitiba, n. 91, p. 2320-2342, set. 2004.

ALVES, Lucélia de Sena; ORSINI, Adriana Goulart de Sena (org.). **Reflexões acerca do acesso à justiça pela via dos direitos**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018. v. 1, 249 p.

[Disponibilidade da obra](#)

AMARAL, Alice Lopes. Comissões sindicais de conciliação prévia, comissões de empresa e núcleos intersindicais de solução de conflitos individuais de trabalho - Uma comparação necessária. *In*: SENA, Adriana Goulart de; RENAULT, Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; CANTELLI, Paula Oliveira (coord.). **Processo do Trabalho atual: e temas conexos**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. p 163-181.

[Disponibilidade da obra](#)

AMARAL, Alice Lopes. O procedimento do artigo 233 da Constituição Federal: Nem depósito nem prestação de contas, mas simples requerimento de homologação de demonstrativo de cumprimento de obrigações. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 23, n. 52, p. 135-140, jul. 1992/jun. 1993.

AMARAL, Alice Lopes. O trabalhador rural e a prescrição de direitos. **Jornal Trabalhista Consulex**, Brasília, (DF), v. 10, n. 476, p. 914-916, out. 1993.

AMARAL, Jane Dias do. A arbitragem dos direitos individuais trabalhistas sob o enfoque de Platão. *Revista LTr: Legislação do Trabalho*. São Paulo, v. 72, n. 3, p. 313-320, mar. 2008.

AMARAL, Jane Dias do. O dever de coibição do abuso do direito no processo do trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 41, n. 71, p. 127- 136, jan./jun. 2005.

AMORIM, Wanessa Mendes de Araújo. Reflexões sobre a subordinação jurídica na era da economia sob demanda. *In*: CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende; LEME, Ana Carolina Reis Paes; RODRIGUES, Bruno Alves (coord.). **Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano: a intermediação de mão de obra a partir das**

plataformas eletrônicas e seus efeitos jurídicos e sociais. São Paulo: LTr, 2017. p. 180-184.

[Disponibilidade da obra](#)

AMORIM, Wanessa Mendes de Araujo. A representação dos trabalhadores na empresa e suas imbricações no âmbito da luta coletiva. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, Edição especial, p. 153-167, nov. 2017.

Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/35747>. Acesso em: 16 fev. 2023.

ARANTES, Delaíde Alves Miranda; PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. Limites para a homologação de acordo extrajudicial pela justiça do trabalho. **Revista LTr: Legislação do Trabalho**. São Paulo, v. 82, n. 11, p. 1.296-1.305, nov. 2018.

ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino. COVID-19 e as repercussões nas relações de trabalho: análise da possibilidade de revisão dos acordos homologados sob a perspectiva dos impactos econômicos oriundos das medidas de distanciamento social e quarentena. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 2, Edição especial, t. 2, p. 551-574, jul. 2020. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/56188>. Acesso em: 7 fev. 2023.

ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino. A possibilidade de prevalência do negociado sobre o legislado: o sindicalismo brasileiro está preparado? **LTr - Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 53, n. 76, p. 399-400, jan. 2017.

ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino. A prova pericial no processo do trabalho: os caminhos entre o CPC/15 e a reforma trabalhista. **LTr - Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 54, n. 14, p. 79-86, 2018.

ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino. É possível compatibilizar o art. 134, § 3º do CPC com o processo do trabalho? **LTr - Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 53, n. 80, p. 415-416, jan. 2017.

ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino. **Negociação coletiva trabalhista**: parâmetros constitucionais e desafios pós-lei 13.467/17. Belo Horizonte: Arraes, 2020. 183 p.

[Disponibilidade da obra](#)

ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino. O novo art. 456-A da CLT: desconstrução da proteção de direitos fundamentais nas relações de trabalho? *In*: FARIA, Fernanda Nigri; TOSTES, Laura Ferreira Diamantino (coord.). HENRIQUE, Carlos Augusto Junqueira et al. (org.). **Aportes teóricos para a aplicação do direito do trabalho após a reforma trabalhista**. Belo Horizonte: Arraes, 2018. p. 285-295.

[Disponibilidade da obra](#)

ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino. O novo procedimento da exceção de incompetência territorial no processo do trabalho. *In*: HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de (coord.).

Direito do trabalho e processo do trabalho: reforma trabalhista e principais alterações - atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017. São Paulo: LTr, 2017. p. 346-352.

[Disponibilidade da obra](#)

ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino. O novo procedimento da exceção de incompetência territorial no processo do trabalho. *In*: KOURY, Luiz Ronan Neves; ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino (coord.). **Direito processual do trabalho, constituição e reforma trabalhista**. São Paulo: LTr, 2018. p. 197-204.

[Disponibilidade da obra](#)

ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino. Terceirização: análise à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista Ltr**: Legislação do Trabalho. São Paulo, v. 80, n. 10, p. 1.210-1.217, out. 2016.

ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino. Tutela jurisdicional dos direitos individuais homogêneos: liquidação e execução da decisão coletiva. *In*: TOSTES, Laura Ferreira Diamantino; KHOURY, Luiz Ronan Neves; CARVALHO, Ricardo Wagner Rodrigues de; AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; ALMEIDA, Wânia Guimarães Rabêllo de (org.). **Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho**: estudos avançados. São Paulo: LTr, 2017, p. 209-215.

[Disponibilidade da obra](#)

ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino; CARVALHO, Maria Júlia Bravieira. A celeuma da correção monetária dos créditos trabalhistas. *In*: KOURY, Luiz Ronan Neves; ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino (coord.). **Direito processual do trabalho, constituição e reforma trabalhista**. São Paulo: LTr, 2018. p. 342-349.

[Disponibilidade da obra](#)

ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino; CHAVES, Clarissa Valadares. A transcendência e o recurso de revista. *In*: PIRES, Rosemary de Oliveira; LORENTZ, Lutiana Nacur; BARBOSA, Arnaldo Afonso (coord.). **A reforma trabalhista**: (lei n. 13.467/2017): na visão dos magistrados do trabalho, procuradores do trabalho e advogados trabalhistas. Belo Horizonte: RTM, 2019. p. 787- 795.

[Disponibilidade da obra](#)

ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino; CHAVES, Clarissa Valadares. Violência e assédio no trabalho: diálogos entre a normativa da OIT e a atuação do estado brasileiro. *In*: AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; HORTA, Denise Alves; CANTELLI, Paula Oliveira; CAIXETA, Maria Cristina Diniz (coord.). **O gênero e a cadeia discriminatória no mundo do trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2023. p. 531-557.

[Disponibilidade da obra](#)

ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino; KOURY, Luiz Ronan Neves. A gratuidade da justiça no processo do trabalho: reflexões à luz do CPC e da Lei nº 13.467/17. *In*: SANTOS, Élisson Miessa dos; CORREIA, Henrique (org.). **A reforma trabalhista e seus impactos**: conforme MP 808, de 14.11.2017. Salvador: Juspodivm, 2018. p. 1.057-1.074.

[Disponibilidade da obra](#)

ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino; KOURY, Luiz Ronan Neves. A prova pericial no processo do trabalho: os caminhos entre o CPC/2015 e a reforma trabalhista. *In*: KOURY, Luiz Ronan Neves; ALMEIDA, Wânia Guimarães Rabêllo de; ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino (coord.). **O direito processual do trabalho na perspectiva do código de processo civil e da reforma trabalhista**: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017. São Paulo: LTr, 2017. p. 160-166.

[Disponibilidade da obra](#)

ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino; RIBAS, Thiago Figueiredo. Seguro Garantia Judicial e Fiança Bancária: a evolução da sua utilização como mecanismos de garantia do juízo e como proteção da efetividade da execução e menor onerosidade do devedor. *In*: KOURY, Luiz Ronan Neves; CUNHA, Natália Xavier; OTONI, Luiza; ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino (coord.). **Execução no processo do trabalho**. São Paulo: LTr, 2020. p. 148-154.

[Disponibilidade da obra](#)

BARBOSA, Arnaldo Afonso; AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. A reforma trabalhista e o “hipersuficiente”. *In*: PIRES, Rosemary de Oliveira; GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta; MARANHÃO, Ney (coord.). **Contratos flexíveis na reforma trabalhista**: trabalho em tempo parcial, teletrabalho, trabalho intermitente, trabalhador hipersuficiente e terceirização. Belo Horizonte: RTM, 2019. p. 13-31.

[Disponibilidade da obra](#)

BARBOSA, Arnaldo Afonso; AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires. Repensando o conceito jurídico de empresa para um mundo do trabalho mais personalista e dignificante. *In*: AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires et al. (coord.). **Direito, trabalho e justiça**: novos horizontes. Belo Horizonte: RTM, 2021. p. 157-165.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. AIDS no local de trabalho: um enfoque de Direito Internacional e Comparado. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, v. 26, n. 98, p. 128-141, abr./jun. 2000.

BARROS, Alice Monteiro de. AIDS no local de trabalho: um enfoque de Direito Internacional e Comparado. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 32, n. 62, p. 67-86, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27070>. Acesso: 7 fev. 2023.

BARROS, Alice Monteiro de. AIDS no local de trabalho: um enfoque de Direito Internacional e Comparado. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília (DF), v. 66, n. 4, p. 127-145, out./dez. 2000.

BARROS, Alice Monteiro de. AIDS no local de trabalho: um enfoque de Direito Internacional e Comparado. **Revista IOB Trabalhista e Previdenciária**, São Paulo, v. 19, n. 220, p. 7-28, out. 2007.

BARROS, Alice Monteiro de. Aspectos controvertidos do trabalho rural. **Trabalho e Doutrina**, São Paulo, n. 8, p. 27-49, mar. 1996.

BARROS, Alice Monteiro de. Aspectos controvertidos do trabalho rural. **Genesis**, Curitiba, v. 9, n. 49, p. 9-29, jan. 1997.

BARROS, Alice Monteiro de. Aspectos controvertidos do trabalho rural. **Synthesis**, São Paulo, n. 24, p. 108-111, jan./jun. 1997.

BARROS, Alice Monteiro de. Aspectos jurisprudenciais da prescrição trabalhista. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Curso de direito do trabalho**: estudos em memória de Célio Goyatá. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: LTr, 1997. p. 192-237. [Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Assédio moral. **O Trabalho**, [S.l.], n. 91, p. 2.307-2.320, set. 2004.

BARROS, Alice Monteiro de. Assédio moral. **Repertório IOB de Jurisprudência**, São Paulo, v. 2, n. 18, p. 547-539, set. 2004.

BARROS, Alice Monteiro de. Assédio moral. **Revista da AMATRA VI - Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região**, Recife, v. 8, n. 20, p. 3-12, jul. 2004.

BARROS, Alice Monteiro de. Assédio moral. **Síntese Trabalhista**, [S.l.], v. 16, n. 184, p. 136- 151, out. 2004.

BARROS, Alice Monteiro de. O assédio sexual no Direito do Trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 25, n. 54, p. 43-49, jul.1994/jun. 1995. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27075>. Acesso em: 7 fev. 2023.

BARROS, Alice Monteiro de. O assédio sexual no Direito do Trabalho comparado. **Genesis**, Curitiba, v. 12, n. 70, p. 493-514, out. 1998.

BARROS, Alice Monteiro de. O assédio sexual no direito do trabalho comparado. **Revista LTr**, São Paulo, v. 62, n. 11, p. 1464-1476, nov. 1998.

BARROS, Alice Monteiro de. O assédio sexual no Direito do Trabalho comparado. *In*: SENTO- SÉ, Jairo Lins de Albuquerque (coord.). **Desafios do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2000. p. 9-37.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Atleta. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região**, Fortaleza, v. 30, n. 30, p. 67-89, jan./dez. 2007.

BARROS, Alice Monteiro de. O atleta profissional do futebol em face da "Lei Pelé". **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 30, n. 60, p. 153-170, jul./dez. 1999. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27076>. Acesso em: 7 fev. 2023.

BARROS, Alice Monteiro de. Audiência preliminar e sua aplicação na justiça do trabalho. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Compêndio de Direito Processual do Trabalho**. São Paul: LTR, 1998. p. 287-296.

BARROS, Alice Monteiro de. Audiência preliminar e sua aplicação na justiça do trabalho. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Compêndio de Direito Processual do Trabalho**: obra em memória de Celso Agrícola Barbi. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: LTr, 2002. p. 310-319

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Cargo de confiança - Empregado ocupante do cargo: consequências práticas de sua qualificação jurídica. **Synthesis**, São Paulo, n. 38, p.

116-118, jan./jun. 2004.

BARROS, Alice Monteiro de. A chamada "diarista" é empregada doméstica? **COAD - Doutrina e Jurisprudência**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 26, p. 399-396, jul. 1998.

BARROS, Alice Monteiro de. A chamada "diarista" é empregada doméstica?. **Trabalho e Doutrina**, São Paulo, n. 18, p. 61-66, set. 1998.

BARROS, Alice Monteiro de. Cidadania, relações de gênero e relações de trabalho. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, v. 32, n. 121, p. 9-28, jan./mar. 2006.

BARROS, Alice Monteiro de. Cidadania, relações de gênero e relações de trabalho. **Justiça do Trabalho - Caderno de Direito Previdenciário**, Porto Alegre (RS), v. 24, n. 286, p. 7-23, out. 2007.

BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Compêndio de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1998. 872 p.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Compêndio de Direito Processual do Trabalho**: obra em memória de Celso Agrícola Barbi. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: LTr, 2002. 968 p.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Condutas anti-sindicais: procedimento. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 29, n. 59, p. 29-44, jan./jun.1999. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27071>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BARROS, Alice Monteiro de. Condutas anti-sindicais: procedimento. **Revista LTr**, São Paulo, v. 63, n. 11, p. 1.454-1.461, nov. 1999.

BARROS, Alice Monteiro de. Confissão - Documentos - Prova técnica: sistemática da realização das perícias. **Trabalho e Doutrina**, São Paulo, n. 25, p. 3-20, dez. 2000.

BARROS, Alice Monteiro de. Confissão - Documentos - Prova técnica: sistemática da realização das perícias. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Compêndio de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1998. p. 383-406.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Considerações gerais sobre o trabalho do vendedor-viajante e pracista. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília (DF), v. 67, n. 3, p. 15-28, jul./set. 2001.

BARROS, Alice Monteiro de. Considerações gerais sobre o trabalho do vendedor-viajante e pracista. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília (DF), v. 67, n. 4, p. 158-170, out./dez. 2001.

BARROS, Alice Monteiro de. Considerações gerais sobre o trabalho do vendedor-viajante e pracista. **Síntese Trabalhista: administrativa e previdenciária**, Porto Alegre, v. 13, n. 153, p. 144- 154, mar. 2002.

BARROS, Alice Monteiro de. O contrato de experiência à luz dos tribunais. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 24, n. 2, p. 197-213, jul./dez. 1999.

BARROS, Alice Monteiro de. O contrato de experiência à luz dos tribunais. **Boletim de Doutrina, Legislação e Jurisprudência do TRT 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 749- 767, out./dez. 2000.

BARROS, Alice Monteiro de. O contrato de experiência à luz dos tribunais. **Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, v. 11, n. 132, p. 5-16, jun. 2000.

BARROS, Alice Monteiro de. **Contratos e regulamentações especiais de trabalho: peculiaridades, aspectos controvertidos e tendências**. 2 ed, rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2002. 495 p.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. **Contratos e regulamentações especiais de trabalho: peculiaridades, aspectos controvertidos e tendências**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2008. 584 p.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Contribuições sindicais. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 25, n. 54, p. 53-56, jul. 1994/jun. 1995.
Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27072>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BARROS, Alice Monteiro de. Contribuições sindicais. **Jornal Trabalhista**, Brasília (DF), v. 12, n. 570, p. 873-872, ago. 1995.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2005. 1318 p.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 2. ed, rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2006. 1351 p.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 3. ed, rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2007. 1368 p.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 4. ed, rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2008. 1384 p.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 5 ed, rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2009. 1392 p.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 7. ed, rev. e atual. São Paulo: LTr, 2011. 1104 p.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de (Coord.). **Curso de Direito do Trabalho**: estudos em memória de Célio Goyatá. 3. ed, rev, atual. e ampl. São Paulo: LTr, 1997. v. 1, 652 p.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Curso de Direito do Trabalho**: estudos em memória de Célio Goyatá. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: LTr, 1997. v. 2, 781 p.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Dano moral na Justiça do Trabalho. **Gênesis**, Curitiba, n. 59, p. 601-617, nov. 1997.

BARROS, Alice Monteiro de. Dano moral na Justiça do Trabalho. **Trabalho & Doutrina**, São Paulo, n. 16, p. 53-67, dez. 1997.

BARROS, Alice Monteiro de. Dano moral na Justiça do Trabalho. **COAD** - Advocacia Trabalhista, Rio de Janeiro, v. 32, n. 46, p. 777-768, nov. 1998.

BARROS, Alice Monteiro de. Direito à intimidade do trabalhador. **Genesis**, Curitiba, v. 12, n.67, p. 11-33, jul. 1998.

BARROS, Alice Monteiro de. Direito Comunitário do Trabalho. **Revista Trabalhista**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 3-44, abr./jun. 2002.

BARROS, Alice Monteiro de. Direito de greve. **Revista Jurídica Consulex**, Brasília (DF), v. 1, n. 28, p. 14-19, abr. 1999.

BARROS, Alice Monteiro de. Direito de greve no contexto democrático. **Trabalho e Doutrina**, São Paulo, n. 21, p. 59-67, jun. 1999.

BARROS, Alice Monteiro de. Discriminação no emprego por motivo de sexo. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio (Coord.). **Discriminação**. São Paulo: LTr, 2000. p. 36-76.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Discriminação no emprego por motivo de sexo. **ABMCJ Revista**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 33-69, out. 2001.

BARROS, Alice Monteiro de. Discriminação no emprego por motivo de sexo. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; CANTELLI, Paula Oliveira (coord.). **Discriminação**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2010. p. 59-83.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Duração do trabalho: aspectos atuais e revisões necessárias. **Jornal Trabalhista**, Brasília, (DF), v. 12, n. 583, p. 1.229-1.225, nov. 1995.

BARROS, Alice Monteiro de. Duração do trabalho: aspectos atuais e revisões necessárias. **Genesis**, Curitiba, v. 8, n. 43, p. 9-17, jul. 1996.

BARROS, Alice Monteiro de. Empregado ocupante de cargo de confiança. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 35, n. 65, p. 85-97, jan./jun. 2002.

BARROS, Alice Monteiro de. Equiparação Salarial. *In*: DUARTE, Bento Herculano

(coord.). **Manual de direito do trabalho**: estudos em homenagem ao Prof. Cássio Mesquita Barros. São Paulo: LTr, 1998. p. 435-448.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Equiparação salarial. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 1, n. 55/56, p. 55-63, jul. 1995/jun. 1997.

BARROS, Alice Monteiro de. Equiparação salarial. **COAD - Doutrina e Jurisprudência**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 22, p. 339-333, jun. 1998.

BARROS, Alice Monteiro de. Estabilidade do dirigente sindical. **Revista LTr**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 30-32, jan. 1993.

BARROS, Alice Monteiro de. Execução de títulos extrajudiciais. *In*: DALLEGRAVE NETO, José Affonso; FREITAS, Ney José de (coord.). **Execução trabalhista**: estudos em homenagem ao Ministro João Oreste Dalazen. São Paulo: LTr, 2002. p. 19-33.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Flexibilização e garantias mínimas. **Trabalho & Doutrina**, São Paulo, n. 20, p. 9-20, mar. 1999.

BARROS, Alice Monteiro de. Fundamento social da greve. *In*: FRANCO FILHO, Georgeton de Sousa. **Curso de direito coletivo do trabalho**: estudos em homenagem ao ministro Orlando Teixeira da Costa. São Paulo: LTr, 1998. p. 458-469.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Greve em atividades essenciais: regulamentação. **Jornal Trabalhista**, Brasília, DF, v. 10, n. 456, p. 453-452, maio de 1993.

BARROS, Alice Monteiro de. Greve em atividades essenciais: regulamentação; responsabilidade civil da entidade sindical. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 24, n. 53, p. 97-100, jun. 1994.

BARROS, Alice Monteiro de. Greve em atividades essenciais: regulamentação - responsabilidade civil da entidade sindical. **Genesis**, Curitiba, v. 4, n. 24, p. 656-659, dez. 1994.

BARROS, Alice Monteiro de. Isonomia salarial. **Genesis**, Curitiba, v. 12, n. 71, p. 661-682, nov. 1998.

BARROS, Alice Monteiro de. Isonomia salarial. **Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, v. 9, n. 113, p. 131-152, nov. 1998.

BARROS, Alice Monteiro de. Jornalista: conceito - o trabalho jornalístico. **Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, n. 161, p. 5-13, nov. 2002.

BARROS, Alice Monteiro de. A lei de anistia aos dirigentes sindicais e seus efeitos em face da coisa julgada. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 23, n. 52, p.125-128, jul. 1992 /jun. 1993.

BARROS, Alice Monteiro de. A lei de anistia aos dirigentes sindicais e seus efeitos em face da coisa julgada. **Jornal Trabalhista**, Brasília, (DF), v. 10, n. 470, p. 767-765, set. 1993.

BARROS, Alice Monteiro de. A lei de anistia aos dirigentes sindicais e seus efeitos em face da coisa julgada. **Genesis**, Curitiba, v. 3, n. 15, p. 231-234, mar. 1994.

BARROS, Alice Monteiro de. A lei de anistia aos dirigentes sindicais e seus efeitos em face da coisa julgada. **Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, v. 6, n. 64, p. 15-18, out. 1994.

BARROS, Alice Monteiro de. A lei de anistia aos dirigentes sindicais e seus efeitos em face da coisa julgada. **Synthesis**, São Paulo, n. 22, p.157-158, jan./jun. 1996.

BARROS, Alice Monteiro de. A Lei Pelé. **Revista Jurídica Consulex**, Brasília (DF), v. 4, n. 38, p. 30-39, fev. 2000.

BARROS, Alice Monteiro de. As Leis de Anistia (Lei n. 6.683, de 28.8.79, Emenda Constitucional n. 26, de 27.11.85, Constituição Federal - ADCT e Lei n.8.632, de 4.3.93, Lei n. 8.878, de maio de 1994). *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares. **O que há de novo em direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1997. p. 27-32.
[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Limites da renúncia e da transação judicial e extrajudicial. **Repertório Trabalhista de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 5, n. 7, p. 13-24, jul. 1997.

BARROS, Alice Monteiro de. Limites da renúncia e da transação judicial e extrajudicial (Parte final). **Jornal Trabalhista**, Brasília (DF), v. 14, n. 687, p. 1.265-1.262, dez. 1997.

BARROS, Alice Monteiro de. Limites da renúncia e da transação judicial e extrajudicial. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região**, Belo Horizonte, n. 57, p. 89-101, jul./dez. 1997.

BARROS, Alice Monteiro de. Limites da renúncia e da transação judicial e extrajudicial (Parte I). **Jornal Trabalhista**, Brasília (DF), v. 14, n. 686, p. 1.237-1.235, nov. 1997.

BARROS, Alice Monteiro de. Limites da renúncia e da transação judicial e extrajudicial. **Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, v. 8, n. 101, p. 7-19, nov. 1997.

BARROS, Alice Monteiro de. Limites da renúncia e da transação judicial e extrajudicial. **Genesis**, Curitiba, v. 11, n. 61, p. 15-27, jan. 1998.

BARROS, Alice Monteiro de. **A mulher e o direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1995. 559 p.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Mercado de trabalho - protecionismo legal e os efeitos no mercado de trabalho. *In*: RODRIGUES, Aluísio. **Direito constitucional do trabalho**. São Paulo: LTr, 1997. v. 2, p. 172-178.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. A nova competência jurisdicional à luz da emenda constitucional n. 45, de 2004: primeiras manifestações concretas. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 41, n. 71, p. 69-84, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27258>. Acesso em: 7 fev. 2023.

BARROS, Alice Monteiro de. Noções de direito sindical. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Curso de direito do trabalho**: estudos em memória de Célio Goyatá. 3. ed. rev., atual. ampl. São Paulo: LTr, 1997. v. 2. p. 623-697.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Ordem pública e tutela do emprego; Dispensa coletiva e por motivos censuráveis no ordenamento jurídico europeu: as dispensas individuais no ordenamento brasileiro. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília (DF), v. 68, n. 3, p. 56-76, jul./dez. 2002.

BARROS, Alice Monteiro de. Ordem pública e tutela do emprego: as dispensas

individuais no ordenamento brasileiro - dispensa coletiva e por motivos censuráveis no ordenamento jurídico europeu. **Synthesis**, São Paulo, n. 37, p. 109-111, jan./jun. 2003.

BARROS, Alice Monteiro de. Particularidades dos contratos especiais em face da teoria geral do contrato de trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região**, Florianópolis, n. 20, p. 15-28, jul./dez. 2004.

BARROS, Alice Monteiro de. Particularidades dos contratos especiais em face da teoria geral do contrato de trabalho. **Revista de Direito do Trabalho**, [S.l.] v. 31, n. 117, p. 13-28, jan./mar. 2005.

BARROS, Alice Monteiro de. Poder hierárquico do empregador. Poder diretivo. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Curso de direito do trabalho**: estudos em memória de Célio Goyatá. 3. ed. re., atual. e ampl. São Paulo: LTr, 1997. v. 1. p. 557-576.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Política de ampliação de estabilidade especiais em um contexto de recessão econômica. **Jornal Trabalhista**, Brasília (DF), v. 10, n. 473, p. 843-844, set. 1993.

BARROS, Alice Monteiro de. Procedimento no dissídio coletivo. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Compêndio de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1998. p. 643-655.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Procedimento no dissídio coletivo. **Compêndio de Direito Processual do Trabalho**: obra em memória de Celso Agrícola Barbi. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: LTr, 2002. p. 688-702.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. **Proteção à intimidade do empregado**. São Paulo: LTr, 1997. 182 p.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Protecionismo legal e os efeitos no mercado de trabalho da mulher. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 23, n. 52, p. 149- 154, jul. 1992/jun. 1993.

BARROS, Alice Monteiro de. Protecionismo legal e os efeitos no mercado de trabalho da mulher. **Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, v. 5, n. 59, p. 7-13, maio 1994.

BARROS, Alice Monteiro de. Questões polêmicas sobre a execução trabalhista. **Revista Trabalhista - Direito e Processo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 7, p. 3-58, jul./set. 2003.

BARROS, Alice Monteiro de. Recursos no processo do trabalho - disposições gerais - pressupostos e efeitos. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Compêndio de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1998. 449-473

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Recursos no processo do trabalho - disposições gerais - pressupostos e efeitos. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Compêndio de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002. p. 473-502.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Regulamentação das relações de trabalho e a privacidade do trabalhador. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, n. 17, p. 238-260, out./dez. 2001.

BARROS, Alice Monteiro de. Relação de emprego controvertida: multa prevista no art. 477, parágrafo 8 da CLT. **Jornal Trabalhista**, Brasília, DF, v. 11, n. 530, p. 1.066-1.065, nov. 1994.

BARROS, Alice Monteiro de. Relação de emprego controvertida: multa prevista no art. 477, parágrafo 8 da CLT. **Revista Ltr**, São Paulo, v. 58, n. 11, p. 1.306-1.307, nov. 1994.

BARROS, Alice Monteiro de. Relação de emprego controvertida: multa prevista no art. 477, parágrafo 8 da CLT. **Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, v. 6, n. 68, p. 14-16, fev. 1995.

BARROS, Alice Monteiro de. Relação de emprego: trabalho voluntário e trabalho religioso. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília (DF), v. 66, n. 1, p. 98-115, jan./mar. 2000.

BARROS, Alice Monteiro de. Relação de emprego: trabalho voluntário e trabalho religioso. **Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, v. 11, n. 130, p. 10-26, abr. 2000.

BARROS, Alice Monteiro de. Relação de emprego - Músico: as relações de trabalho do músico. **Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, v. 14, n. 163, p. 142-152, jan. 2003.

BARROS, Alice Monteiro de. A relação especial de trabalho do artista. **O Trabalho**, Curitiba, n. 73, p. 1.751-1.756, mar. 2003.

BARROS, Alice Monteiro de. Repensando o sindicato sob a ótica da globalização. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 31, n. 61, p. 197-202, jan./jun. 2000. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27077>. Acesso em: 7 fev. 2023.

BARROS, Alice Monteiro de. Repensando o sindicato sob a ótica da globalização. **Synthesis**, São Paulo, n. 33, p. 145-147, 2001.

BARROS, Alice Monteiro de. Representante dos empregados no local de trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 28, n. 58, p. 179-188, jan./dez. 1998. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27078>. Acesso em: 7 fev. 2023.

BARROS, Alice Monteiro de. Representante dos empregados no local de trabalho. **Genesis**, Curitiba, v. 13, n. 76, p. 493-502, abr. 1999.

BARROS, Alice Monteiro de. Representantes dos empregados no local de trabalho. **Trabalho e Doutrina**, São Paulo, n. 22, p. 59-67, set. 1999.

BARROS, Alice Monteiro de. A revista como função de controle do poder diretivo. **Jornal Trabalhista**, Brasília (DF), v. 15, n. 711, p. 554-549, maio de 1998.

BARROS, Alice Monteiro de. A revista como função de controle do poder diretivo. **Genesis**, Curitiba, v. 11, n. 66, p. 813-825, jun. 1998.

BARROS, Alice Monteiro de. A revista do empregado. **Revista do Direito Trabalhista**, Brasília (DF), v. 4, n. 6, p. 22-27, jun. 1998.

BARROS, Alice Monteiro de. Sistemas recursais e modernização do processo. **Trabalho e Doutrina**, São Paulo, n. 11, p. 74-88, dez. 1996.

BARROS, Alice Monteiro de. Suspensão e interrupção contratual. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Curso de direito do trabalho**: estudos em memória de Célio Goyatá. 3. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: LTr, 1997. v. 2. p. 384-402.
[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. A terceirização e a jurisprudência. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 22, n. 51, p. 119-131, jul. 1991/jun.1992.

BARROS, Alice Monteiro de. A terceirização e a jurisprudência. **Boletim de Doutrina e Jurisprudência do TRT da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 3, n. 12, p. 364-386, jul./set. 1992.

BARROS, Alice Monteiro de. A terceirização e a jurisprudência. **Revista de Direito do Trabalho – RDT**, São Paulo, n. 80, p. 3-13, dez. 1992.

BARROS, Alice Monteiro de. Terceirização no Direito do Trabalho: riscos e consequências. **Jornal Trabalhista**, Brasília, (DF), v. 10, n. 471, p. 792-790, set. 1993.

BARROS, Alice Monteiro de. A terceirização sob a nova ótica do Tribunal Superior do Trabalho. **Trabalho e Processo**, São Paulo, n. 4, p. 3-8, mar. 1995.

BARROS, Alice Monteiro de. A terceirização sob a nova ótica do Tribunal Superior do Trabalho. **Synthesis**, São Paulo, n. 21, p. 30-31, jul./dez. 1995.

BARROS, Alice Monteiro de. Terceirização - Responsabilidade. In: PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Processo do trabalho**. São Paulo: LTr, 1997. p. 121-129.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Trabalhadores intelectuais. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 39, n. 69, p. 147-165, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27053> . Acesso em: 7 fev. 2023.

BARROS, Alice Monteiro de. Trabalhadores intelectuais: subordinação jurídica – redimensionamento. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, v. 30, n. 115, p. 23-42, jul./set. 2004.

BARROS, Alice Monteiro de. Trabalhadores intelectuais. **Decisório Trabalhista**, Curitiba, v. 11, n. 122, p. 11-35, set. 2004.

BARROS, Alice Monteiro de. Trabalhadores intelectuais. **COAD - Doutrina e Jurisprudência**, [S.l.], v. 38, n. 39, p. 351-344, out. 2004.

BARROS, Alice Monteiro de. Trabalhadores intelectuais: subordinação jurídica – redimensionamento. **Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, v. 16, n. 183, p. 139-155, set. 2004.

BARROS, Alice Monteiro de. O trabalho da mulher: revisão de conceitos. *In*: PENIDO, Laís de Oliveira (coord.). **A igualdade dos gêneros nas relações de trabalho**. Brasília: ESMPU, 2006. p. 51-81.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. O trabalho do menor e as inovações introduzidas pela Lei n 10.097, de 19 de dezembro de 2000. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília (DF), v. 67, n. 1, p. 89-113, jan./mar. 2001.

BARROS, Alice Monteiro de. O trabalho do menor e as inovações introduzidas pela Lei n. 10.097/2000. **Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, v. 12, n. 144, p. 5-26, jun. 2001.

BARROS, Alice Monteiro de. O trabalho doméstico. **Genesis**, Curitiba, v. 12, n. 68, p. 171-198, ago. 1998.

BARROS, Alice Monteiro de. O trabalho doméstico. **LTr - Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 35, n. 78, p. 415-431, maio 1999.

BARROS, Alice Monteiro de. O trabalho do professor: peculiaridades e controvérsias. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 37, p. 17-42, jan./dez. 2000.

BARROS, Alice Monteiro de. O trabalho do professor: peculiaridades e controvérsias. **Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, v. 12, n. 134, p. 5-19, ago. 2000.

BARROS, Alice Monteiro de. O trabalho do professor: peculiaridades e controvérsias. **Revista da Amatra VI**, Recife, v. 4, n. 13, p. 15-23, ago. 2001.

BARROS, Alice Monteiro de. Trabalho em domicílio. **Revista LTr**, São Paulo, v. 60, n. 7, p. 892-893, jul. 1996.

BARROS, Alice Monteiro de. O trabalho em estabelecimentos bancários. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 34, n. 64, p. 109-128, jul./dez. 2001.

BARROS, Alice Monteiro de. O trabalho jornalístico. **Synthesis**, São Paulo, n. 36, p. 120-122, jan./jun. 2003.

BARROS, Alice Monteiro de. O trabalho noturno da mulher e a ação internacional. **Synthesis**, São Paulo, n. 25, p. 142-144, jul./dez. 1997.

BARROS, Alice Monteiro de. Trabalho voluntário e trabalho religioso. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília (DF), v. 66, n. 1, p. 98-115, jan./mar. 2000.

BARROS, Alice Monteiro de. Tutela antecipada no processo do trabalho. In: BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Compêndio de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1998. p. 676-686.

BARROS, Alice Monteiro de. Tutela antecipada no processo do trabalho. In: BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Compêndio de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002. p. 724-735.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Alice Monteiro de. Tutela antecipatória no Processo do Trabalho. **Genesis**, Curitiba, n. 46, p. 473-479, out. 1996.

BARROS, Alice Monteiro de. Tutela antecipatória no processo do trabalho. **Revista Ltr**, São Paulo, v. 60, n. 11, p. 1.461-1.464, nov. 1996.

BARROS, Alice Monteiro de; ALENCAR, Jessé Cláudio Franco de. **Curso de direito do trabalho**. 10. ed. atual. São Paulo: LTr, 2016. 904 p.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROSO, Carolina Lobato Goes de Araújo. Os códigos de conduta privados no cumprimento dos direitos fundamentais do trabalhador. **COAD - Doutrina e Jurisprudência**, Brasília (DF), v. 41, n. 25, p. 235-234, jun. 2007.

BARROSO, Carolina Lobato Goes de Araújo. Os códigos de conduta privados no cumprimento dos direitos fundamentais do trabalhador. **Revista Anamatra**, Brasília (DF), v. 18, n. 53, p. 68-71, jul./dez. 2006.

BENEVIDES, Wilméia da Costa. Da responsabilidade pré-contratual do empregador no Direito do Trabalho - competência. In: SENA; Adriana Goulart; RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; CANTELLI, Paula Oliveira (coord.). **Processo do Trabalho atual: e temas conexos**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. p. 245-250.

[Disponibilidade da obra](#)

BENEVIDES, Wilméia da Costa; BENEVIDES, Sara Costa. Súmula n. 457 do TST: Honorários periciais e justiça gratuita - Responsabilidade da União. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 324-326.

[Disponibilidade da obra](#)

BERNARDES, Simone Soares; SCALÉRCIO, Marcos; LIMA, Leonardo Tibo Barbosa. **Reforma trabalhista**: teses interpretativas. Salvador: JusPODIVM, 2018. 415 p.

[Disponibilidade da obra](#)

BICALHO, Carina Rodrigues. Aplicação "sui generis" da teoria da desconsideração da personalidade jurídica no Processo do Trabalho: aspectos materiais e processuais. **Revista Trabalhista** - Direito e Processo, Rio de Janeiro, v. 3, n. 11, p. 41-63, jul./set. 2004.

BICALHO, Carina Rodrigues. Aplicação "sui generis" da teoria da desconsideração da personalidade jurídica no processo do trabalho: aspectos materiais e processuais. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 39, n. 69, p. 37-55, jan./jun. 2004. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27046>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BONNA, Aline Paula. A vedação do retrocesso social como limite à flexibilização das normas trabalhistas brasileiras. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 47, n. 77, p. 51-66, jun. 2008. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27320>. Acesso: 3 fev. 2023.

BORGES, Maria José Rigotti. O vírus e o invisível: a desigualdade de gênero e o trabalho de cuidado. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 1, t. 1, p. 265-310, jul. 2020. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/56022>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BORGES, Samantha da Silva Hassen. O programa descubra e a proteção dos jovens aprendizes em momento de pandemia. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 2, t. 2, p. 509-526, jul. 2020. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/56109>. Acesso em: 3 fev. 2023.

BRAGA, Ilma Maria. Ampliação da lei de greve (mensagem n. 338 e exposição de motivos n. 183, de 16.4.96). *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coord.). **O que há de novo em direito do trabalho**: homenagem a Isis de Almeida; Messias Pereira Donato e Paulo Emílio Ribeiro. São Paulo: LTr, 1997. p. 341-353.

[Disponibilidade da obra](#)

BRAGA, Ilma Maria. Competência em mandado de segurança na Justiça do Trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 24, n.5 3, p. 51-58, jul. 1993/jun. 1994.

BRAGA, Ilma Maria. Mandado de segurança: justiça do trabalho: particularidades. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Compêndio de direito processual do trabalho**: obra em memória de Celso Agrícola Barbi. São Paulo: LTr, 1998. p. 701-738.

[Disponibilidade da obra](#)

BRAGA, Ilma Maria. Recorribilidade das decisões concessivas de mandado de segurança proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho. **Revista Ltr**, São Paulo, v. 55, n. 3, p. 285- 290, mar. 1991.

BRAGA, Ilma Maria. Uniformização de procedimento na execução. *In*: AMATRA III. **Temas de direito e processo do trabalho**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. p. 107-141.

[Disponibilidade da obra](#)

BUTTLER, Andréa. O novíssimo contrato de estágio. **Revista LTr**: Legislação do Trabalho. São Paulo, v. 73, n. 2, p. 191-198, fev. 2009.

CAIXETA, Maria Cristina Diniz. A correção monetária do débito trabalhista após a reforma. *In*: HORTA, Denise Alves et al. (coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho**: reforma trabalhista, principais alterações: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017. São Paulo: LTr, 2018. p. 405-410.

[Disponibilidade da obra](#)

CAIXETA, Maria Cristina Diniz. Discriminação e igualdade jurídica: igual dignidade da pessoa humana como fundamento da vedação à discriminação - proteção antidiscriminatória trabalhista. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região**, São Luís, v. 17, n. 1, p. 235-248, jan./dez. 2007.

CAIXETA, Maria Cristina Diniz. Memória: dever do Estado e direito do cidadão. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 67, n. 103, p. 85-

102, jan./jun. 2021. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/71467>. Acesso em: 31 jan. 2023.

CAIXETA, Maria Cristina Diniz. Mulheres em construção: construindo espaços nos cargos de liderança no mercado de trabalho: breves reflexões. *In*: AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; HORTA, Denise Alves; CANTELLI, Paula Oliveira; CAIXETA, Maria Cristina Diniz (coord.). **O gênero e a cadeia discriminatória no mundo do trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2023. p. 369-383.

[Disponibilidade da obra](#)

CAIXETA, Maria Cristina Diniz. Súmulas ns. 219 e 329 do TST e OJs ns. 348 e 421 da SDI-1 do TST: Honorários advocatícios na Justiça do Trabalho. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 238-241.

CAMPOS, Cristiana Soares; DUTRA, Flávia Cristina Rossi. Globalização e dignidade da pessoa humana. **Revista do Tribunal do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 43, n. 73, p. 79-84, jan./jun. 2006. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27013>. Acesso em: 31 jan. 2023.

CAMPOS, Cristiana Soares; DUTRA, Flávia Cristina Rossi. Súmula vinculante n. 17 do STF. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 160-163.

[Disponibilidade da obra](#)

CAMPOS, Hadma Christina Murta. O atleta profissional e a bilateralidade da cláusula penal. **Jornal Trabalhista Consulex**, Brasília, v. 27, n. 1.305, p. 4-7, jan. 2010.

CANÇADO, Stella Fiúza. Segurança e saúde no trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 51, p. 105-119, jan./jun. 2012.

CANTELLI, Paula Oliveira. A base de cálculo do adicional de insalubridade e a Súmula Vinculante: N. 4 do Supremo Tribunal Federal. *In*: KOURY, Luiz Ronan Neves; ALMEIDA, Cleber Lúcio de; CANTELLI, Paula Oliveira (coord.). **Estudos de direito do trabalho e de direito processual do trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2012. p. 235-254.

[Disponibilidade da obra](#)

CANTELLI, Paula Oliveira. O combate à discriminação contra a mulher no mundo do trabalho: desafios e perspectivas. *In*: AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; HORTA, Denise Alves; CANTELLI, Paula Oliveira; CAIXETA, Maria Cristina Diniz (coord.). **O gênero e a cadeia discriminatória no mundo do trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2023. p. 404-433.

[Disponibilidade da obra](#)

CANTELLI, Paula Oliveira. A execução provisória e a liberação de dinheiro à luz da constituição federal. *In*: VIANA, Márcio Túlio; ROCHA, Cláudio Jannotti da. (coord.). **Como aplicar a CLT à luz da constituição**: alternativas para os que militam no foro trabalhista. São Paulo: LTr, 2016. p. 252-256.

[Disponibilidade da obra](#)

CANTELLI, Paula Oliveira. Execução provisória e liberação de dinheiro. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; KOURY, Luiz Ronan Neves; CANTELLI, Paula Oliveira; JANNOTTI, Cláudio (coord.). **ABC da execução trabalhista**: teoria e prática. São Paulo: LTr, 2014. p. 57-60.

[Disponibilidade da obra](#)

CANTELLI, Paula Oliveira. Execução provisória e liberação de dinheiro. *In*: SILVA, Antônio Álvares da (coord.). **Direitos do trabalhador**: teoria e prática. Belo Horizonte: RTM, 2015. p. 194-197.

[Disponibilidade da obra](#)

CANTELLI, Paula Oliveira. Mulheres em movimento: das velhas lutas aos novos sonhos. *In*: HENRIQUE, Carlos Augusto Junqueira; DELGADO, Gabriela Neves; VIANA, Márcio Túlio; RIBEIRO, Patrícia Henriques (coord.). **Trabalho e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. p. 217-242.

[Disponibilidade da obra](#)

CANTELLI, Paula Oliveira. Mulheres em movimento: das velhas lutas aos novos sonhos. **Revista LTr**: Legislação do Trabalho. São Paulo, v. 78, n. 7, p. 775-785, jul. 2014.

CANTELLI, Paula Oliveira. O negro e as ações afirmativas: a discriminação que inclui. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; CANTELLI, Paula Oliveira (coord.). **Discriminação**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2010. p. 312-325.

[Disponibilidade da obra](#)

CANTELLI, Paula Oliveira. Questões de gênero feminino e os retrocessos da “reforma Temer” - lei nº 13.467/2017. *In*: PIRES, Rosemary de Oliveira; LORENTZ, Lutiana Nacur; BARBOSA, Arnaldo Afonso (coord.). **A reforma trabalhista**: (lei n. 13.467/2017): na visão dos magistrados do trabalho, procuradores do trabalho e advogados trabalhistas. Belo Horizonte: RTM, 2019. p. 239-246.

[Disponibilidade da obra](#)

CANTELLI, Paula Oliveira. A reforma trabalhista e o trabalho da mulher. *In*: FARIA, Fernanda Nigri; TOSTES, Laura Ferreira Diamantino (coord.). HENRIQUE, Carlos Augusto Junqueira (org.) et al. **Aportes teóricos para a aplicação do direito do trabalho após a reforma trabalhista**. Belo Horizonte: Arraes, 2018. p. 265-284.

[Disponibilidade da obra](#)

CANTELLI, Paula Oliveira. A reforma trabalhista e o trabalho da mulher. **LTr - Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 55, n. 17, p. 97-106, 2019.

CANTELLI, Paula Oliveira. **O trabalho feminino no divã**: dominação e discriminação. São Paulo: LTr, 2007. 200 p.

[Disponibilidade da obra](#)

CANTELLI, Paula Oliveira; TOSTES, Laura Diamantino. Lei n. 11.496/2007, súmulas ns. 353 e 433 do TST e OJS ns. 336 e 378 da SDI-1 do TST: Recurso de embargos no TST. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 97-102.

[Disponibilidade da obra](#)

CAPUZZI, Antonio; ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino; MIZIARA, Raphael. A relevância histórica do estado liberal e a desconformidade do recrudescimento tardio dos ideários neoliberais na consolidação dos direitos sociais trabalhistas. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 64, n. 98, p. 129-144, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/42582>. Acesso em: 31 jan. 2023.

CARVALHO, Patrícia Vieira Nunes. Comissões de conciliação prévia X núcleos

intersindicais de conciliação trabalhista: uma análise comparativa da reforma sindical. *In*: OLIVEIRA, Florença Dumont; PORTO, Lorena Vasconcelos; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **A reforma sindical no âmbito da nova competência trabalhista**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2005. p. 233-248.

[Disponibilidade da obra](#)

CAVALCANTI, Ana Maria Espí. Liquidação - Preclusão - Honorários periciais - Proc. n. 2628/91. *In*: BARROS, Alice Monteiro de; CARMO, Júlio Bernardo do (coord.).

Processo de Execução Trabalhista Aplicado. São Paulo: LTr, 2000. p. 21-25.

[Disponibilidade da obra](#)

CONCEIÇÃO, Daniela Torres. Contratação do Trabalho no Sistema Capitalista: das Modalidades de Conexão Laborativa nos Sistemas Pré-capitalistas à Fórmula Empregatícia do Capitalismo. *In*: PIMENTA, José Roberto Freire; RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; DELGADO, Mauricio Godinho; BORJA, Cristina Pessoa Pereira (coord.). **Direito do Trabalho: Evolução, crise, perspectivas**. São Paulo: LTr, 2004. p. 93-125.

[Disponibilidade da obra](#)

CONGRESSO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO, 11., 2006, Brasília. **O MPT como promotor dos direitos fundamentais**. São Paulo: LTr, 2006. 214 p. (CORDEIRO, Juliana Vignoli; CAIXETA, Sebastião Vieira)

[Disponibilidade da obra](#)

CORDEIRO, Juliana Vignoli (org.). **Ações coletivas: críticas para construção da nova lei da ação civil pública**. Brasília: Procuradoria Geral do Trabalho, 2010. 263 p.

[Disponibilidade da obra](#)

CORDEIRO, Juliana Vignoli; BESSA, Marcela Vignoli Cordeiro. Mulheres e cárcere: potencialização da vulnerabilidade pela negativa de direitos celetistas. *In*: AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; HORTA, Denise Alves; CANTELLI, Paula Oliveira; CAIXETA, Maria Cristina Diniz (coord.). **O gênero e a cadeia discriminatória no mundo do trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2023. p. 349-368.

[Disponibilidade da obra](#)

CORDEIRO, Juliana Vignoli; CAIXETA, Sebastião Vieira; GARBELLINI, Alex Duboc. **O processo como instrumento de realização dos direitos fundamentais**. São Paulo: LTr, 2007.

[Disponibilidade da obra](#)

CORRÊA, Igo Zany Nunes; ORSINI, Adriana Goulart Sena. Acesso a direitos sociais e a evolução da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o meio ambiente de trabalho por meio do caso Spoltore vs. Argentina. *In*: DELGADO, Mauricio Godinho (coord.). **Coleção estudos Enamat**: volume 1: direitos humanos sociais e relações de trabalho. Brasília: Enamat, 2023. p. 555-572.

[Disponibilidade da obra](#)

CORRÊA, Igo Zany Nunes; ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Acesso à justiça e a discriminação tecnológica: uma nova facilidade ou um novo obstáculo? *In*: DELGADO, Mauricio Godinho (coord.). **Coleção estudos Enamat**: volume 7: interseccionalidade, gênero e raça e a Justiça do Trabalho. Brasília: Enamat, 2023. p. 407-426.

[Disponibilidade da obra](#)

COURA, Solange Barbosa de Castro. O capitalismo contemporâneo e suas transformações: o impacto da terceirização trabalhista. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 53, n. 83, p. 241-267, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27127> . Acesso em: 7 fev. 2023.

COURA, Solange Barbosa de Castro. O capitalismo contemporâneo e suas transformações: o impacto da terceirização trabalhista. **Justiça do Trabalho**: Caderno de direito previdenciário. Porto Alegre, v. 28, n. 333, p. 7-35, set. 2011.

COURA, Solange Barbosa de Castro. O capitalismo contemporâneo e suas transformações - O impacto da terceirização trabalhista. **Revista LTr**: Legislação do Trabalho. São Paulo, v. 75, n. 12, p. 1460-1472, dez. 2011.

DIAS, Deoclécia Amorelli. Imutabilidade da coisa julgada – AP-2798/96. *In*: BARROS, Alice Monteiro de; CARMO, Júlio Bernardo do (coord.). **Processo de Execução Trabalhista Aplicado**. São Paulo, p. 150-157. LTr, 2000.

[Disponibilidade da obra](#)

DIAS, Deoclécia Amorelli; VILELA, Jeovane Estéfenson. Novas perspectivas em processo do trabalho. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 538-540.

[Disponibilidade da obra](#)

DUTRA, Flávia Cristina Rossi. Responsabilidade civil, abuso de direito e ato ilícito no novo código civil com ênfase no direito público e os reflexos no direito do trabalho. *In*:

LAGE, Emerson José Alves; LOPES, Mônica Sette (org.). **Novo código civil e seus desdobramentos no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2003. p. 154-162.

[Disponibilidade da obra](#)

DUTRA, Flávia Cristina Rossi; CAMPOS, Cristiana Soares. Súmula vinculante n. 17 do STF. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 160-163.

[Disponibilidade da obra](#)

ENCONTRO NACIONAL DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO, 2., 2007, Campinas. **Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2008. (CAIXETA, Maria Cristina Diniz; DINIZ, Ana Maria Matta Machado; CARVALHO, Célia Regina).

[Disponibilidade da obra](#)

ENCONTRO NACIONAL DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO, 4., 2009, Belo Horizonte. **Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2010. (CAIXETA, Maria Cristina Diniz).

[Disponibilidade da obra](#)

FACCHINI, Emília Lima. As invisíveis: o espelho da discriminação e suas faces. *In*: AFONSO, Rosemary de oliveira Pires; HORTA, Denise Alves; CANTELLI, Paula Oliveira; CAIXETA, Maria Cristina Diniz (coord.). **O gênero e a cadeia discriminatória no mundo do trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2023. p. 150-161.

[Disponibilidade da obra](#)

FACCHINI, Emília Lima. A situação do sócio retirante em face do art. 10-A da CLT e seu parágrafo único introduzidos pela reforma trabalhista. *In*: HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de (coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho**: reforma trabalhista, principais alterações: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017. São Paulo: LTr, 2018. p. 95- 104.

[Disponibilidade da obra](#)

FACCHINI, Emília Lima. Magistrado - punição disciplinar - procedimento e processo. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 32, n. 62, p. 155-159, jul./dez. 2000. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27084>. Acesso em: 31 jan. 2023.

FACCHINI, Emília Lima. Uniformização de jurisprudência. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 29, n. 59, p. 139-148, jan./jun. 1999. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27094>. Acesso em: 31 jan. 2023.

FARIA, Fernanda Nigri; TOSTES, Laura Ferreira Diamantino; KOURY, Luiz Ronan Neves; CARVALHO, Ricardo Wagner Rodrigues de; AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; ALMEIDA, Wânia Guimarães Rabêllo de (coord.). **Direito do trabalho e direito processual do trabalho**: estudos avançados. São Paulo: LTr, 2017. 215 p.

[Disponibilidade da obra](#)

FARIA, Maria Laura Franco Lima de. Nova configuração de terceirização: Súmula n. 331 do TST versus PL n. 4.330/2004. *In*: OLIVEIRA, Valtércio Ronaldo de (coord.). **O judiciário trabalhista na atualidade**: temas relevantes. São Paulo: LTr, 2015. p. 155-159.

[Disponibilidade da obra](#)

FREITAS, Graça Maria Borges de. El caso José Pereira procesado ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos y sus repercusiones en las políticas públicas de combate contra el trabajo esclavo en Brasil - principales logros y actuales resistencias. *In*: GONZÁLEZ PESANTES, Ernesto; BARRERA VARELA, Pedro Javier; LÓPEZ PEÑA, Edmer Leandro (comp.). **Reflexiones sobre los derechos constitucionales en perspectiva latinoamericana**. Bogotá: Ibañez, 2015. p. 115-132.

[Disponibilidade da obra](#)

FREITAS, Graça Maria Borges de. El concepto de validez del derecho en Richard Posner: elementos para la comprensión del pragmatismo jurídico y del análisis económico del derecho. *In*: MALDONADO, Angel Torres; VARELA, Pedro Javier Barrera (comp.). **Del concepto de validez del derecho en la teoría jurídica contemporánea**. Bogotá: Ibañez, 2016. p. 171-187.

[Disponibilidade da obra](#)

FREITAS, Graça Maria Borges de. Formação de magistrados no Brasil: um modelo educativo institucional em construção após a Constituição de 1988. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 46, n. 76, p. 81-92, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27336>. Acesso em: 7 fev. 2023.

FREITAS, Graça Maria Borges de. Formación de magistrados en Brasil: un modelo educativo institucional en construcción tras la Constitución de 1988. **Revista Oficial del Poder Judicial**, Lima, Peru, v. 4 e 5, n. 6 e 7, p. 357-371, 2010/2011.

FREITAS, Graça Maria Borges de. O papel do juiz na sociedade contemporânea: entre a política, a economia, os valores morais e as promessas do Estado democrático de direito - uma abordagem da história do presente. **Revista Trabalhista - Direito e Processo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 15, p. 23-47, jul./set. 2005.

FREITAS, Graça Maria Borges de. As Razões do Direito: desafios da argumentação jurídica para a justiça do século XXI. *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da; ANDRADE, Oyama Karyna Barbosa (coord.). **Justiça do século XXI**. São Paulo: LTr, 2014. p. 127-133.

[Disponibilidade da obra](#)

FREITAS, Graça Maria Borges de. A reforma do judiciário, o discurso econômico e os desafios da formação do magistrado hoje. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 42, n. 72, p. 31-44, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27018>. Acesso em: 31 jan. 2023.

FREITAS, Graça Maria Borges de. Seleção de magistrados no Brasil e o papel das escolas de magistratura: algumas reflexões para a magistratura do trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 47, n. 77, p. 193-210, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27331>. Acesso em: 31 jan. 2023.

FREITAS, Graça Maria Borges de. Súmula n. 394 do TST: Fato superveniente e algumas questões sobre sua aplicação. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves**. São Paulo: LTr, 2015. p. 298-300.
[Disponibilidade da obra](#)

FREITAS, Graça Maria Borges de. **Trabalho escravo no Brasil: entre o penal e o trabalhista - Inquérito 2131 – um caso paradigmático de reconstrução argumentativa dos conceitos de dignidade e de trabalho degradante**. Dissertação (Trabalho apresentado ao Curso de Máster em Argumentação Jurídica) - Universidade de Alicante. Espanha. 2013. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/1499/>. Acesso em: 1 de fev. 2023.

FREITAS, Graça Maria Borges de. **Trabalho infantil e educação: avanços necessários**. Biblioteca digital do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região, Belo Horizonte, 2014.

Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/12195/>. Acesso em: 1 de fev. 2023.

FREITAS, Graça Maria Borges de; BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. Separação e equilíbrio de poderes: reflexões sobre democracia e desenho institucional do STF pós-1988 - Apontamentos a partir de um estudo de caso: ADPF 402-DF. *In*: VERONESE, Alexandre; BENVINDO, Juliano Zaiden; HORTA, Ricardo de Lins e (org.). **Política e poder judiciário**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2017. p. 193-216.

[Disponibilidade da obra](#)

GONTIJO, Anna Carolina Marques. Conciliação judicial: novos enfoques e perspectivas. *In*: KOURY, Luiz Ronan Neves Fernandes, Nadia Soraggi coord.; CARVALHO, Ricardo Wagner Rodrigues de (coord.). **Tendências do processo do trabalho**. São Paulo: LTr, 2010. p. 119-126.

[Disponibilidade da obra](#)

GUIMARÃES, Antônio Fernando; FERREIRA, Marcus Moura; LOPES, Mônica Sette. O magistrado no âmbito institucional: garantias e obrigações profissionais. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília (DF), v. 66, n. 2, p.135-153, abr./jun. 2000.

HORTA, Denise Alves. Audiência trabalhista e execução. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coord.). **ABC da execução trabalhista: teoria e prática**. São Paulo: LTr, 2014. p. 23-28.

[Disponibilidade da obra](#)

HORTA, Denise Alves. Da representação das partes em audiência - ausência de qualquer dos litigantes e seus efeitos à luz das alterações realizadas pela reforma trabalhista 2017. *In*: HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de (coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho: reforma trabalhista, principais alterações: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017**. São Paulo: LTr, 2018. p. 372-383.

[Disponibilidade da obra](#)

HORTA, Denise Alves. Embargos de declaração: apontamentos em face do novo código de processo civil e do direito processual do trabalho. *In*: SOARES, Marcelo (org.). **Direito do trabalho na contemporaneidade: em homenagem ao Des. Dr. Júlio Bernardo do Carmo**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017. p. 169-195.

[Disponibilidade da obra](#)

HORTA, Denise Alves. Embargos de declaração no processo do trabalho e as alterações da lei n. 13.015, de 21 de julho de 2014 - reflexos no processo do trabalho da disciplina dos embargos de declaração do novo CPC. *In*: OLIVEIRA, Valtércio Ronaldo de (coord.). **O judiciário trabalhista na atualidade**: temas relevantes. São Paulo: LTr, 2015. p. 139-153.

[Disponibilidade da obra](#)

HORTA, Denise Alves. Embargos de declaração: regime legal e suas hipóteses. *In*: EÇA, Vitor Salino de Moura (coord.). **Embargos de declaração no processo do trabalho**. São Paulo: LTr, 2010. p. 23-44.

[Disponibilidade da obra](#)

HORTA, Denise Alves. Enunciado n. 339: CIPA – Suplente: garantia de emprego: CF/88. *In*: VIANA, Márcio Túlio; Renault, Luiz Otávio Linhares (coord.). **O que há de novo em direito do trabalho**: homenagem a Isis de Almeida, Messias Pereira Donato e Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena. São Paulo: LTr, 1997. p. 241-248.

[Disponibilidade da obra](#)

HORTA, Denise Alves. Enunciado n. 340: Comissionista: horas extras – revisão do enunciado n. 56. *In*: VIANA, Márcio Túlio; Renault, Luiz Otávio Linhares (coord.). **O que há de novo em direito do trabalho**: homenagem a Isis de Almeida, Messias Pereira Donato e Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena. São Paulo: LTr, 1997. p. 249-253.

[Disponibilidade da obra](#)

HORTA, Denise Alves. Enunciado n. 343: Bancário: salário hora – divisor. *In*: VIANA, Márcio Túlio; Renault, Luiz Otávio Linhares (coord.). **O que há de novo em direito do trabalho**: homenagem a Isis de Almeida, Messias Pereira Donato e Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena. São Paulo: LTr, 1997. p. 260-263.

[Disponibilidade da obra](#)

HORTA, Denise Alves. Enunciado n. 344: Salário família: trabalhador rural – revisão do enunciado 227. *In*: VIANA, Márcio Túlio; Renault, Luiz Otávio Linhares (coord.). **O que há de novo em direito do trabalho**: homenagem a Isis de Almeida, Messias Pereira Donato e Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena. São Paulo: LTr, 1997. p. 264-268.

[Disponibilidade da obra](#)

HORTA, Denise Alves. A Sucumbência: Os honorários advocatícios e periciais: as custas. *In*: PIRES, Rosemary de Oliveira; LORENTZ, Lutiana Nacur; BARBOSA, Arnaldo Afonso (coord.). **A reforma trabalhista**: (lei n. 13.467/2017): na visão dos

Magistrados do Trabalho, Procuradores do Trabalho e Advogados Trabalhistas. Belo Horizonte: RTM, 2019. p. 659-677.

[Disponibilidade da obra](#)

HORTA, Denise Alves. Obra de arte e sentença: a expressão do sentir do artista e do juiz. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 45, n. 75, p. 163- 172, jan./jun. 2007. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27363>. Acesso em: 31 jan. 2023.

HORTA, Denise Alves. Reforma trabalhista de 2017 no âmbito da audiência de julgamento: representação das partes em audiência e os efeitos da ausência de qualquer dos litigantes. **Revista Ltr: Legislação do Trabalho**. São Paulo, v. 82, n. 2, p. 135-146, fev. 2018.

KOURY, Luiz Ronan Neves; ALMEIDA, Cleber Lúcio de; CANTELLI, Paula Oliveira (coord.). **Estudos de direito do trabalho e de direito processual do trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2012. 274 p.

[Disponibilidade da obra](#)

KOURY, Luiz Ronan Neves; ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino. Ação autônoma de fixação de honorários advocatícios sucumbenciais na justiça do trabalho. **LTr - Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 56, n. 7, p. 29-42, 2020.

KOURY, Luiz Ronan Neves; ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino. A gratuidade da justiça no processo do trabalho: reflexões à luz do CPC e da lei n. 13.467/17. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, Edição especial, p. 29-48, nov. 2017. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/35703>. Acesso em: 31 jan. 2023.

LACERDA, Bruno Amaro; LOPES, Mônica Sette. **Imagens da justiça**. São Paulo: LTr, 2010. 254 p.

[Disponibilidade da obra](#)

LAGE, Emerson José Alves; AMARAL, Alice Lopes et al. (colab.). Servidor público - contratação sob a égide do novo ordenamento jurídico pátrio - inobservância do art. 37, inciso II, da CF de 1988 - nulidade - rescisão contratual - consequências. *In*: AMATRA III. **Temas de direito e processo do trabalho**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. p. 91-106.

[Disponibilidade da obra](#)

LAGE, Emerson José Alves; LOPES, Mônica Sette (coord.). **Direito e Processo do Trabalho**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. 516 p.

[Disponibilidade da obra](#)

LAGE, Emerson José Alves; LOPES, Mônica Sette (coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho**: aspectos jurisprudenciais e doutrinários. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. 240 p.

[Disponibilidade da obra](#)

LAGE, Emerson José Alves; LOPES, Mônica Sette. (org.). **O Direito do Trabalho e o Direito Internacional**: questões relevantes. São Paulo: LTr, 2005. 335 p.

[Disponibilidade da obra](#)

LAGE, Emerson José Alves; AMARAL, Alice Lopes; VERGARA, Sônia Maria Rezende; RODRIGUES FILHO, Antônio Carlos; CARMO, Cleide Amorim de Souza; MATOS, Amândio Moacir Matos (colab.). Servidor público - Contratação sob a égide do novo ordenamento jurídico pátrio - Inobservância do art. 37, inciso II, da CF de 1988 - Nulidade - Rescisão contratual - Consequências. *In*: ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA 3ª REGIÃO (AMATRA III). **Temas de direito e processo do trabalho**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. p. 91-106.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taísa Maria Macena de. Prescrição de ofício e renúncia à prescrição consumada: implicações no processo do trabalho. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília (DF), v.74,n.1,p.94-99, jan./mar. 2008.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taísa Maria Macena de. O sentido e o alcance da expressão "relação de trabalho" no artigo 114, inciso I, da Constituição da República (Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004). **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, DF, v.71, n.1, p.282-295, jan./abr. 2005.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Maria Auxiliadora Machado. Carteira de trabalho. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Curso de direito do trabalho**: estudos em memória de Célio Goyatá. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: LTr, 1997. v. 1. p. 463-483.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taisa Maria Macena de. O aborto e suas conseqüências no Direito do Trabalho (Lei n. 8.921, de 25.7.94, que dá nova redação ao inciso II do art. 131 da CLT). *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares. **O que há de novo em direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1997. p. 74-78.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taisa Maria Macena de. Atos e negócios jurídicos no código civil brasileiro de 2002. *In*: LAGE, Emerson José Alves; LOPES, Mônica Sette (org.). **Novo código civil e seus desdobramentos no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2003. p. 47-71.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taisa Maria Macena de. Bens jurídicos e impenhorabilidade convencional. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coord.). **ABC da execução trabalhista: teoria e prática**. São Paulo: LTr, 2014. p. 37-41.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taisa Maria Macena de. A criança e o adolescente no mundo consumerista. *In*: SÁ, Maria de Fátima Freire de; NOGUEIRA, Roberto Henrique Porto; SCHETTINI, Beatriz (org.). **Novos direitos privados**. Belo Horizonte: Arraes, 2016. p. 111-119.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taísa Maria Macena de. Estatuto da pessoa com deficiência e o trabalho da mulher. *In*: AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; HORTA, Denise Alves; CANTELLI, Paula Oliveira; CAIXETA, Maria Cristina Diniz (coord.). **O gênero e a cadeia discriminatória no mundo do trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2023. p. 255-270.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taísa Maria Macena de. O estatuto da pessoa com deficiência e suas repercussões na capacidade civil. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, v. 60, n. 91, p. 223-234, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27281>. Acesso em: 25 de jan. 2024.

LIMA, Taisa Maria Macena de. A família e o idoso entre dois extremos: abandono e superproteção. *In*: ASSIS, Zamira de (coord.). **Família em perspectiva: uma abordagem multidisciplinar**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 225-236.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taisa Maria Macena de. Guarda de fato: tipo sociológico em busca de um tipo jurídico. *In*: LIMA, Taisa Maria Macena de; VIDIGAL, Helena Diógenes. **Controvérsias no sistema de filiação**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1984. p. 17-54.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taisa Maria Macena de. O impacto da reforma trabalhista no conceito de jornada de trabalho e nos critérios de concessão do intervalo intrajornada. *In*: PIRES, Rosemary de Oliveira; LORENTZ, Lutiana Nacur; BARBOSA, Arnaldo Afonso (coord.). **A reforma trabalhista**: (lei n. 13.467/2017): na visão dos magistrados do trabalho, procuradores do trabalho e advogados trabalhistas. Belo Horizonte: RTM, 2019. p. 141-150.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taisa Maria Macena de. Plano de demissão voluntária ou incentivada. *In*: HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de (coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho**: reforma trabalhista, principais alterações: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017. São Paulo: LTr, 2018. p. 261-263.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taísa Maria Macena de. Os planos do mundo jurídico e a teoria das nulidades. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 30, n. 60, p. 209-219, jul./dez. 1999. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27150>. Acesso em: 25 de jan. 2024.

LIMA, Taísa Maria Macena de. A prescrição do dano moral decorrente da relação de emprego. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v.28, n. 58, p. 55-59, jan./dez. 1998. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27149>. Acesso em: 25 de jan. 2024.

LIMA, Taisa Maria Macena de. Terceirização: responsabilidade subsidiária e solidária. *In*: ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA 3ª REGIÃO (AMATRA III). **Temas de direito e processo do trabalho**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. p. 317-329.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taisa Maria Macena de. Trabalho e saúde psíquica. *In*: EÇA, Vitor Salino de Moura (coord.). **Trabalho & saúde**. Belo Horizonte: RTM, 2015. p. 329-344.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taisa Maria Macena de; LOPES, Mônica Sette. O assédio moral e o segundo sexo. *In*: ASSIS, Zamira de; SANTOS, Magda Guadalupe dos. **Diferença sexual e desconstrução da subjetividade em perspectiva**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016. p. 187-204.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taísa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (org.). **Autonomia e vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2017. 306 p.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna (coord.). **Direitos e fundamentos entre vida e arte**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. 266 p.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taísa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de. **Ensaio sobre a infância e a adolescência**. Belo Horizonte: Arraes, 2016. 99 p.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de. **Ensaio sobre a velhice**. Belo Horizonte: Arraes, 2018. 93 p.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de. A resignificação de objeto do direito e a proteção dos animais. *In*: BRANDÃO, Cláudio; MORAES, Flaviane Barros Bolzan de; TEODORO, Maria Cecília Máximo (org.). **Democracia: autonomia privada e regulação**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018. v. 1, p. 155-170.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire. Gravidez na infância e na adolescência. *In*: LIMA, Taísa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; BERNARDES, Wilba Lúcia Maia (org.). **Direito e arte: os desafios da personalidade**. Belo Horizonte: Arraes, 2016. p. 44-53.

[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Adriano Marcos Soriano; SANTOS, Solainy Beltrão dos. A indignidade do trabalho em condições análogas à de escravo e a hercúlea luta pela sua erradicação no Brasil. *In*: DELGADO, Mauricio Godinho; CARVALHO, Augusto César Leite de; SILVA, Jane Granzoto Torres da (coord.). **Coleção estudos Enamat: volume 4: a justiça do trabalho e a erradicação do trabalho forçado, da escravidão de qualquer natureza e do tráfico de pessoas**. Brasília: Enamat, 2023. p. 93-116.

[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Adriano Marcos Soriano; SANTOS, Solainy Beltrão dos. Tribunal como um serviço e não como um lugar: a ideia de tribunais online de Richard Susskind aplicada à justiça do trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 67, n. 104, p. 29-56, jul./dez. 2021. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/74510>. Acesso em: 30 de jan. 2024.

LOPES, Adriano Marcos Soriano; SANTOS, Solainy Beltrão dos. Vidas negras também importam para a justiça do trabalho: uma análise das consequências jurídicas da discriminação por cor nas relações laborais. *In*: CRUZ, Maíra Guimarães Araújo de la; LIMA, Manuela Hermes de; VALE, Silvia Isabelle Ribeiro Teixeira do (org.). **Direito antidiscriminatório do trabalho**: aspectos materiais e processuais. Salvador: Escola Judicial do TRT 5º região, 2021. p. 211-238.

[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette. O cartão de ponto e os sonhos dos juízes. **Revista Ltr**: Legislação do Trabalho. São Paulo, v. 80, n. 5, p. 575-579, maio 2016.

LOPES, Mônica Sette. Uma charada: a ciência, os métodos, a lei e o conflito. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 40, n. 70, p. 185-212, jul./dez. 2004. Supl. Especial. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27044>. Acesso em: 1 fev. 2023.

LOPES, Mônica Sette. **A convenção coletiva e sua força vinculante**. São Paulo: LTr, 1998. 296 p.

[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette. Convenção coletiva: uma resposta aos confrontos trabalhistas. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 27, n. 47, p. 109-145, jan./jun. 2002.

LOPES, Mônica Sette. Cooperativismo e cooperativa de trabalho: o tempo e os princípios jurídicos de tutela. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 32, n. 62, p. 113-127, jul./dez. 2000. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27171>. Acesso em: 7 fev. 2023.

LOPES, Mônica Sette. Direito do trabalho, os ofícios e os institutos jurídicos: História e contingência. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 59, n. 90, p. 63-77, jul./dez. 2014. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27234>. Acesso em: 1 fev. 2023

LOPES, Mônica Sette (org.). **O Direito e a Ciência**: tempo e métodos. Belo Horizonte: Movimento Editorial da Faculdade de Direito da UFMG, 2006. 363 p.

[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette. Direito e crônicas: a encantadora alma das ruas. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte (MG), v. 45, n. 75, p. 39-56, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27356>. Acesso em: 1 fev. 2023.

LOPES, Mônica Sette. Direito e jornalismo: julgamentos, narrativas e memória. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 35, n. 64, p. 121-164, jan./jun. 2010.

LOPES, Mônica Sette. O direito em movimento: a linguagem da realidade e as falhas da comunicação. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, DF, v. 70, n. 2, p. 72-87, jul./dez. 2004.

LOPES, Mônica Sette. **Discurso de saudação à nova Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. 2017. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/36124/>. Acesso em: 1 de fev. 2023.

LOPES, Mônica Sette. Equidade, advérbios, o código civil e a epistemologia jurídica. *In*: FARIA, Juliana Cordeiro de; MARX NETO, Edgard Audomar; REZENDE, Ester Camila Gomes Norato (org.). **Novas tendências, diálogos entre direito material e processo: estudos em homenagem ao professor Humberto Theodoro Júnior**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018. p. 439-447.
[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette. O feminino e o trabalho doméstico: paradoxos da complexidade. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 52, n. 82, p. 113-126, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27062>. Acesso em: 1 fev. 2023.

LOPES, Mônica Sette. Filigranas e firulas na execução trabalhista. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coord.). **ABC da execução trabalhista: teoria e prática**. São Paulo: LTr, 2014. p. 73-76.
[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette. A força pedagógica da ação civil pública e dos termos de ajustamento de conduta. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 32, n. 58, p. 283- 302, jan./jun. 2007.

LOPES, Mônica Sette. A formação do juiz para a oralidade: relato, memória e pedagogia do direito não escrito. *In*: MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). **A efetividade do direito e do processo do trabalho**. Rio de Janeiro: Alegro, 2010. p.137-177.

[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette. A geometria do assédio moral. **O Trabalho**, Curitiba, n. 161, p. 5.712- 5.714, jul. 2010.

LOPES, Mônica Sette. Grupo econômico e sinais de sua existência: viagem ao reino dos fatos. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, v. 40, n. 157, p. 139-152, maio/jun. 2014.

LOPES, Mônica Sette. A imagem do direito e da justiça no Machado de Assis cronista. *In*: BUESCU, Helena; TRABUCO, Cláudia; RIBEIRO, Sônia (coord.). **Direito e Literatura: mundos em diálogo**. Coimbra: Livraria Almedina, 2010. p. 257-270.

[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette. Informação e imagem: a internet e a preservação da intimidade das partes. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 34, n. 63, p. 249-270, jul./dez. 2009.

LOPES, Mônica Sette. Informação e imagem: a internet e a preservação da intimidade das partes. **Revista LTr: Legislação do Trabalho**. São Paulo, v. 73, n. 8, p. 946-952, ago. 2009.

LOPES, Mônica Sette. A intertemporalidade e a incorporação da gratificação de função. *In*: HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de (coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho: reforma trabalhista, principais alterações: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017**. São Paulo: LTr, 2018. p. 236-243.

[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette. O jogo: um paradigma para a execução. **Revista Trabalhista**, Rio de Janeiro, v.1, p.141-163, jan./mar. 2002.

LOPES, Mônica Sette. O juiz como agente de sua independência: entre o diálogo e o medo. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, Ed. UFMG, n. 103,

jul./dez. 2011, p. 257-283. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/1785/>. Acesso em: 01 de fev. 2023.

LOPES, Mônica Sette. O juiz e o fato: juiz leitor e o leitor do juiz. **Revista Trabalhista - Direito e Processo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 12, p. 153-181, out./dez. 2004.

LOPES, Mônica Sette. **Os juízes e a ética do cotidiano**. São Paulo: LTr, 2008. 271 p.
[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette. Os juízes no espelho: ver e ser visto. **Revista Ética e Filosofia Política**, v. 2, n. 14, out. 2011. Disponível em:
<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/1673/>. Acesso em: 1 de fev. 2023.

LOPES, Mônica Sette. Juristas e jornalistas: impressões e julgamentos. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 48, n. 78, p. 253-269, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27307>. Acesso em: 1 fev. 2023.

LOPES, Mônica Sette. A justiça do trabalho em Minas nos anos 40 a 60: um personagem e seu ofício. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 56, n. 86, p. 77-109, jul./dez. 2012. Disponível em:
<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27223>. Acesso: 1 fev. 2023.

LOPES, Mônica Sette. Maçã, giz, queimada e letra de forma: impressões sobre o modelo francês de formação de juízes. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 31, n. 57, p. 77-100, jul./dez. 2006. Disponível em:
<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/1947/>. Acesso em: 1 de fev. 2023

LOPES, Mônica Sette. Magistradas brasileiras e sua prática profissional. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 28, n. 58, p. 149-159, jan./dez. 1998. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27172>. Acesso em: 7 fev. 2023.

LOPES, Mônica Sette. Mediação extrajudicial: o conflito pelo direito e pelo avesso. *In*: SOUZA, Cláudia Maria Gomes de; JAYME, Fernando Gonzaga; SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça; PEREIRA, Rita Andréa Guimarães de Carvalho (coord.). **Mediação de conflitos: a emergência de um novo paradigma**. Belo Horizonte: Del Rey, 2016. p. 97-110.
[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette. Uma mensagem sobre o direito aos pedaços: a reforma trabalhista, as contingências e a equidade. **Revista LTr: Legislação do Trabalho**. São Paulo, v. 83, n. 2, p. 160- 171, fev. 2019.

LOPES, Mônica Sette. **Uma metáfora**: música & direito. São Paulo: LTr, 2006. 183 p.
[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette. Noel Rosa e o tempo: as crônicas e os conflitos. *In*: LIMA, Taísa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; BERNARDES, Wilba Lúcia Maia (org.). **Direito e arte**: os desafios da personalidade. Belo Horizonte, p 13-32. Arraes, 2016.

[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette. Norma coletiva negociada e declaração de ineficácia/nulidade. **Trabalho e Doutrina**, São Paulo, n. 13, p. 22-38, mar. /jun. 1997.

LOPES, Mônica Sette. A nova CTPS e a ética trabalhista (Portaria n. 44, de 20.1.97). *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coord.). **O que há de novo em direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1997. p. 151-159.

[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette. Ódio à música: a violência da música. *In*: LOPES, Mônica Sette; MATOS, Andityas Soares de Moura Costa; SANTANA, Eder Fernandes (org.). **Representações da violência**: direito, literatura, cinema e outras artes. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017. p. 197-210.

[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette. A opinião pública e o Poder Judiciário: o tempo do direito e o tempo da comunicação. **Revista Trabalhista**, Rio de Janeiro, v. 11, p.126-135, 2012. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/1670/>. Acesso em: 1 de fev. 2023.

LOPES, Mônica Sette. Pela mão de Alice: o trabalho da mulher e o surpreendente da história. Curitiba. **Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, v. 3, n. 32. jul./ago. 2014. p. 64-71. Edição em homenagem a Bertha Lutz e Alice Monteiro de Barros.

LOPES, Mônica Sette. Precedentes e Tópica: soluções como problemas. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba (PR), v. 32, n. 59, p. 255-273, jul./dez. 2007.

LOPES, Mônica Sette. A prescrição de ofício e o processo do trabalho: o interno e o entorno. **Revista LTr: Legislação do Trabalho**. São Paulo, v. 72, n. 10, p. 1.217-1.230, out. 2008.

LOPES, Mônica Sette. O prêmio: uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. *In*: HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de (coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho**: reforma trabalhista, principais alterações: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017. São Paulo: LTr, 2018. p. 213-218.

[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette. O processo - o livro e o filme: conhecimento, complexidade e risco. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 50, n. 80, p. 187- 206, jul./dez. 2009. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27300>. Acesso em: 1 fev 2023.

LOPES, Mônica Sette. O real, o virtual e a dinâmica jurídica. **Revista LTr: Legislação do Trabalho**. São Paulo, v. 71, n. 8, p. 948-956, ago. 2007.

LOPES, Mônica Sette. Relato, cotidiano e gênero: as tramas do trabalho feminino. *In*: AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; HORTA, Denise Alves; CANTELLI, Paula Oliveira; CAIXETA, Maria Cristina Diniz (coord.). **O gênero e a cadeia discriminatória no mundo do trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2023. p. 517-530.

[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette. Os sujeitos jurídicos: concepções tangenciadoras do novo código civil. *In*: LAGE, Emerson José Alves; LOPES, Mônica Sette (org.). **Novo código civil e seus desdobramentos no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2003. p. 27-46.

[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette. O tempo e o art.62 da CLT: impressões do cotidiano. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 36, n. 67, p. 783-805, jul./dez. 2011.

LOPES, Mônica Sette. O tempo e o art. 62 da CLT - Impressões do cotidiano. **Revista LTr: Legislação do Trabalho**. São Paulo, v. 76, n. 1, p. 72-79, jan. 2012. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/1661>. Acesso em: 01 de fev. 2023

LOPES, Mônica Sette. O trabalho e a concreção do direito: a principiologia pela observação dos ofícios. *In*: MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva; MANNRICH, Nelson; PRADO, Ney. Os pilares do direito do trabalho. **Porto Alegre**: Lex Editora, 2013, p. 128-193. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/1672>. Acesso em: 1 de fev. 2023.

LOPES, Mônica Sette; CUNHA, Luana Magalhães de Araújo. A sintonia do crime e do direito num programa de rádio. *In*: LOPES, Mônica Sette; MATOS, Andityas Soares de Moura Costa; SANTANA, Eder Fernandes (org.). **Representações da violência**: direito, literatura, cinema e outras artes. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017. p. 211-238.

[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette; GAVA, Mário Colombo. Professora, como se aprende isso? **Revista LTr**: Legislação do Trabalho. São Paulo, v. 80, n. 11, p. 1316-1326, nov. 2016.

LOPES, Mônica Sette; LIMA, Taísa Maria Macena. O assédio moral e o Segundo Sexo. *In*: ASSIS, Zamira de; SANTOS, Magda Guadalupe dos. **Diferença sexual e desconstrução da subjetividade em perspectiva**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016. p. 187-204.

[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette; PACHECO, Marília. Trabalho doméstico e discriminação: algumas pontuações sobre a cultura e o valor de uma modalidade de trabalho feminino. **Revista de Direito do Trabalho e Seguridade Social**, São Paulo, v. 47, n. 219, p. 293-312, set./out. 2021.

LOPES, Mônica Sette; SANTANA, Eder Fernandes. A constituição de 1988, o processo judicial e os atos ordinatórios: a vida é um pouco mais. **LTr - Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 55, n. 44, p. 273-280, 2019.

LOPES, Mônica Sette; SANTOS, Marina França. Lei n. 11.187/2005: Decisões interlocutórias no processo civil e no processo do trabalho: o tempo, o costume e a experiência jurídica. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 23-27.

[Disponibilidade da obra](#)

LOPES, Mônica Sette; SANTOS, Marina França. O tempo no processo, a colusão e a ação rescisória na justiça do trabalho. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, v. 39, n. 150, p. 225-240, mar./abr. 2013.

LOPES, Mônica Sette; SILVA, Sofia Araújo. Substituição Processual e Execução no Processo do Trabalho. **Revista Magister de Direito Trabalhista e Previdenciário**, Porto Alegre, v. 5, n. 28, p. 5-32, jan./fev. 2009.

LOPES, Mônica Sette; SILVA, Sofia Araújo. Substituição processual e execução no processo do trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 49, n. 79, p. 213-236, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27108>. Acesso em: 1 fev. 2023.

LOPES, Mônica Sette; VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. Hermenêutica e Aplicação do Direito. *In*: TRABALHOS DA ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO, ago. 1999 a jun. 2000. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Escola Judicial, Tribunal Regional da Terceira 3ª Região, 2001. p. 151-179.
[Disponibilidade da obra](#)

MAGALHÃES, Maria Lúcia Cardoso de. A cidadania da mulher, uma questão de justiça. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 35, n. 65, p. 23-46, jan./jun. 2002.

MAGALHÃES, Maria Lúcia Cardoso de. Combate à discriminação da mulher no trabalho. *In*: AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; HORTA, Denise Alves; CANTELLI, Paula Oliveira; CAIXETA, Maria Cristina Diniz (coord.). **O gênero e a cadeia discriminatória no mundo do trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2023. p. 170-198.
[Disponibilidade da obra](#)

MAGALHÃES, Maria Lúcia Cardoso de. Combate à discriminação da mulher no Trabalho. *In*: KEPPEN, Luiz Fernando Tomasi; GIACOIA, Gilberto; NOGUEIRA, Ramon de Medeiros; CAMBI, Eduardo Augusto Salomão (org.). **Direito, Ação e Jurisdição: estudos em homenagem à Ministra Rosa Weber**. Curitiba: Editora Clássica, 2023. p. 345-369.
[Disponibilidade da obra](#)

MAGALHÃES, Maria Lúcia Cardoso de. A discriminação do trabalhador idoso: responsabilidade social das empresas e do estado. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 48, n. 78, p. 31-44, jul./dez. 2008. Disponível

em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27309>. Acesso em: 31 jan. 2023.

MAGALHÃES, Maria Lúcia Cardoso de. A harmonização dos direitos sociais e o Mercosul. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 32, n. 62, p. 51-65, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27146>. Acesso em: 31 jan. 2023.

MAGALHÃES, Maria Lúcia Cardoso de. A harmonização dos direitos trabalhistas e a aplicação do direito comunitário no Mercosul. In: LAGE, Emerson José Alves; LOPES, Mônica Sette (org.). **O Direito do Trabalho e o Direito Internacional: questões relevantes - Homenagem ao Professor Osíris Rocha**. São Paulo: LTr, 2005. p.128-139. [Disponibilidade da obra](#)

MAGALHÃES, Maria Lúcia Cardoso de. A intervenção do Estado na ordem privada. **O Trabalho**, [S.l.], n. 6, p. 131-136, ago. 1997.

MAGALHÃES, Maria Lúcia Cardoso de. Manual de procedimentos - Da execução contra a fazenda pública na Justiça do Trabalho - Precatório - Requisição de pequeno valor - Noções básicas. **Ciência Jurídica do Trabalho**, Belo Horizonte, v. 12, n. 76, p. 57-163, jul./ago. 2009.

MAGALHÃES, Maria Lúcia Cardoso de. O meio ambiente de trabalho nas mineradoras: a tragédia do rompimento das barragens em Minas Gerais sob o viés da reforma trabalhista e da lógica econômica das empresas. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região**. Belo Horizonte, v.68, n. 105, p. 101-118, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/76494>. Acesso em: 25 jan. 2024

MAGALHÃES, Maria Lúcia Cardoso de. Um novo olhar sobre o TTP: trabalho a tempo parcial. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 46, n. 76, p. 247-257, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27353>. Acesso em: 31 jan. 2023.

MAGALHÃES, Maria Lúcia Cardoso de. A política econômica e o Direito do Trabalho. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Brasília (DF), v. 8, n. 15, p. 80-92, mar. 1998.

MAGALHÃES, Maria Lúcia Cardoso de. O princípio da proteção e a constituição de 1988. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 64, n. 98, p. 225- 244, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/42789>. Acesso em: 31 jan. 2023.

MAGALHÃES, Maria Lúcia Cardoso de. A responsabilidade trabalhista dos notários e registradores de imóveis. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 44, n. 74, p. 113-132, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27000>. Acesso em: 31 jan. 2023.

MALHEIROS, Maristela Íris da Silva. OJ n. 26 da SDI-1 do TST: Competência da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar demanda versando sobre pensão devida à viúva de ex-empregado. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 335-338.

[Disponibilidade da obra](#)

MALHEIROS, Maristela Íris da Silva. Padrão de vestimenta no meio ambiente laboral e inserção de propagandas no uniforme: uso da imagem do trabalhador. *In*: HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de (coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho**: reforma trabalhista, principais alterações: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017. São Paulo: LTr, 2018. p. 205-212.

[Disponibilidade da obra](#)

MARRA, Fabiana Alves. Contrato administrativo nas relações de trabalho - Competência e efeitos. **Repertório IOB de Jurisprudência**: vol. 2. São Paulo, v. 2, n. 13, p. 409-408, jul. 2013.

MARRA, Fabiana Alves. Honorários de sucumbência e indenização por gastos com advogado na Justiça do Trabalho. **Repertório IOB de Jurisprudência**: vol. 2. São Paulo, v. 2, n. 9, p. 303- 302, maio de 2013.

MARRA, Fabiana Alves. O meio ambiente laboral. **Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária**, São Paulo, v. 24, n. 285, p. 223-224, mar. 2013.

MARRA, Fabiana Alves. A rescisão indireta no direito do trabalho. **Repertório IOB de Jurisprudência**: vol. 2. São Paulo, v. 2, n. 12, p. 415, jun. 2014.

MARTINS, Jessica Grazielle Andrade; MARTINS, Natália Luiza Alves. Teletrabalho, bem-estar e direito à desconexão: breves reflexões sobre possíveis medidas de controle da hiperconexão e manutenção do bem-estar psicoemocional do teletrabalhador. *In*: DELGADO, Mauricio Godinho; BALAZEIRO, Alberto Bastos (coord.). **Coleção estudos**

Enamat: volume 8 - trabalho decente e proteção ao meio ambiente do trabalho. Brasília: Enamat, 2023. p. 263-281.

[Disponibilidade da obra](#)

MELO, Paola Barbosa de. Dispensa coletiva e a (in)constitucionalidade do pl n. 6.787/2016. **LTr** - Suplemento Trabalhista, São Paulo, v. 53, n. 67, p. 343-341, jan. 2017.

[Disponibilidade da obra](#)

MELO, Paola Barbosa de. Redução da jornada e de salário na legislação emergencial à luz da Constituição Federal. *In:* MOTERANI, Fábio Cerutti, Frederico Monacci; CHAMONE, Marcelo Azevedo (org.). **Direito do trabalho em tempos de crise econômico-sanitária**. Campinas: Lacier, 2021. p. 224-243.

[Disponibilidade da obra](#)

MENDONÇA, Ana Luiza Fischer Teixeira de Souza. Um convite ao litígio responsável: gratuidade de justiça, honorários periciais e honorários advocatícios no processo do trabalho, segundo a lei n. 13.467/2017. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, Edição especial, p. 479-491, nov. 2017. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/35884>. Acesso em: 3 fev. 2023.

MIALON, Marie-France. A identidade social europeia: dificuldades e limites da política comunitária de proteção social. Tradução: Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt, **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 41, n. 71, p. 51-67, jan./jun. 2005. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27346>. Acesso em: 31 jan. 2023.

MORAIS, Andréa Rodrigues. O conceito de relação de trabalho do art. 114, I, da Constituição da República de 1988 e os contratos em que a atividade laborativa, embora existente, seja meramente residual. *In:* DELGADO, Maurício Godinho; TEODORO, Maria Cecília Máximo; PEREIRA, Vanessa dos Reis (coord.). **Relação de Trabalho: fundamentos interpretativos para a nova competência da Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2005. p. 194-202.

[Disponibilidade da obra](#)

NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; LIMA, Taísa Maria Macena de. Direito à reparação civil do nascituro por morte do genitor em acidente de trabalho: dano moral e personalidade do nascituro. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 51, n. 81, p. 113-136, jan./jun. 2010.

[Disponibilidade da obra](#)

RENAULT, Luiz Otávio Linhares; CANTELLI, Paula Oliveira; PORTO, Lorena

Vasconcelos; NIGRI, Fernanda (coord.). **Parassubordinação**: em homenagem ao Professor Márcio Túlio Viana. São Paulo: LTr, 2011. 280 p.

[Disponibilidade da obra](#)

SENA, Natália Azevedo. Breves considerações acerca da vedação à dispensa arbitrária prevista no art. 7, I, da CF/88, e o recente Enunciado n. 2 da "1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho". **LTr - Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 44, n. 50, p. 249-250, 2008.

SENA, Natália Azevedo; OLIVEIRA, Andressa Batista de. Contrato de trabalho rural por pequeno prazo - Lei n 11.718/08 - um convite à fraude. **Suplemento Trabalhista LTr**, São Paulo, v. 44, n. 105, p. 521-524, jan. 2008.

SENA, Natália Azevedo. Cooperativas de trabalho e cooperativas de mão-de-obra. **Jornal Trabalhista**: JTb-Jornal Trabalhista Consulex. Brasília (DF), v. 25, n. 1206, p. 4-6, jan. 2008.

SENA, Natália Azevedo. Cooperativas de trabalho e cooperativas de mão-de-obra: terceirização e fraude. **LTr - Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 44, n. 27, p. 137-140, 2008.

SENA, Natália Azevedo. Prescrição total e prescrição parcial: critérios básicos para sua diferenciação. **LTr - Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 44, n. 82, p. 401-404, 2008.

SENA, Natália Azevedo. Prescrição total e prescrição parcial: critérios básicos para sua diferenciação. **Jornal Trabalhista**: JTb-Jornal Trabalhista Consulex. Brasília (DF), v. 25, n. 1.207, p. 4-5, fev. 2008.

SENA, Natália Azevedo; OLIVEIRA, Andressa Batista de. Lei n. 11.718/08: um convite à fraude. **Jornal Trabalhista Consulex**, Brasília (DF), v. 25, n. 1.238, p. 4-6, ago. 2008.

SILVA, Elaine Cristina da; ORSINI, Adriana Goulart de Sena (org.). **Reflexões acerca do acesso à justiça pela via dos direitos**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019. v. 2, 333 p.

[Disponibilidade da obra](#)

OLIVEIRA, Rita de Cassia de Castro; CASTRO, Paulo Sérgio de. O princípio da dignidade humana discutido na análise do Agravo Regimental constante da Petição 8002 (2019). *In*: GAMBÁ, Juliane Caravieri Martins; MONTAL, Zélia Maria Cardoso; NUNES, Cicília Araújo (org.). **O Supremo Tribunal Federal e o esvanecer dos direitos sociais**: leading cases sobre trabalho regulado e seguridade social. Londrina: Thoth, 2021. p. 633-645.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Acesso à justiça, solução de conflitos e a política pública de tratamento adequado de conflitos trabalhistas. *In*: PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire; LOCKMANN, Ana Paula Pellegrina (coord.). **Conciliação judicial individual e coletiva e formas extrajudiciais de solução dos conflitos trabalhistas**: homenagem ao ministro Antônio José de Barros Levenhagen. São Paulo: LTr, 2014. p. 143-163.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. **Advocacia e magistratura**: por um efetivo acesso material à Justiça. Belo Horizonte: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, 2010. 36 p.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Ampliação da competência da justiça do trabalho: algumas relevantes considerações. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 40, n. 70, p. 79-94, jul./dez. 2004. Supl. esp. ampliação da competência da Justiça do Trabalho - EC n. 45/2004. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27066>. Acesso em: 27 jan. 2023.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. **Circulação de modelos jurídicos, recepção e mediação**. Rev. Fac. Direito UFMG, Número Especial: Jornadas Jurídicas Brasil-Canadá. p. 15-28, 2013. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/2492/>. Acesso em: 1 de fev. 2023.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Conflitos, Formas de Solução e Efetividade dos Direitos Social e Processual do Trabalho: acesso à justiça. *In*: REIS, Daniela Muradas; MELLO, Roberta Dantas de; COURA, Solange Barbosa de Castro (coord.). **Trabalho e justiça social**: um tributo a Mauricio Godinho Delgado. São Paulo: LTr, 2013. p. 457-471.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Conflitos, solução e efetividade dos direitos social e processual do trabalho: possibilidades e desafios. *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da; ANDRADE, Oyama Karyna Barbosa (coord.). **Justiça do século XXI**. São Paulo: LTr, 2014. p. 253-270.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. O efeito expansionista do direito do trabalho frente a

revolução 4.0 no Brasil. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 66, n. 102, item 1, p. 73-76, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/70481>. Acesso em: 27 jan. 2023.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Formas de resolução de conflitos e acesso à justiça. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte**, v. 46, n. 76, p. 93-114, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27337>. Acesso em: 6 fev. 2023.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Formas de resolução de conflitos e acesso à Justiça – (parte final). **Jornal Trabalhista**, Brasília (DF), v. 25, n. 1.203, p. 4-8, jan. 2008.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Juízo conciliatório trabalhista. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região**, Belém, v. 40, n. 79, p. 83-118, jul./dez. 2007.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Juízo conciliatório trabalhista. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 45, n. 75, p.139-161, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27362>. Acesso em: 27 jan. 2023.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Jurimetria e predição: notas sobre uso dos algoritmos e o Poder Judiciário. *In*: CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CAVALCANTI, Tiago Muniz; FONSECA, Vanessa Patriota da (org.). **Futuro do trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade**. Brasília: ESMPU, 2020. p. 313-332.
[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Jurimetria, predição e poder judiciário brasileiro. *In*: AFONSO, Rosemary de oliveira Pires et al. (coord.). **Direito, trabalho e justiça: novos horizontes - estudos em homenagem ao professor Antônio Álvares da Silva**. Belo horizonte: RTM, 2023. p. 271-279.
[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. **A mediação como via de desenvolvimento sustentável em políticas públicas de reurbanização**. Biblioteca digital do Tribunal do Regional do Trabalho da 3ª Região. [S.l.] 2013. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/2540/>. Acesso em: 1 de fev. 2023

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Mediação de conflitos: mudança de paradigma no mundo atual. *In*: POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; BARBATO, Maria Rosaria; MOURA,

Natália das Chagas (org.). **Trabalho, tecnologias e os desafios globais dos direitos humanos**: estudos e perspectivas críticas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. p. 231-243.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Mulher e trabalho na cena jurídica brasileira contemporânea. *In*: Associação dos magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região. **Temas de direito e processo do trabalho**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996, p. 9-18.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. **A nova caracterização da sucessão trabalhista**. 1999. Dissertação (Mestrado em Direito comercial) - Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/2337>. Acesso: 1 fev. 2023.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. **A nova caracterização da sucessão trabalhista**. São Paulo: LTr, 2000. 317 p.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. "Nova caracterização da sucessão trabalhista": elementos para a concretude do direito fundamental e universal ao trabalho digno no contexto do transpasse empresarial. *In*: VIANA, Márcio Túlio, ROCHA, Cláudio Jannotti da (coord.). **Como aplicar a CLT à luz da constituição**: alternativas para os que militam no foro trabalhista. São Paulo: LTr, 2016. p. 240-246.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Normativos nacionais e internacionais: caminhos para a efetividade da igualdade jurídica. *In*: AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; HORTA, Denise Alves; CANTELLI, Paula Oliveira; CAIXETA, Maria Cristina Diniz (coord.). **O gênero e a cadeia discriminatória no mundo do trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2023. p. 384-403.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. O processo do trabalho, direitos metaindividuais, algumas reflexões. *In*: DEBATE OS DIREITOS METAINDIVIDUAIS NO PROCESSO DO TRABALHO, 2000, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, 2001. p. 85-94.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Processo do trabalho: sonho, desejo e realidade. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; CANTELLI, Paula Oliveira (coord.). **Discriminação**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2010. p. 279-285.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Resolução de conflitos e acesso à justiça: efetividade material e judicial. *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; DELGADO, Gabriela Neves; NUNES, Raquel Portugal (coord.). **Dignidade humana e inclusão social: caminhos para a efetividade do direito do trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 2010. p. 143-174.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Respeito fixado na ordem constitucional à dignidade da pessoa humana, à própria vida, ao nascituro e à criança": o constitucionalismo humanista e social na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do trabalho. *In*: DELGADO, Gabriela Neves; LEMOS, Maria Cecília de Almeida Monteiro de; DIAS, Valéria de Oliveira (coord.). **Constitucionalismo humanista e social na jurisprudência do TST: o direito do trabalho no legado de Maurício Godinho Delgado em seus 70 anos**. São Paulo: Mizuno, 2023. p. 141-157.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. **Teoria do juízo conciliatório**. Biblioteca digital do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região, Brasília, 2013. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/2330/>. Acesso em: 1 de fev. 2023.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. A terceirização na realidade brasileira. **ABMCJ Revista**, [S.l.] v. 1, n. 1, p. 309-325, out. 2001.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. A terceirização na realidade brasileira. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 33, n. 63, p. 47-62, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27068>. Acesso em: 27 jan. 2023.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Trabalho e desemprego no contexto contemporâneo: algumas reflexões. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 29, n. 59, p. 99-128, jan./jun. 1999.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena Orsini. Trabalho da mulher. *In*: BARROS, Alice Monteiro de (coord.). **Curso de direito do trabalho**: estudos em memória de Célio Goyatá. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: LTr, 1997. v. 1. p. 582-610.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Solução de conflitos por meio da conciliação: contínuo espaço institucional para a composição processual adequada. *In*: KOURY, Luiz Ronan Neves; ALMEIDA, Wânia Guimarães Rabêllo de; ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino (coord.). **O direito processual do trabalho na perspectiva do código de processo civil e da reforma trabalhista**: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017. São Paulo: LTr, 2017. p. 27-35.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Solução de conflitos trabalhistas: a conciliação judicial. *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena (org.). **Mecanismos de solução de controvérsias trabalhistas nas dimensões nacional e internacional**. São Paulo: LTr, 2015. p. 17-27.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; AGUILAR, Thaís Lopes Chácara de. O advogado como instrumento de acesso à justiça em Roma e nos tempos hodiernos. *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; VASCONCELOS, Antônio Gomes de (org.). **Acesso à Justiça**. Belo Horizonte: Initia Via, 2012. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/2618>. Acesso em: 1 de fev. 2023.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; AIHARA, Pedro Doshikazu Pianchão. Aspectos da formação policial militar. *In*: SILVA, Elaine Cristina da; ORSINI, Adriana Goulart de Sena (org.). **Reflexões acerca do acesso à justiça pela via dos direitos**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019. v. 2, p. 283-300.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; BORGES, Jacqueline Monteiro de Lima; PINTO, Maria Cecília. Enunciado n. 315: IPC de março/90: Lei n. 8.030/90 (Plano Collor). Inexistência de direito adquirido. *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coord.). **O que há de novo em direito do trabalho**: homenagem a Isis de Almeida, Messias Pereira Donato e Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena. São Paulo: LTr, 1997. p. 173-180.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; BORGES, Jacqueline Monteiro de Lima; PINTO, Maria Cecília. Enunciado n. 316: IPC de junho/87: Decreto-Lei n. 2.235/987 (Plano Bresser). Direito adquirido. *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coord.). **O que há de novo em direito do trabalho**: homenagem a Isis de Almeida, Messias Pereira Donato e Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena. São Paulo: LTr, 1997. p. 181-186.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; BORGES, Jacqueline Monteiro de Lima; PINTO, Maria Cecília. Enunciado n. 317: URP de fevereiro: Lei n. 7.730/89 (Plano Verão). Direito adquirido. *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coord.). **O que há de novo em direito do trabalho**: homenagem a Isis de Almeida, Messias Pereira Donato e Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena. São Paulo: LTr, 1997. p. 187-191.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; BORGES, Jacqueline Monteiro de Lima; PINTO, Maria Cecília. Enunciado n. 322: Diferenças salariais: planos econômicos: limite. *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coord.). **O que há de novo em direito do trabalho**: homenagem a Isis de Almeida, Messias Pereira Donato e Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena. São Paulo: LTr, 1997. p. 203-207.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; BORGES, Jacqueline Monteiro de Lima; PINTO, Maria Cecília. Enunciado n. 323: URP de abril e maio de 1988: pagamento; suspensão: Decreto-lei n. 2.425/88. *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coord.). **O que há de novo em direito do trabalho**: homenagem a Isis de Almeida, Messias Pereira Donato e Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena. São Paulo: LTr, 1997. p. 208-214.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; BORGES, Jacqueline Monteiro de Lima; PINTO, Maria Cecília. Enunciado n. 328: Férias: terço constitucional. *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coord.). **O que há de novo em direito do trabalho**: homenagem a Isis de Almeida, Messias Pereira Donato e Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena. São Paulo: LTr, 1997. p. 219-222.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da. Ensino jurídico e educação para a alteridade: resolução de conflitos e uma experiência de sala de aula. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas n. 41, p. 61-76, jul./dez. 2012.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da. Judicialização das relações sociais e desigualdade de acesso: por uma reflexão crítica. *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da; ANDRADE, Oyama Karyna Barbosa (coord.). **Justiça do século XXI**. São Paulo: LTr, 2014. p. 59-68.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da; ANDRADE, Oyama Karyna Barbosa (coord.). **Justiça do século XXI**. São Paulo: LTr, 2014. v. 1. p. 436 p.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; GONÇALVES, Igor Sousa. A (in)convencionalidade da redução da idade mínima para o trabalho e da flexibilização do sistema de proteção, proibição e limitação do trabalho infantil. *In*: NOGUEIRA, Eliana dos Santos Alves et al. (org.). **30 anos do estatuto da criança e do adolescente**: a proteção integral sob a ótica do direito e do processo do trabalho. Belo Horizonte: RTM, 2020. p. 143-160.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LARA, Caio Augusto Souza. A datificação do comportamento humano e a definição dos dados e dos algoritmos. *In*: ALVES, Marco Antônio Sousa; NOBRE, Márcio Rimet (org.). **A sociedade da informação em questão**: o direito, o poder e o sujeito na contemporaneidade. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019. p. 195-209.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LARA, Caio Augusto Souza. Dez anos de práticas restaurativas no Brasil: a afirmação da justiça restaurativa como política pública de resolução de conflitos e acesso à Justiça. **Revista Responsabilidades (TJMG)**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 305-324, set. 2012/fev. 2013. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/>. Acesso em: 1 de fev. 2023.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LAURA, Caio Augusto Souza. A justiça restaurativa: uma abrangente forma de tratamento de conflitos. *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da; ANDRADE, Oyama Karyna Barbosa (coord.). **Justiça do século XXI**. São Paulo: LTr, 2014. p. 337-346.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LEITE, Giovana Paula Ramos Silveira; CORREA, Igo Zany Nunes. Eficácia da coisa julgada em ação civil coletiva do rito ordinário na justiça do trabalho nos casos de fraude aos fundos de previdência e a aplicação do tema 499

do STF. *In*: KOURY, Luiz Ronan Neves (coord.). **O diálogo indispensável da doutrina com a jurisprudência no processo do trabalho**: volume II. Belo Horizonte: RTM, 2023. 317 p. 13-25.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LEME, Ana Carolina Reis Paes. Acesso tecnológico à justiça. *In*: ALVES, Lucélia de Sena; ORSINI, Adriana Goulart de Sena (org.). **Reflexões acerca do acesso à justiça pela via dos direitos**. Belo Horizonte: D' Plácido, 2018. v. 1, p. 189-209.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; MACEDO, Gisele de Cássia Vieira Dias; PINTO, Maria Cecília Alves. **Manual de procedimentos em executivo fiscal**. Belo Horizonte: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, 2005. 47 p.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; MELLO, Ana Flávia Chaves Vaz de; AMARAL, Tayná Pereira. A conciliação como concretização do acesso à justiça. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, v. 53, n. 83, p. 41-55, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/26996>. Acesso em: 8 fev. 2023.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; MELLO, Ana Flávia Chaves Vaz de; AMARAL, Tayná Pereira. A conciliação como instrumento de concretização do acesso à justiça. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 37, n. 68, p. 35-60, jan./jun. 2012.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; NEVES, Natália de Souza. O diálogo nas práticas restaurativas: a (re)compreensão do passado através da linguagem. *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; VASCONCELOS, Antônio Gomes de (org.). **Acesso à Justiça**. Belo Horizonte: Inítia Via, 2012. v. 2. p. 28-44. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/2633>. Acesso em: 1 de fev. 2023.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; PIMENTA, Raquel Betty de Castro. Combate ao trabalho infantil sem solução de continuidade: a atuação do Tribunal Regional da 3ª Região na pandemia do SARSCOV2. *In*: DELGADO, Mauricio Godinho; LOPES, Evandro Pereira Valadão (coord.). **Coleção estudos Enamat**: volume 5: uma prioridade absoluta: a erradicação do trabalho infantil, o incentivo à aprendizagem e a proteção à convivência familiar da criança e do adolescente na justiça do trabalho. Brasília: Enamat, 2023. p. 145-172.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; CANTELLI, Paula Oliveira (coord.). **Processo do trabalho atual: e temas conexos**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; RIBEIRO, Luiza Berlini Dornas. A litigância habitual nos juizados especiais em telecomunicações: a questão do "excesso de acesso". *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves**. São Paulo: LTr, 2015. p. 485-499.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; RIBEIRO, Luiza Berlini Dornas. A litigância habitual nos juizados especiais em telecomunicações: a questão do "excesso de acesso". **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 55, n. 85, p. 21-46, jan./jun. 2012. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27233>. Acesso em: 27 jan. 2022.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; SILVA, Elaine Cristina da. Acesso à justiça infantoadolescente pela via da educação jurídica superior. *In*: SILVA, Elaine Cristina da; ORSINI, Adriana Goulart de Sena (org.). **Reflexões acerca do acesso à justiça pela via dos direitos**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019. v. 2, p. 15-42.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; SILVA, Lucas Jerônimo Ribeiro da. Da punição à restauração: perspectivas do acesso à justiça sob o enfoque da justiça juvenil restaurativa. *In*: SILVA, Elaine Cristina da; ORSINI, Adriana Goulart de Sena (org.). **Reflexões acerca do acesso à justiça pela via dos direitos**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019. v. 2, p. 83-109.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; SILVA, Nathane Fernandes da. Ensino jurídico, pesquisa e extensão: a experiência do programa **RECAJ UFMG**. *Universitas/JUS*, 2013. v. 24, n. 2, p. 11-21. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/2541>. Acesso em: 1 de fev. 2023.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; SILVA, Nathane Fernandes da. **A mediação como instrumento de efetivação dos direitos humanos e de promoção da cidadania**. Biblioteca digital do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, [S.l.] 2013. Disponível

em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/2493>. Acesso em: 1 de fev. 2023.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; SILVA, Nathane Fernandes da. **Resolução de conflitos, antropologia e pluralismo jurídico: uma experiência de mediação comunitária**. Biblioteca digital do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. [S.l.] 2013. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/2664>. Acesso em: 1 de fev. 2023.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; VASCONCELOS, Antônio Gomes de (coord.). **Acesso à justiça**. Belo Horizonte: Initia Via, 2012. v. 2, 62 p. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/2799>. Acesso em: 1 de fev. 2023.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares; CANTELLI, Paula Oliveira (coord.). **Processo do Trabalho atual: e temas conexos**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. 516 p.

[Disponibilidade da obra](#)

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares; KOURY, Luiz Ronan Neves; CANTELLI, Paula Oliveira; JANNOTTI, Cláudio (coord.). **ABC da execução trabalhista: teoria e prática**. São Paulo: LTr, 2014. 222 p.

[Disponibilidade da obra](#)

PENA, Tânia Mara Guimarães. Cumulação de adicionais na relação de emprego: respeito ao direito humano à saúde do trabalhador. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 54, n. 84, p. 79-106, jul./dez. 2011.

Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27210>. Acesso em: 6 fev. 2023.

PENA, Tânia Mara Guimarães. Da inaplicabilidade do princípio contido no art. 620 do CPC à execução trabalhista. **LTr - Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 42, n. 76, p. 327-330, 2006.

PENA, Tânia Mara Guimarães. Da insuficiência do tipo penal do assédio sexual para proteção dos empregados. **LTr - Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 42, n. 102, p. 429-433, 2006.

PENA, Tânia Mara Guimarães. Os direitos humanos como processos de luta pela dignidade humana. **Repertório IOB de Jurisprudência**: vol. 1, São Paulo, v. 1, n. 20, p. 684-681, out. 2009.

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. Acesso à justiça e tutela coletiva. *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da; ANDRADE, Oyama Karyna Barbosa (coord.). **Justiça do século XXI**. São Paulo: LTr, 2014. p. 117-126.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. Ação regressiva acidentária e a prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 58, n. 89, p. 23-35, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27187>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. Ação regressiva acidentária e a prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais. *In*: EÇA, Vítor Salino de Moura (coord.). **Trabalho & saúde**. Belo Horizonte: RTM, 2015. p. 9-27.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. As ações coletivas e o incidente de resolução de demandas repetitivas do projeto do novo código de processo civil. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 657-671.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. As ações coletivas e o incidente de resolução de demandas repetitivas do projeto do novo código de processo civil. **Revista Ltr**: Legislação do Trabalho, São Paulo, v. 78, n. 10, p. 1166-1178, out. 2014.

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. Os direitos individuais homogêneos e a conciliação no Judiciário do Trabalho - Possibilidade - Hipótese. *In*: PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire; LOCKMANN, Ana Paula Pellegrina (coord.). **Conciliação judicial individual e coletiva e formas extrajudiciais de solução dos conflitos trabalhistas**: homenagem ao ministro Antônio José de Barros Levenhagen. São Paulo: LTr, 2014. p. 247-257.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. A judicialidade dos direitos sociais. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, v. 48, n. 78, p. 45-63, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27310>. Acesso em: 27 jan. 2024.

PIMENTA, Adriana Campos De Souza Freire. A judicialidade dos direitos sociais. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região**. São Luís, v. 18, n. 1, p. 273-297, jan./dez. 2008.

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. Modelo de asociación sindical en el presente: la experiencia brasileña. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO, 2., 2014, Bogotá. **Direito material e processual do trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2016. p. 111-122.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. A mulher na magistratura trabalhista. *In*: AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; HORTA, Denise Alves; CANTELLI, Paula Oliveira; CAIXETA, Maria Cristina Diniz (coord.). **O gênero e a cadeia discriminatória no mundo do trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2023. p. 128-149.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. OJ n. 205 da SDI-1 do TST (Cancelamento): A competência da Justiça do Trabalho e o cancelamento da OJ n. 205 pelo Tribunal Superior do Trabalho. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves**. São Paulo: LTr, 2015. p. 343-348.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. Pequeno empreiteiro e o artigo 623 do novo código civil. *In*: LAGE, Emerson José Alves; LOPES, Mônica Sette (org.). **Novo código civil e seus desdobramentos no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2003. p. 130-136.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. Relativização da coisa julgada. **Revista trabalhista: direito e processo**. São Paulo, v. 11, n. 44, p. 17-28, out./nov. 2012.

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. Relativização da coisa julgada. **Revista Ltr: Legislação do Trabalho**. São Paulo, v. 77, n. 9, p. 1060-1066, set. 2013.

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. **Substituição processual sindical**. São Paulo: LTr, 2011. p. 287.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. Substituição processual sindical e o meio ambiente de trabalho. **Revista LTr: Legislação do Trabalho**, São Paulo, v. 75, n. 07, p. 827-835, jul. 2011.

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. Substituição processual sindical e efetividade dos direitos fundamentais sociais: uma visão prospectiva. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**. Brasília, v. 78, n. 2, p. 24-41, abr./jun. 2012.

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. Substituição processual sindical e efetividade dos direitos fundamentais sociais: uma visão prospectiva. *In*: MARQUES, Gérson; MARANHÃO, Ney Stany Morais (coord.). **O mundo do trabalho e as novidades normativas na perspectiva da magistratura e do ministério público: homenagem ao Ministro Arnaldo Süssekind**. São Paulo: LTr, 2014. p. 171-182.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. O trabalhador rural e a prescrição dos direitos trabalhistas com o advento da Emenda Constitucional n. 28, de 25 de maio de 2000. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 36, n. 66, p. 181-186, jul./dez. 2002.

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire; ARANTES, Delaíde Alves Miranda. Limites para a homologação de acordo extrajudicial pela justiça do trabalho. *In*: PIRES, Rosemary de Oliveira; LORENTZ, Lutiana Nacur; BARBOSA, Arnaldo Afonso (coord.). **A reforma trabalhista: (lei n. 13.467/2017): na visão dos magistrados do trabalho, procuradores do trabalho e advogados trabalhistas**. Belo Horizonte: RTM, 2019. p. 15-29.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire; PIMENTA, José Roberto Freire. O ministério público do trabalho e a proteção coletiva ao direito fundamental à relação de emprego regular: o combate às terceirizações ilícitas através das ações civis públicas. *In*: SOARES, Marcelo (org.). **Direito do trabalho na contemporaneidade: em**

homenagem ao desembargador Dr. Júlio Bernardo do Carmo. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017. p. 283-323.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire; PRATA, Lucília Alcione. O tratamento da questão econômica na história constitucional brasileira. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, v. 50, n. 80, p. 227-254, jul./dez. 2009.

Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27054>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire; ZAMBONINI, Leonardo Evangelista de Souza. A reforma trabalhista e a desconsideração da personalidade jurídica. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, ed. especial, p. 67-96, nov. 2017. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/35727>.

Acesso em: 27 jan. 2023.

PIMENTA, José Roberto Freire; PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire. A legitimidade ativa do ministério público do trabalho para ajuizar ações civis públicas pleiteando tutela inibitória contra terceirizações ilícitas. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**. Brasília, v. 82, n. 4, p. 111-144, out./dez. 2016.

PINTO, Maria Cecília Alves. O direito de empresa no novo código civil e seus reflexos no direito do trabalho. In: LAGE, Emerson José Alves; LOPES, Mônica Sette (org.). **Novo código civil e seus desdobramentos no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2003. p. 137-153.

[Disponibilidade da obra](#)

PINTO, Maria Cecília Alves. As novas tecnologias e o trabalho: proteção para o empregado e para o ser humano. In: CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CAVALCANTI, Tiago Muniz; FONSECA, Vanessa Patriota da (coord.). **Futuro do trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade**. Brasília: ESMPU, 2020. p. 191-210. [Disponibilidade da obra](#)

PINTO, Maria Cecília Alves. A regulamentação do trabalho intermitente: impactos para o trabalhador e para o mercado de trabalho. In: HORTA, Denise Alves et al. (coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho: reforma trabalhista, principais alterações: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017**. São Paulo: LTr, 2018. p. 174-186.

[Disponibilidade da obra](#)

PINTO, Maria Cecília Alves. A rescisão contratual como prática discriminatória contra o empregado doente. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 60, n. 91, p. 93-98, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27273>. Acesso em: 31 jan. 2023.

PINTO, Maria Cecília Alves. Súmula n. 420 do TST: O conflito de competência à luz da Súmula. In: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 303-306.

[Disponibilidade da obra](#)

PINTO, Maria Cecília Alves. Terceirização de serviços: responsabilidade do tomador. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 39, n. 69, p. 123-146, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27051>. Acesso em: 31 jan. 2023.

PINTO, Maria Cecília Alves; CARDOSO, Renata Marra Hilel. A tutela provisória no novo código de processo civil e sua aplicação ao processo do trabalho. In: SOARES, Marcelo (org.). **Direito do trabalho na contemporaneidade**: em homenagem ao des. Dr. Júlio Bernardo do Carmo. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017. p. 79-93.

[Disponibilidade da obra](#)

PINTO, Maria Cecília Alves. Violência nas relações de trabalho: trabalho infantil. In: LAGE, Emerson, José Alves; LOPES, Mônica Sette (org.). **O Direito do Trabalho e o Direito Internacional**: questões relevantes. Homenagem ao Professor Osiris Rocha. São Paulo: LTr, 2005. São Paulo: LTr, 2005. p. 222-237.

[Disponibilidade da obra](#)

REIS, Daniela Muradas; MELLO, Roberta Dantas de; COURA, Solange Barbosa de Castro. **Trabalho e justiça social**: um tributo a Mauricio Godinho Delgado. São Paulo: LTr, 2013. 516 p.

RENAULT, Luiz Otávio Linhares; CANTELLI, Paula Oliveira; PORTO, Lorena Vasconcelos; NIGRI, Fernanda (coord.). **Parassubordinação**: em homenagem ao Professor Márcio Túlio Viana. São Paulo: LTr, 2011. 280 p.

[Disponibilidade da obra](#)

RIBEIRO, Angela Castilho Rogedo. Razões recursais apócrifas - inviabilidade de declaração de sua inexistência quando a petição que as apresenta encontra-se devidamente assinada. *In*: SENA, Adriana Goulart de; RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; CANTELLI, Paula Oliveira (coord.). **Processo do Trabalho atual: e temas conexos**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. p. 261-266.

[Disponibilidade da obra](#)

RODRIGUES, Luciléa Lage Dias. **O desafio do PJe-JT em busca da eficiência da gestão processual e da celeridade: nova realidade do poder judiciário trabalhista**. 2016. 16 f. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão Pública Judicial) - Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2016. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/45428>. Acesso em: 3 fev. 2023.

RODRIGUES, Natália Queiroz Cabral. A tutela antecipada e a tutela de urgência, em ações coletivas, no direito processual do trabalho. *In*: PIMENTA, José Roberto Freire; BARROS, Juliana Augusta Medeiros de; FERNANDES, Nadia Soraggi (coord.). **Tutela metaindividual trabalhista: a defesa coletiva dos direitos dos trabalhadores em juízo**. São Paulo: LTr, 2009. p. 138-152.

[Disponibilidade da obra](#)

SANTOS, Solainy Beltrão; LOPES, Adriano Marcos Soriano. **O direito fundamental autônomo à proteção dos dados pessoais: uma análise constitucional - trabalhista**. Belo Horizonte: RTM, 2022. 166 p.

[Disponibilidade da obra](#)

SANTOS, Solainy Beltrão dos; LOPES, Adriano Marcos Soriano; SANTANA, Paulo Campanha. O direito fundamental ao trabalho como superação de preconceito: a acessibilidade das pessoas com deficiência mental ao mercado de trabalho. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, DF, v. 89, n. 2, p. 134-151, abr./jun. 2023.

[Disponibilidade da obra](#)

SANTOS, Solainy Beltrão dos; LOPES, Adriano Marcos Soriano. Parentalidade além da identidade de gênero: homens trans sob a égide da proteção à maternidade. *In*: DELGADO, Mauricio Godinho (coord.). Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Brasil). **Coleção estudos Enamat: volume 7: interseccionalidade, gênero e raça e a Justiça do Trabalho**. Brasília: Enamat, 2023. p. 157-180.

[Disponibilidade da obra](#)

SANTOS, Solainy Beltrão dos; LOPES, Adriano Marcos Soriano. O trabalho não é pena:

a utilização da legislação ibérica para colmatar as lacunas ontológicas quanto ao trabalho do preso no Brasil. *In*: DELGADO, Mauricio Godinho (coord.). **Coleção estudos Enamat**: volume 6: trabalho e restrição de liberdade: fronteiras entre a restauração da dignidade e a exploração da indignidade. Brasília: Enamat, 2023. p. 315-338.

[Disponibilidade da obra](#)

SANTOS, Zaida José dos. Da competência da justiça do trabalho em relação à representação comercial autônoma. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 48, n. 78, p. 219-230, dez. 2008. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27302>. Acesso em: 6 fev. 2023.

SANTOS, Zaida José dos. Da competência da justiça do trabalho em relação à representação comercial autônoma. **Ciência Jurídica do Trabalho**, Belo Horizonte, v. 2, n. 77, p. 209-221, set./out. 2009.

SARAPU, Thais Macedo Martins. Lei n. 11.232/2005: aplicação subsidiária à execução trabalhista. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 28-34.

[Disponibilidade da obra](#)

SARAPU, Thais Macedo Martins. Noções gerais de tutela coletiva. Direito processual coletivo. Estado Democrático de Direito. Direito e devido processo legal coletivo. *In*: PIMENTA, José Roberto Freire; BARROS, Juliana Augusta Medeiros de; FERNANDES, Nadia Soraggi (coord.). **Tutela metaindividual trabalhista**: a defesa coletiva dos direitos dos trabalhadores em juízo. São Paulo: LTr, 2009. p. 65-79.

[Disponibilidade da obra](#)

SARAPU, Thais Macedo Martins. **Sorrir é o melhor remédio**. Belo Horizonte: Edição do autor, 2014. 192 p.

[Disponibilidade da obra](#)

SARAPU, Thais Macedo Martins. Efetividade na execução. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 54, n. 84, p. 179-197, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27212>. Acesso: 1 fev. 2023.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonca. Anotações sobre a igualdade profissional homem-mulher na União Européia e na França. **Revista do Tribunal**

Regional do Trabalho da 7ª Região, Fortaleza, v. 28, n. 28, p. 53-63, jan./dez. 2005.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. Aplicação dos princípios da generalidade e da unidade no Direito Previdenciário francês contemporâneo. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 28, n. 58, p. 49-54, jan./dez. 1998. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27165>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. O assédio moral no Direito do Trabalho. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, v. 27, n. 103, p. 142-172, jul./set. 2001.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. O assédio moral no Direito do Trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Regional**, Curitiba, n. 47, p. 177-226, jan./jun. 2002.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. O assédio moral no direito do trabalho. **ABMCJ Revista**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 107-163, nov. 2003.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. Breves anotações sobre as convenções fundamentais da OIT. In: LAGE, Emerson José Alves; LOPES, Mônica Sette (org.). **O Direito do Trabalho e o Direito Internacional**: questões relevantes - Homenagem ao Professor Osíris Rocha. São Paulo: LTr, 2005. p. 94-112.

[Disponibilidade da obra](#)

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. Breves anotações sobre as convenções fundamentais da OIT. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 30, n. 55, p. 99-124, jul./dez. 2005.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. Conciliação e mediação judiciais: em busca de um modo legítimo de pacificação social. In: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da; ANDRADE, Oyama Karyna Barbosa (coord.). **Justiça do século XXI**. São Paulo: LTr, 2014. p. 303-311.

[Disponibilidade da obra](#)

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. Considerações sobre a impugnação à prova documental no processo do trabalho. **Jornal Trabalhista**, Brasília, DF, v. 13, n. 618, p. 844-843, jul. 1996.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. Considerações sobre a impugnação da prova documental no processo do trabalho. **Revista do Direito Trabalhista**, Brasília, (DF), v. 2, n. 8, p. 22-23, ago. 1996.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. Enunciado n.354: professor: repouso semanal remunerado – Lei n. 605/49, art. 7º, § 2º e art. 320 da CLT. *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coord.). **O que há de novo em direito do trabalho**: homenagem a Isis de Almeida, Messias Pereira Donato e Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena. São Paulo: LTr, 1997. p. 284-286.

[Disponibilidade da obra](#)

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. A equiparação salarial em xeque: a reforma trabalhista dificulta. O que dizer dos enfoques constitucional e internacional? *In*: HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de (coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho**: reforma trabalhista, principais alterações: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017. São Paulo: LTr, 2018. p. 223-235.

[Disponibilidade da obra](#)

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. A Escola Nacional da Magistratura Francesa: uma fonte de inspiração para as Escolas da Magistratura e do Ministério Público brasileiros? **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 41, n. 71, p. 41- 50, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27335>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. A igualdade de tratamento homem-mulher no direito do trabalho europeu. **Revista Jurídica Consulex**, Brasília (DF), v. 5, n. 104, p. 42-45, maio de 2001.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. A igualdade de tratamento homem-mulher no Direito Comunitário Europeu. **ABMCJ Revista**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 70-77, out. 2001.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. Isonomia sob enfoques constitucional e internacional: por uma releitura do art. 461 da CLT. **Revista Ltr: Legislação do Trabalho**. São Paulo, v. 79, n. 2, p. 144-150, fev. 2015.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. Mediação judicial trabalhista e promoção de direitos fundamentais. *In*: SOUZA, Cláudia Maria Gomes de; JAYME,

Fernando Gonzaga; SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça; PEREIRA, Rita Andréa Guimarães de Carvalho (coord.). **Mediação de conflitos**: a emergência de um novo paradigma. Belo Horizonte: Del Rey, 2016. p. 1-12.

[Disponibilidade da obra](#)

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. A mediação no CPC e o direito processual do trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 61, n. 92, p. 43-60, jul./dez. 2015. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27271>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. A nova lei das 35 horas na França: uma inspiração para o Brasil? **Revista Ltr**, São Paulo, v. 64, n. 6, p. 734-737, jun. 2000.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. A ONU e seu sistema de justiça interno: breves anotações. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 60, n. 91, p. 49-64, jan./jun. 2015. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27272>. Acesso: 31 jan. 2023.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. A Organização Internacional do Trabalho: uma agência das Nações Unidas para a efetividade dos direitos trabalhistas. *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; DELGADO, Gabriela Neves; NUNES, Raquel Portugal (coord.). **Dignidade humana e inclusão social**: caminhos para a efetividade do direito do trabalho no Brasil. São Paulo: LTr, 2010. p. 464-480.

[Disponibilidade da obra](#)

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. **Pertinence et devenir du principe protecteur en droit du travail**. Lille: ANRT, 2004. 629 p.

[Disponibilidade da obra](#)

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. Por uma nova interpretação do art. 384 da CLT: extensão do intervalo antecedente à jornada suplementar. **Revista Ltr**: Legislação do Trabalho. São Paulo, v. 77, n. 6, p. 694-697, jun. 2013.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. O § 1º do art., 71 da Lei n. 8.666 frente à responsabilidade trabalhistas. *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coord.). **O que há de novo em direito do trabalho**: homenagem a Isis de Almeida, Messias Pereira Donato e Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena. São Paulo: LTr, 1997. p. 48-52.

[Disponibilidade da obra](#)

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. O problema da validade da lei injusta. **Jornal Trabalhista**, Brasília, v. 14, n. 685, p. 1197-1200, nov. 1997.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. O problema da validade da lei injusta. **Repertório Trabalhista de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 6, n. 4, p. 18-24, abr. 1998.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. Proteção contra discriminação por motivo de orientação sexual: proposta de alteração dos arts. 3º e 7º da Constituição Federal. *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coord.). **O que há de novo em direito do trabalho**: homenagem a Isis de Almeida, Messias Pereira Donato e Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena. São Paulo: LTr, 1997. p. 365-372.

[Disponibilidade da obra](#)

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. A questão da responsabilidade subsidiária do ente público, em hipóteses de terceirização. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 25, n. 54, p. 241-244, jul. 1994/jun. 1995. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27164>. Acesso em: 7 fev. 2023.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. A questão da responsabilidade subsidiária do ente público em hipóteses de terceirização. **Jornal Trabalhista**, Brasília, DF, v. 13, n. 622, p. 938-937, ago. 1996. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27164>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. **A recente evolução do direito do trabalho brasileiro, face aos desafios colocados pela globalização e pela crise econômica mundial**. Coimbra: Coimbra Editora, 2012. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/88356>. Acesso em: 16 fev. 2023

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. Relato de uma estudante brasileira em uma universidade francesa. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 41, n. 71, p. 137-143, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27052>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. A Revolução da Inteligência Artificial: Transformações no trabalho, decisões judiciais e processo legal. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO: AS RELAÇÕES LABORAIS NA ERA TECNOLÓGICA, 1., 2023. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região; RTM, p. 111-120, 2023.

Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/88235>. Acesso em: 30 jan. 2024

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. Súmula vinculante n. 207 do TST (Cancelamento): O regime jurídico aplicável ao trabalhador expatriado. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 225-228

[Disponibilidade da obra](#)

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. Súmula Vinculante n. 10 do STF e o Controle Judicial de Constitucionalidade. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 142-159.

[Disponibilidade da obra](#)

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. A transação no Direito do Trabalho: breve análise dos direitos francês e brasileiro. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 34, n. 64, p. 49-64, jul./dez. 2001.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. Trabalho e saúde na visão da OIT. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 51, n. 81, p. 489-526, jan./jun. 2010.

SENA, Natália Azevedo. Breves considerações acerca da vedação à dispensa arbitrária prevista no art. 7, I, da CF/88, e o recente Enunciado n. 2 da "1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho". **LTR - Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 44, n. 50, p. 249-250, 2008.

SENA, Natália Azevedo; OLIVEIRA, Andressa Batista de. Contrato de trabalho rural por pequeno prazo - Lei n 11.718/08 - um convite à fraude. **Suplemento Trabalhista LTr**, São Paulo, v. 44, n. 105, p. 521-524, jan. 2008.

SENA, Natália Azevedo. Cooperativas de trabalho e cooperativas de mão-de-obra. **Jornal Trabalhista: JTb-Jornal Trabalhista Consulex**. Brasília (DF), v. 25, n. 1.206, p. 4-6, jan. 2008.

SENA, Natália Azevedo. Cooperativas de trabalho e cooperativas de mão-de-obra: terceirização e fraude. **LTr** - Suplemento Trabalhista, São Paulo, v. 44, n. 27, p. 137-140, 2008.

SENA, Natália Azevedo. Prescrição total e prescrição parcial: critérios básicos para sua diferenciação. **LTr** - Suplemento Trabalhista, São Paulo, v. 44, n. 82, p. 401-404, 2008.

SENA, Natália Azevedo. Prescrição total e prescrição parcial: critérios básicos para sua diferenciação. **Jornal Trabalhista: JTb-Jornal Trabalhista Consulex**. Brasília (DF), v. 25, n. 1.207, p. 4-5, fev. 2008.

SENA, Natália Azevedo; BATISTA, Andressa. Lei n. 11.718/08: um convite à fraude. **Jornal Trabalhista Consulex**, Brasília (DF), v. 25, n. 1238, p. 4-6, ago. 2008.

SENA, Natália Azevedo; OLIVEIRA, Andressa Batista de. Contrato de trabalho rural por pequeno prazo - Lei n 11.718/08 - um convite à fraude. **Suplemento Trabalhista LTr**, São Paulo, v. 44, n. 105, p. 521-524, jan. 2008.

SILVA, Nanci de Melo e. Dano moral: configuração, ação, competência. *In*: ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO (AMATRA III). **Temas de Direito e Processo do Trabalho**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997. p. 171-196.

[Disponibilidade da obra](#)

SILVA, Nanci de Melo e. **Da jurisdição constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002. 210 p.

[Disponibilidade da obra](#)

STORTI, Flávia Fonseca Parreira ; AMORMINO, Tatiana Costa de Figueiredo. Análise do incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto na reforma trabalhista à luz do processo constitucional. *In*: SOARES, Carlos Henrique; ANDRADE, Francisco Rabelo Dourado de; SANTOS, Fábio Moreira (coord.). **Processo constitucional e a reforma trabalhista**. Belo Horizonte: RTM, 2019. p. 179-198.

[Disponibilidade da obra](#)

TEIXEIRA, Sueli. A depressão no meio ambiente do trabalho e sua caracterização como doença do trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 46, n. 76, p. 27-44, jul./dez. 2007. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27332>. Acesso em: 3 fev. 2023.

TOSTES, Laura Ferreira Diamantino; CANTELLI, Paula Oliveira. Trabalho escravo: até quando? *In*: DELGADO, Maurício Godinho; CARVALHO, Augusto César Leite de; SILVA, Jane Granzoto Torres da (coord.). **Coleções estudos Enamat**: volume 4: a justiça do trabalho e a erradicação do trabalho forçado, da escravidão de qualquer natureza e do tráfico de pessoas. Brasília: Enamat, 2023. p. 45-74.

[Disponibilidade da obra](#)

VALENTIM, Maria Raquel Ferraz Zagari; TORRES, Ana Paula Repolês. A prevalência dos acordos coletivos sobre as convenções coletivas: uma problematização necessária. *In*: HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de (coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho: reforma trabalhista, principais alterações**: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017. São Paulo: LTr, 2018. p. 313-321.

[Disponibilidade da obra](#)

VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de; LOPES, Mônica Sette. Memórias sobrepostas da Faculdade de Direito da UFMG. *In*: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 40, p. 83-97, 2012. Edição dos 120 anos da Faculdade de Direito da UFMG da Universidade Federal de Minas Gerais (1892- 2012). Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/1663>. Acesso em: 1 de fev. 2023.

VIOTTI, Luciana Alves. Professor - as alterações do art. 322, da CLT (Lei n. 9.013, de 30.3.95, que acrescentou o parágrafo 3º ao art. 322 da CLT). *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares. **O que há de novo em direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1997. p. 88-96.

[Disponibilidade da obra](#)

4. MULHERES JURISTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE MINAS GERAIS - SERVIDORAS

1. AILANA SANTOS RIBEIRO
2. AMANDA QUINTÃO NEUBERT
3. ANA CAROLINA RODRIGUES PARREIRA
4. ANA MARIA MATTA MACHADO DINIZ
5. ANA PAULA PINHEIRO DE CARVALHO
6. ANA PAULA REPOLÊS TORRES
7. ANDREA APARECIDA LOPES CANÇADO
8. ANELISE CRISTINA GUIMARÃES
9. BÁRBARA NATÁLIA LAGES LOBO (*) Servidora no TRT3 entre 2006/2014
10. CAMILA ALMEIDA PEIXOTO BATISTA DE OLIVEIRA
11. CAMILA SANTOS FABRE
12. CARLA CIRINO VALADÃO
13. CÁTIA DOS SANTOS MORAES
14. CÉLIA TAVARES FIALHO
15. CLARISSA BARBOSA DE OLIVEIRA
16. CLARISSA CANÇADO DE LARA RESENDE
17. CLAUDIA FERNANDES MANTOVANI
18. CLAÚDIA MARA DE ALMEIDA RABELO VIEGAS
19. DANIELA FAVILLA VAZ DE ALMEIDA (*) -Servidora no TRT3 entre 2011/2017
20. DÉBORA PENIDO RESENDE
21. EGÍDIA MARIA DE ALMEIDA AIEXE
22. ELAINE BARBOSA RODRIGUES
23. ELISA GUIMARÃES BRANDÃO PIRES
24. FABIANE NOGUEIRA REIS
25. FERNANDA CAROLINA FATTINI
26. FERNANDA FLÁVIA MARTINS FERREIRA
27. FERNANDA FREIRE FONSECA
28. FLÁVIA SOARES CORRÊA
29. FRANCIARA MOREIRA PINHEIRO
30. FRANCISCA EULÁLIA CAMURÇA CITÓ
31. GABRIELA BINS GOMES DA SILVA
32. GIRLEI MARIA RATTES DOS SANTOS
33. GISELLE SILAMI DE MAGALHÃES
34. IRIS MILLA VIEGA SILVA
35. ISABELA MÁRCIA DE ALC NTARA FABIANO

36. IZABELLA CECÍLIA DE LIMA E SILVA
37. JULIANA AUGUSTA MEDEIROS DE BARROS
38. JULIANA BERALDO MAFRA (*) Servidora no TRT3 entre 2013/2019
39. JULIANA RODRIGUES DE MORAIS
40. KADIJA ANDRÉ CONRAD
41. LARA PIAU VIEIRA
42. LETÍCIA ARAÚJO COSTA
43. LISANA HILDEGARD MELO
44. LISIANE AGUIAR HENRIQUE
45. LORENA LOPES FREIRE MENDES
46. LUCIANA SOARES VIDAL TERRA (*) Servidora no TRT3 entre 2003/2014
47. MARCELA VELOSO XAVIER
48. MÁRCIA REGINA LOBATO DA COSTA
49. MÁRCIA VIEIRA MAFFRA
50. MARIA ALICE DE ALMEIDA PERAGALLOS
51. MARIA DA CONCEIÇÃO MAIA PEREIRA
52. MARINA DA SILVA
53. MARINA NOGUEIRA DE ARAÚJO SIQUEIRA
54. MEIRE DIVINA PEREIRA OLIVEIRA
55. MIRELLA KAREN DE CARVALHO BIFANO MUNIZ
56. MIRNA SAVOI SILVEIRA BOSON
57. NADIA SORAGGI FERNANDES
58. NARA ABREU SANTOS
59. NATALIA DAS CHAGAS MOURA
60. PATRÍCIA MARIA OLIVA GONTIJO HORTA
61. PATRICIA RIBEIRO COUTINHO
62. PAULA BARBOSA GUIMARÃES
63. PAULA CHRISTINA SILVA E LIMA
64. PAULA CRISTINA DE ABREU AMORIM BRITO
65. POLLYANA LUCIA ROSADO SOARES
66. PRISCILLA DE SOUZA CARVALHO
67. RAQUEL BETTY DE CASTRO PIMENTA
68. SÂMARA ELLER RIOS
69. SÍLVIA TIBO BARBOSA LIMA
70. THÁIS LOPES CHÁCARA DE AGUILAR

4.1 Obras das servidoras no acervo da Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Escola Judicial

AGUILAR, Thaís Lopes Chácara de. **Direito compreensivo: além dos horizontes da disputa**. Orientador: Adriana Goulart de Sena Orsini. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/69726>. Acesso em: 7 fev. 2023.

AGUILAR, Thaís Lopes Chácara; FANTINI, Karine Monteiro de Castro. Acesso à justiça: vícios e reflexões. *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da; ANDRADE, Oyama Karyna Barbosa (coord.). **Justiça do século XXI**. São Paulo: LTr, 2014. p. 231-242.

[Disponibilidade da obra](#)

AIEXE, Egídia Maria de Almeida. “Uma conversa sobre direitos humanos, visão da justiça e discriminação”. *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coord.). **Discriminação**. São Paulo: LTr, 2000. p. 329-353.

[Disponibilidade da obra](#)

AIEXE, Egídia Maria de Almeida. Discriminação e Protagonismo Judicial. *In*: LAGE, Émerson José Alves; LOPES, Mônica Sette. **O Direito do Trabalho e o Direito Internacional**: questões relevantes: homenagem ao professor Osiris Rocha. São Paulo: LTr, 2005. p. 140-149.

[Disponibilidade da obra](#)

AIEXE, Egídia Maria de Almeida. Os excluídos e a justiça. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; CANTELLI, Paula Oliveira; JANNOTTI, Cláudio (coord.). **ABC da execução trabalhista**: teoria e prática. São Paulo: LTr, 2014. p. 207-209.

[Disponibilidade da obra](#)

AIEXE, Egídia Maria de Almeida. População de rua e inclusão social pelo trabalho: a experiência dos catadores de papel e sua associação, ASMARE, em Belo Horizonte. *In*: HENRIQUE, Carlos Augusto Junqueira; DELGADO, Gabriela Neves; VIANA, Márcio Túlio; RIBEIRO, Patrícia Henriques (coord.). **Trabalho e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. p. 293-309.

[Disponibilidade da obra](#)

AIEXE, Egídia Maria de Almeida. Uma outra conversa sobre direitos humanos, cultura da violência e discriminação: o discurso das violações e a utopia de uma cultura de paz. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; CANTELLI, Paula Oliveira (coord.). **Discriminação**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2010. p. 176-195.

[Disponibilidade da obra](#)

AMBRÓSIO, Drielle Perez Caramori. **Horas in itinere e a reforma trabalhista**. 2019. Artigo Científico (Artigo como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Direito do Trabalho) – Faculdade Única de Ipatinga – FUNIP, Coronel Fabriciano, 2020. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/60342>. Acesso em: 3 fev. 2023.

AMORIM, Paula Cristina de Abreu. A execução de contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho: um ensaio hermenêutico. **O Trabalho**, Curitiba, n. 92, p. 2374-2398, out. 2004.

ANDRADE, Amanda Martins Rosa; MUNIZ, Mirella Karen de Carvalho Bifano. O controle da utilização de banheiro no ambiente de trabalho e a ocorrência de danos morais indenizáveis ao empregado. **Revista LTr: Legislação do Trabalho**. São Paulo, v. 79, n. 4, p. 459-466, abr. 2015.

ANDRADE, Flávio Carvalho Monteiro de; AMORIM, Paula Cristina de Abreu. Breves considerações sobre a antecipação de tutela e a tutela cautelar e a aproximação dos institutos no Direito Processual do Trabalho. **Juris Plenum: Trabalhista e Previdenciária**. Caxias do Sul, v. 6, n. 31, p. 29-48, ago. 2010.

BARROS, Juliana Augusta Medeiros. Arbitragem, negociação coletiva e danos morais: celeumas na jurisprudência trabalhista. *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; BENEVIDES, Sara Costa. (org.). **O que há de novo em direito do trabalho: homenagem a Alice Monteiro de Barros, Antônio Álvares da Silva**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2012. p. 555-566.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Juliana Augusta Medeiros de. A interpretação evolutiva como mecanismo de uma hermenêutica jurisdicional de efetivação dos direitos fundamentais trabalhistas. *In*: MESQUITA, Carolina Pereira Lins (org.). **Direito do Trabalho: tendências e perspectivas**. Belo Horizonte: RTM, 2012. v. 1, p. 209-222.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Juliana Augusta Medeiros de. A intervenção de terceiros nas ações coletivas: intervenção individual do art. 94 do CDC e intervenção dos colegitimados. *In*: PIMENTA, José Roberto Freire; BARROS, Juliana Augusta Medeiros de; FERNANDES, Nadia Soraggi (coord.). **Tutela metaindividual trabalhista**: a defesa coletiva dos direitos dos trabalhadores em juízo. São Paulo: LTr, 2009. v. 1, p. 166-184.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Juliana Augusta Medeiros de. A possibilidade de aplicação da proporcionalidade na colisão entre os princípios da proteção da relação de emprego e da livre-iniciativa do empregador: análise crítica do caso Embraer. *In*: KOURY, Luiz Ronan Neves; FERNANDES, Nádia Soraggi; CARVALHO, Ricardo Wagner Rodrigues de (coord.). **Tendências do processo do trabalho**. São Paulo: LTr, 2010. p. 19-43.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Juliana Augusta Medeiros de. Súmula n. 321 (Cancelamento) e OJ n. 11 do Tribunal Pleno do TST: Recursos contra Atos Administrativos proferidos pelos TRTs. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 257-259.

BARROS, Juliana Augusta Medeiros de. Temas controvertidos na jurisprudência trabalhista. *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; BENEVIDES, Sara Costa. (org.). **O que há de novo em direito do trabalho**: homenagem a Alice Monteiro de Barros, Antônio Álvares da Silva. 2. ed. São Paulo: LTr, 2012. p. 527-536.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Juliana Augusta Medeiros de. O trabalho parassubordinado e o art. 7º, caput, da Constituição Federal de 1988. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; CANTELLI, Paula Oliveira; PORTO, Lorena Vasconcelos; NIGRI, Fernanda (coord.). **Parassubordinação**: em homenagem ao Professor Márcio Túlio Viana. São Paulo: LTr, 2011. p. 131-144.

[Disponibilidade da obra](#)

BARROS, Juliana Augusta Medeiros de. **A utilização de meios eletrônicos no ambiente de trabalho**: a colisão entre os direitos à intimidade e à privacidade do empregado e o poder diretivo do empregador: homenagem ao Ministro José Roberto Freire Pimenta. São Paulo: LTr, 2012. 328 p.

[Disponibilidade da obra](#)

BENEVIDES, Sara Costa; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; QUINTÃO, Nayara

Campos Catizani. Lei n. 13.015/2014: primeiras notas sobre as mudanças introduzidas no sistema recursal trabalhista. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 59, n. 90, p. 137-155, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27243>. Acesso em: 6 fev. 2023.

BOSON, Mirna Savoi Silveira. Os novos sofrimentos do trabalhador: um enfoque no modelo de produção pós-fordista. *In*: VIANA, Márcio Túlio; TERRA, Luciana Soares Vidal; SILVA JÚNIOR, Décio de Abreu e (coord.). **Direito do trabalho & trabalhos sem direitos**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008. p. 151-163.

[Disponibilidade da obra](#)

BOSON, Mirna Savoi Silveira. OJS ns. 6, 8, 9, 10, 12 e 13 do Tribunal Pleno do TST: Precatório e requisição de pequeno valor. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 437-446.

[Disponibilidade da obra](#)

BOSON, Mirna Savoi Silveira. A teoria da interpretação jurídica e a expressão "relação de trabalho" contida no novo inciso I do art. 114 da Constituição da República de 1988. *In*: DELGADO, Maurício Godinho; TEODORO, Maria Cecília Máximo; PEREIRA, Vanessa dos Reis (coord.). **Relação de Trabalho**: fundamentos Interpretativos para a nova competência da Justiça do Trabalho. São Paulo: LTr, 2005. p. 73-88.

[Disponibilidade da obra](#)

CAMILO, Adélia Procópio; NEUBERT, Amanda Quintão. Lei n. 11.418/2006: impactos da repercussão geral do recurso extraordinário no processo do trabalho. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares VIANA, Márcio Túlio; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 58-64.

[Disponibilidade da obra](#)

CAMPOS, José Miguel de; MELO, Lisana Hildegard. Execução contra ente público: precatório e Estado Democrático de Direito. **Revista Magister de Direito Trabalhista e Previdenciário**, Porto Alegre, v. 4, n. 19, p. 46-53, jul./ago. 2007.

CAMPOS, José Miguel de; MELO, Lisana Hildegard. Execução contra ente público - precatório e Estado Democrático de Direito. **O Trabalho** - Encarte da revista "Trabalho em Revista", Curitiba, n. 126, p. 3997-4001, ago. 2007.

CAMPOS, José Miguel de; MELO, Lisana Hildegard. Execução contra ente público: precatório e estado democrático de direito. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte (MG), v. 45, n. 75, p. 131-137, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27361>. Acesso em: 17 fev. 2023.

CANÇADO, Andrea Aparecida Lopes. A ambulante. *In*: VIANA, Márcio Túlio; TERRA, Luciana Soares Vidal; SILVA JÚNIOR, Décio de Abreu (coord.). **Direito do trabalho & trabalhos sem direitos**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008. p. 35-40.

[Disponibilidade da obra](#)

CANÇADO, Andrea Aparecida Lopes. O contrato de trabalho do século XXI e o esquecido princípio da fraternidade. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 49, n. 79, p. 123-148, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27323>. Acesso em: 6 fev. 2023.

CANÇADO, Andrea Aparecida Lopes. Efeitos do contrato de emprego. *In*: FINELLI, Lília Carvalho; MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira; PAGANI, Marcella (org.). **Direito do trabalho simplificado**. Belo Horizonte: RTM, 2016. p. 357-368.

[Disponibilidade da obra](#)

CANÇADO, Andrea Aparecida Lopes. A importância da tutela coletiva inibitória na defesa e efetivação dos direitos do trabalhador. *In*: KOURY, Luiz Ronan Neves; FERNANDES, Nadia Soraggi; CARVALHO, Ricardo Wagner Rodrigues de (coord.). **Tendências do processo do trabalho**. São Paulo: LTr, 2010. p. 214-236.

[Disponibilidade da obra](#)

CANÇADO, Andrea Aparecida Lopes. OJ n. 391 da SDI-1 do TST. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 377-379.

[Disponibilidade da obra](#)

CANÇADO, Andrea Aparecida Lopes. OJs ns. 62 e 119 da SDI-1 do TST: Prequestionamento. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 340-342.

[Disponibilidade da obra](#)

CANÇADO, Andrea Aparecida Lopes. Tutela inibitória coletiva trabalhista. *In*: PIMENTA, José Roberto Freire; BARROS, Juliana Augusta Medeiros de; FERNANDES, Nadia Soraggi (coord.). **Tutela metaindividual trabalhista**: a defesa coletiva dos direitos dos trabalhadores em juízo. São Paulo: LTr, 2009. p. 153-165.

[Disponibilidade da obra](#)

CANÇADO, Andrea Aparecida Lopes; MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. Parassubordinação: avanço ou retrocesso? *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; CANTELLI, Paula Oliveira; PORTO, Lorena Vasconcelos; NIGRI, Fernanda (coord.). **Parassubordinação**: em homenagem ao Professor Márcio Túlio Viana. São Paulo: LTr, 2011. p. 119-128.

[Disponibilidade da obra](#)

CANÇADO, Andrea Aparecida Lopes; PAGANI, Marcella. O gesto mediador. *In*: SOUZA, Cláudia Maria Gomes de; JAYME, Fernando Gonzaga; SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça; PEREIRA, Rita Andréa Guimarães de Carvalho. **Mediação de conflitos**: a emergência de um novo paradigma. Belo Horizonte: Del Rey, 2016. p. 145-155.

[Disponibilidade da obra.](#)

CARVALHO, Ana Paula Pinheiro de. **O limbo trabalhista-previdenciário e seus reflexos no contrato de emprego**. 2019. Monografia (Especialização em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário) - Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, 2019. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/68487>. Acesso em: 3 fev. 2023

CARVALHO, Priscilla de Souza. A teoria dinâmica do ônus da prova e sua repercussão no direito processual do trabalho. *In*: KOURY, Luiz Ronan Neves Fernandes, Nadia Soraggi coord.; CARVALHO, Ricardo Wagner Rodrigues de (coord.). **Tendências do processo do trabalho**. São Paulo: LTr, 2010. p. 149-160.

[Disponibilidade da obra](#)

CITÓ, Francisca Eulália Camurça; OLIVEIRA, Meire Divina Pereira. Desafios na elaboração e implementação do planejamento estratégico no setor público. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 60, n. 91, p. 131-144, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27267>. Acesso em: 17 fev. 2023.

CONRAD, Kadija André. **As manifestações sociais como concretização dos direitos fundamentais de liberdade de expressão e de reunião**. Dissertação (Mestrado em Justiça Administrativa) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/43084>. Acesso em: 3 fev. 2023.

CORRÊA, Flávia Soares. Os direitos meta e transindividuais – tipologia. Os direitos metaindividuais como direitos fundamentais. Os direitos metaindividuais e o direito do trabalho. *In*: PIMENTA, José Roberto Freire; BARROS, Juliana Augusta Medeiros de; FERNANDES, Nadia Soraggi (coord.). **Tutela metaindividual trabalhista: a defesa coletiva dos direitos dos trabalhadores em juízo**. São Paulo: LTr, 2009. p. 111-112.

[Disponibilidade da obra](#)

CORRÊA, Flávia Soares. **Educação e trabalho na dimensão humana: o dilema da juventude**. São Paulo: LTr, 2011. 183 p.

[Disponibilidade da obra](#)

CORRÊA, Flávia Soares; MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. Caracterização do empregador rural: adequação da Ordem Jurídica à realidade econômico-social. **Revista IOB Trabalhista e Previdenciária**, São Paulo, v. 19, n. 219, p. 38-51, set. 2007.

COSTA, Letícia Araújo. **O poder geral de cautela do juiz à luz do novo código de processo civil**. Belo Horizonte: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, 2016. p. 1-5. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/13540> . Acesso em: 3 fev. 2023.

COSTA, Márcia Regina Lobato. Equipamento de proteção individual – EPI: mecanismo de preservação da segurança e da saúde do trabalhador. *In*: EÇA, Vítor Salino de Moura (coord.). **Trabalho & saúde**. Belo Horizonte: RTM, 2015. p. 173-196.

[Disponibilidade da obra](#)

COSTA, Márcia Regina Lobato. Novidades em execução trabalhista: as inovações trazidas pela lei espanhola. **Ciência Jurídica do Trabalho**, Belo Horizonte, v. 16, n. 97, p. 127-146, jan. 2013.

COSTA, Márcia Regina Lobato; DINALI, Danielle de Jesus. O direito fundamental ao trabalho e os refugiados no Brasil. *In*: GUERRA, Giovanni Antônio Diniz; VASCONCELOS, Ricardo Guerra; CHADI, Ricardo (org.). **Direito do trabalho**. 1. ed. Belo Horizonte: FUMARC, 2015. p. 91-109.

[Disponibilidade da obra](#)

COSTA, Márcia Regina Lobato; EÇA, Vítor Salino de Moura. Ultratividade dos instrumentos normativos. *In*: PIRES, Rosemary de Oliveira; LORENTZ, Lutiana Nacur; BARBOSA, Arnaldo Afonso (coord.). **A reforma trabalhista: (lei n. 13.467/2017): na**

visão dos magistrados do trabalho, procuradores do trabalho e advogados trabalhistas. Belo Horizonte: RTM, 2019. p. 501- 507.

[Disponibilidade da obra](#)

COSTA, Márcia Regina Lobato; SALIBA, Graciane Rafisa. Conciliação e arbitragem: limites e possibilidades no direito do trabalho na perspectiva da lei 13.467/2017. *In*: EÇA, Vitor Salino de Moura; OLIVEIRA, Ariete Pontes de; REIS, Ítalo Moreira (coord.). **Teoria crítica da reforma trabalhista**. Belo Horizonte: RTM, 2018. p. 499-510.

[Disponibilidade da obra](#)

COSTA, Márcia Regina Lobato; SALIBA, Graciane Rafisa. Inclusão dos trabalhadores idosos: práticas e políticas públicas como meio de implementação de direitos fundamentais e efetivação da igualdade. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO, 5., 2016, Belo Horizonte. **Anais [...]**. São Paulo: LTr, 2017. p. 180-186.

[Disponibilidade da obra](#)

COSTA, Márcia Regina Lobato; SALIBA, Graciane Rafisa. A inserção das ferramentas tecnológicas de interação e relacionamento no cotidiano laboral: o reflexo na jornada de trabalho e o impacto na dignidade humana. *In*: SOARES, Saulo Cerqueira de Aguiar; EÇA, Vitor Salino de Moura (coord.). **Fluxo de direito e processo do trabalho**. Curitiba: CRV, 2017. p. 187-202.

[Disponibilidade da obra](#)

COSTA, Márcia Regina Lobato; SALIBA, Graciane Rafisa. Ultratividade dos instrumentos normativos decorrentes de negociação coletiva no direito do trabalho: superação do critério temporal e densificação dos direitos fundamentais. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO, 7., 2017, Belo Horizonte. **Anais [...]**. São Paulo: LTr, 2019. p. 178-184.

[Disponibilidade da obra](#)

COURA, Solange Barbosa de Castro; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. Súmula ns. 365, 414, 415, 416, 417, 418, 419 e OJS ns. 54, 87, 98, 138, 144, 151, 152, 153 da SDI - II do TST: O mandado de segurança na justiça do trabalho. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 260-270.

[Disponibilidade da obra](#)

COUTINHO, Patrícia Ribeiro; LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Princípio da gratuidade nas ações coletivas na Justiça do Trabalho. **Revista Ltr: Legislação do Trabalho**. São Paulo, v. 77, n. 4, p. 438-444, abr. 2013.

[Disponibilidade de obra](#)

DELGADO, Gabriela Neves; NOGUEIRA, Lílian Katiusca Melo; RIOS, Sâmara Eller. Trabalho escravo: instrumentos jurídico-institucionais para a erradicação no Brasil contemporâneo. **Revista Magister de Direito Trabalhista e Previdenciário**, Porto Alegre (RS), v. 4, n. 21, p. 53-72, nov./dez. 2007.

DINIZ, Ana Maria Matta Machado. Realizações e expectativas do Centro de Memória da Justiça do Trabalho de Minas Gerais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO 4., 2009, Belo Horizonte. **IV Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2010. p. 145-147

[Disponibilidade da obra](#)

DINIZ, Ana Maria Matta Machado; CARVALHO, Célia Regina de; CAIXETA, Maria Cristina Diniz. Diálogo de um Centro de Memória e seu Público - Ação Educativa. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO 2., 2007, Campinas,. **II Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2008. p. 116-123.

[Disponibilidade da obra](#)

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. Class actions: contribuições para a maior efetividade das obrigações trabalhistas no Brasil. **LTr - Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 45, n. 117, p. 549- 554, out. 2009.

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. Class actions: contribuições para a maior efetividade das obrigações trabalhistas no Brasil. **Revista do Direito Trabalhista - RDT**, Brasília, v. 15, n. 12, p. 13-16, dez. 2009.

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. Lei n. 12.405/2011: o novo § 6º do art. 879 da CLT e a(s) hipótese(s) de liquidação por arbitramento no processo do trabalho. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 108- 111.

[Disponibilidade da obra](#)

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. Lei n. 12.966/2014: proteção da honra e da dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos em ação civil pública trabalhista. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; FABIANO, Isabela Márcia de

Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 112- 113.

[Disponibilidade da obra](#)

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. O novo § 6º do art. 879 da CLT: liquidação por arbitramento. **LTr** - Suplemento Trabalhista, São Paulo, v. 47, n. 90, p. 463-466, 2011.

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. O protesto de decisão judicial trabalhista transitada em julgado, a reforma trabalhista e a busca pela máxima efetividade da tutela jurisdicional. **Revista LTr: Legislação do Trabalho**. São Paulo, v. 82, n. 12, p. 1502-1513, dez. 2018.

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. O que está por vir: incidente de resolução de demandas repetitivas no processo do trabalho. **LTr** - Suplemento Trabalhista, São Paulo, v. 47, n. 54, p. 263-272, 2011.

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. O que está por vir: incidente de resolução de demandas repetitivas no processo do trabalho. *In*: MESQUITA, Carolina Pereira Lins (org.). **Direito do Trabalho**: tendências e perspectivas. Belo Horizonte: RTM, 2012. v. 1, p. 193-208.

[Disponibilidade da obra](#)

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. Questões polêmicas na execução trabalhista: fraude e execução e concurso particular de credores. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coord.). **ABC da execução trabalhista**: teoria e prática. São Paulo: LTr, 2014. p. 149-152.

[Disponibilidade da obra](#)

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. Repercussão geral em matérias trabalhistas: algumas decisões do STF. *In*: VIANA, Márcio Túlio; RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; BENEVIDES, Sara Costa (org.). **O que há de novo em direito do trabalho**: homenagem a Alice Monteiro de Barros, Antônio Álvares da Silva. 2. ed. São Paulo: LTr, 2012. p. 509-520.

[Disponibilidade da obra](#)

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. Súmulas ns. 25, 219 e 459 e cancelamento das OJs ns. 104, 115, 186 e 305 da SDI-I do TST: alterações feitas pelo TST em 12 de maio

de 2015. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 179-182.

[Disponibilidade da obra](#)

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. Tutela de evidência: mecanismos de instrumentalização, moralização e sincretismo do processo trabalhista. **Revista LTr**: Legislação do Trabalho. São Paulo, v. 75, n. 1, p. 101-106, jan. 2011.

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. Tutela de evidência: mecanismo de instrumentalização, moralização e sincretismo do processo trabalhista. **Jornal Trabalhista Consulex**, Brasília, v. 28, n. 1.400, p. 4-7, nov. 2011.

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. Tutela dos direitos fundamentais trabalhistas na Espanha: inspiração para o Brasil. **O Trabalho** - Encarte da Revista Trabalho em Revista, Curitiba, n. 152, p. 5273-5281.

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. As últimas novidades do TST em matéria trabalhista. **Revista do Direito Trabalhista** - RDT, Brasília, v. 18, n. 3, p. 4-8, mar. 2012.

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; BENEVIDES, Sara Costa; QUINTÃO, Nayara Campos Catizani. Lei n. 13.015/2014: primeiras notas sobre as mudanças introduzidas no sistema recursal trabalhista. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 114-125.

[Disponibilidade da obra](#)

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; BENEVIDES, Sara Costa. Justiça gratuita, honorários periciais e honorários advocatícios na lei n. 13.467/2017: possíveis soluções em caso de improcedência do pedido formulado na ADI 5766. *In*: HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de (coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho**: reforma trabalhista, principais alterações: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017. São Paulo: LTr, 2018. p. 325- 340.

[Disponibilidade da obra](#)

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; MEDEIROS, Dárden Prietsch. Empregado Doméstico: novas perspectivas de tratamento jurídico. *In*: REIS, Daniela Muradas; MELLO, Roberta Dantas de; COURA, Solange Barbosa de Castro (org.). **Trabalho e justiça social**: um tributo a Maurício Godinho Delgado. São Paulo: LTr, 2013. p. 62-69.

[Disponibilidade da obra](#)

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; MEDEIROS, Dárden Prietsch. Lei n. 11.341/2006: o recurso extraordinário na justiça do trabalho e a prova da divergência jurisprudencial por mídias eletrônicas. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 51-57.

[Disponibilidade da obra](#)

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; MELLO, Roberta Dantas de. Lei nº 12.551/11: subordinação jurídica no trabalho a distância. **Revista do Direito Trabalhista - RDT**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 21-23, jan. 2012

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; RENAULT, Luiz Otávio Linhares. Crise financeira mundial: tempo de socializar prejuízos e ganhos. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 48, n. 78, p. 195-218, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27315>. Acesso em: 6 fev. 2023.

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. RENAULT, Luiz Otávio Linhares. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais nas relações de emprego: alguma verdade. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 77, n. 4, p. 204-230, out./dez. 2011.

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; RENAULT, Luiz Otávio Linhares. Lei n. 12.440/2011: certidão negativa de débitos trabalhistas. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 53, n. 83, p. 231-239, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27126>. Acesso em: 6 fev. 2023.

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; MELLO, Roberta Dantas de. Lei nº 12.551/11: subordinação jurídica no trabalho a distância. **Jornal Trabalhista Consulex**, Brasília, v. 30, n. 1478, p. 5-8, maio de 2013.

FABRE, Camila Santos. **Uma análise do nível de satisfação dos Servidores Técnico-**

Administrativos em Educação do IF Sudeste MG com aspectos relativos ao comportamento organizacional. Dissertação (Mestrado Profissional) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora (MG), 140 f. 2021. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/87860>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FARIA, Fernanda Nigri; TOSTES, Laura Ferreira Diamantino; HENRIQUE, Carlos Augusto Junqueira; RESENDE, Débora Penido (org.). **Aportes teóricos para aplicação do direito do trabalho após a reforma trabalhista**. Belo Horizonte: Arraes, 2018. XVIII, 279 p.

[Disponibilidade da obra](#)

FATTINI, Fernanda Carolina. Lei n. 12.506/2011: O aviso-prévio proporcional. *In*: FATTINI, Fernanda Carolina et al. (org.). **O que há de novo no Direito do Trabalho**: homenagem a Alice Monteiro de Barros, Antônio Álvares da Silva. 2. ed. São Paulo: LTr, 2012. v. 1, p. 670-673.

[Disponibilidade da obra](#)

FATTINI, Fernanda Carolina. Lei n. 11.419/2006: breves comentários sobre a informatização do processo e a recente implantação do Pje. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares et al. (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 65-67.

[Disponibilidade da obra](#)

FERNANDES, Nadia Soraggi. **Ação civil pública trabalhista**: forma célere e efetiva de proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores. São Paulo: LTr, 2010. 192 p.

[Disponibilidade da obra](#)

FERNANDES, Nadia Soraggi. Novos aspectos do instituto da sucessão trabalhista. **Revista LTr**: Legislação do Trabalho. São Paulo, v. 72, n. 5, p. 611-622, maio de 2008.

FERNANDES, Nadia Soraggi. O que realmente mudou na competência da Justiça do Trabalho após a EC n. 45/2004. *In*: KOURY, Luiz Ronan Neves; FERNANDES, Nadia Soraggi; CARVALHO, Ricardo Wagner Rodrigues de (coord.). **Tendências do processo do trabalho**. São Paulo: LTr, 2010. p. 92-118.

[Disponibilidade da obra](#)

FERNANDES, Nadia Soraggi. A substituição processual na esfera trabalhista. *In*: PIMENTA, José Roberto Freire; BARROS, Juliana Augusta Medeiros de; FERNANDES,

Nadia Soraggi (coord.). **Tutela metaindividual trabalhista**: a defesa coletiva dos direitos dos trabalhadores em juízo. São Paulo: LTr, 2009. p. 91-110.

[Disponibilidade da obra](#)

FERNANDES, Nadia Soraggi; PIMENTA, José Roberto Freire. A importância da coletivização do processo trabalhista. *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; DELGADO, Gabriela Neves; NUNES, Raquel Portugal (coord.). **Dignidade humana e inclusão social**: caminhos para a efetividade do direito do trabalho no Brasil. São Paulo: LTr, 2010. p. 289-305.

[Disponibilidade da obra](#)

FERNANDES, Nadia Soraggi; PIMENTA, José Roberto Freire. A importância da coletivização do processo trabalhista. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, v. 46, n. 76, p. 45-60, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27333>. Acesso em: 7 fev. 2023.

FERREIRA, Fernanda Flávia Martins. **Planejamento estratégico e política de erradicação do trabalho escravo**: Articulações entre Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público da União e justiça do trabalho mineira. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Administração Pública, Gestão Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/13329>. Acesso em: 3 fev. 2023.

FIALHO, Célia Tavares. Justiça gratuita e honorários periciais na Justiça do Trabalho. *Revista LTr: Legislação do Trabalho*, São Paulo, v. 73, n. 11, p. 1358-1366, nov. 2009. [Disponibilidade da obra](#)

FONSECA, Fernanda Freire. **Novas tecnologias na justiça do trabalho**: impacto do processo judicial eletrônico na saúde e cotidiano de trabalho dos servidores. 2015. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Centro de Pesquisas René Rachou, Belo Horizonte, 2015. p. 106. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/17268>. Acesso em: 3 fev. 2023.

GUIMARÃES, Anelise Cristina; OLIVEIRA, Matheus Gustavo Martins de. Incidente de uniformização de jurisprudência instaurado na justiça do trabalho: regulamentação no TRT da 3ª Região, novo CPC, incidentes de resolução de demandas repetitivas e de assunção de competência, diferenças, reforma trabalhista, impactos. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, v. 63, n. 95, p. 141-197, jan./jun. 2017.

GUIMARÃES, Paula Barbosa. Uma breve análise sobre a relação de emprego. *In*:

VIANA, Márcio Túlio; TERRA, Luciana Soares Vidal; SILVA JÚNIOR, Décio de Abreu (coord.). **Direito do trabalho & trabalhos sem direitos**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008. p. 197-208.

[Disponibilidade da obra](#)

GUIMARÃES, Paula Barbosa. Breves notas sobre a autonomia. *In*: VIANA, Márcio Túlio; TERRA, Luciana Soares Vidal; SILVA JÚNIOR, Décio de Abreu (coord.). **Direito do trabalho & trabalhos sem direitos**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008. p. 225-230.

[Disponibilidade da obra](#)

GUIMARÃES, Paula Barbosa. Considerações acerca do trabalho eventual. *In*: VIANA, Márcio Túlio; TERRA, Luciana Soares Vidal; SILVA JÚNIOR, Décio de Abreu (coord.). **Direito do trabalho & trabalhos sem direitos**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008. p. 231-236.

[Disponibilidade da obra](#)

GUIMARÃES, Paula Barbosa. O gritador. *In*: VIANA, Márcio Túlio; TERRA, Luciana Soares Vidal; SILVA JÚNIOR, Décio de Abreu (coord.). **Direito do trabalho & trabalhos sem direitos**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008. p. 29-33.

[Disponibilidade da obra](#)

HENRIQUE, Lisiane Aguiar. **Construção da identidade a partir da sustentabilidade: um projeto à população em situação de rua**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/60442>. Acesso em: 3 fev. 2023.

HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de (coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho: reforma trabalhista, principais alterações: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017**. São Paulo: LTr, 2018. 447 p.

[Disponibilidade da obra](#)

HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de (coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho: reforma trabalhista, principais alterações: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017**. São Paulo: LTr, 2018. p. 372-383.

[Disponibilidade da obra](#)

HORTA, Patrícia Maria Oliva Gontijo. **A regulamentação do superendividamento como forma de concretização do estado democrático de direito**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito do Consumidor) - Faculdade de Direito Milton Campos, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/24081>. Acesso em: 3 fev. 2023.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra; COUTINHO, Patrícia Ribeiro. Princípio da gratuidade nas ações coletivas na justiça do trabalho. **Justiça do Trabalho**: Caderno de direito previdenciário. Porto Alegre, v. 30, n. 351, p. 71-85, mar. 2013.

[Disponibilidade da obra](#)

LIMA, Daniela Silva de Carvalhaes Moreira Meira. Do direito subjetivo público do indivíduo. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN**, Natal, v. 11, n. 2, p. 68-76, dez. 2004.

LIMA, Paula Christina Silva e. Programas de integridade e poder judiciário. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, v. 68, n. 105, p. 229-258, jan./jun. 2022. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/76585>. Acesso em: 6 fev. 2023.

LIMA, Sílvia Tibo Barbosa; LIMA, Leonardo Tibo Barbosa. Redução de jornada e salário e suspensão do contrato de trabalho por acordo individual no contexto da pandemia da COVID-19. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 1, t. 1, p. 311-332, jul. 2020.

LOBATO, Márcia Regina. **Dissídio coletivo**. São Paulo: LTr, 2014. 148 p.

[Disponibilidade da obra](#)

LOBO, Bárbara Natália Lages. Interpretações atuais sobre o adicional de penosidade: o fenômeno da constitucionalização e seus reflexos no direito do trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 59, n. 90, p. 115-135, jul./dez. 2014.

MAFFRA, Márcia Vieira. Direito à desconexão no universo do trabalho. *In*: GUERRA, Giovanni Antônio Diniz; VASCONCELOS, Ricardo Guerra; CHADI, Ricardo (org.). **Direito do Trabalho**. Belo Horizonte: FUMARC, 2015. v. 2, p. 505-520. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/13311>. Acesso em: 3 fev. 2023.

MAFRA, Juliana. A ineficiência da monetização da saúde do trabalhador. **Justiça do Trabalho**: Caderno de direito previdenciário. Porto Alegre, v. 31, n. 371, p. 18-37, nov. 2014. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/12462>. Acesso em: 7 fev. 2023.

MAFRA, Juliana Beraldo. A substituição da monetização da saúde pela diminuição de jornada. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 58, n. 89, p. 49- 66, jan./jun. 2014. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27189>. Acesso em: 17 fev. 2023.

MAGALHÃES, Aline Carneiro; MAGALHÃES, Gisele Silami de. Proteção da saúde do trabalhador mediante tutela jurisdicional específica: a concretização do direito social fundamental e prevenção dos infortúnios laborais. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 57, n. 87/88, p. 145-160, jan./dez. 2013. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27198>. Acesso em: 6 fev. 2023.

MANTOVANI, Claudia Fernandes. A reforma da Previdência e suas consequências na aposentadoria do servidor público civil da União. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 30, n. 60, p. 59-89, jul./dez. 1999.

MARES, Sávio Brant; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. O direito do empregador de dispensar seus empregados é absoluto e irrestrito? **Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária**, São Paulo, v. 24, n. 290, p. 228-230, ago. 2013.

MEDEIROS, Dárden Prietsch; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. Empregado doméstico: novas perspectivas de tratamento jurídico. *In*: REIS, Daniela Muradas; MELLO, Roberta Dantas de; COURA, Solange Barbosa de Castro (coord.). **Trabalho e justiça social**: um tributo a Mauricio Godinho Delgado. São Paulo: LTr, 2013. p. 62-69. [Disponibilidade da obra](#)

MEDEIROS, Dárden Prietsch; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. Empregado doméstico: novas perspectivas de tratamento jurídico. **Revista do Direito Trabalhista - RDT**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 4-10, fev. 2013.

MELLO, Roberta Dantas de; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara. Lei nº 12.551/2011: subordinação jurídica no trabalho a distância. **O Trabalho**, Curitiba, n. 184, p. 6763-6767, jun. 2012.

MELO, Lisana Hildegard. Contrato de trabalho: dispensa motivada por condenação criminal transitada em julgado - um chamado à reflexão. **O Trabalho**, Curitiba, n. 71, p. 1719-1720, jan. 2003.

MENDES, Lorena Lopes Freire. **A conta vinculada nos contratos de terceirização**: uma análise custo-benefício da utilização do instrumento pela administração pública. São Paulo: Dialética, 2022. 202 p. [Disponibilidade da obra](#)

MENDES, Lorena Lopes Freire. **Terceirização de serviços na administração pública**: uma análise da conta vinculada no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro,

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, 2020.
Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/67645>. Acesso em: 3 fev. 2023.

MENDES, Lorena Lopes Freire. Terceirização na administração pública: a fiscalização como dever jurídico do poder público contratante. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 65, n. 99, p. 311-350, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/48773>. Acesso em: 17 fev. 2023.

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira; CORRÊA, Flávia Soares. Caracterização do empregador rural: adequação da ordem jurídica à realidade econômico-social. **Trabalho - encarte da revista "Trabalho em Revista" Doutrina**, Curitiba, n. 128, p. 4123-4130, out. 2007.

MORAES, Cátia dos Santos. **Trajetória do Direito do Trabalho no Brasil: do século XIX ao advento da CLT**. 2021. Monografia (Especialização em Direito do Trabalho) - Faculdade Única de Ipatinga, Ipatinga, 2021. 26 f. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/68583>. Acesso em: 3 fev. 2023.

MORAIS, Juliana Rodrigues de. Parassubordinação e o movimento sindical. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; CANTELLI, Paula Oliveira; PORTO, Lorena Vasconcelos; NIGRI, Fernanda (coord.). **Parassubordinação: em homenagem ao Professor Márcio Túlio Viana**. São Paulo: LTr, 2011. p. 145-155.
[Disponibilidade da obra](#)

MORAIS, José Murilo de; MORAIS, Juliana Rodrigues de. Lei 11.457/2007: a lei n. 11.457, de 16 de março de 2007, e a Execução Trabalhista. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves**. São Paulo: LTr, 2015. p. 87-91.
[Disponibilidade da obra](#)

MOURA, Natalia das Chagas; ALMEIDA, Wânia Guimarães Rabêllo de; PEREIRA, Tamara Francielle Fernandes. A proteção social à maternidade e à infância na gestação de substituição (cessão temporária do útero). *In*: CAMARANO, Alessandra; MESQUITA, Arlete; SOUZA, Karlla Patrícia de (coord.). **Feminismo, pluralismo e democracia**. Belo Horizonte: RTM, 2019. p. 457- 481.
[Disponibilidade da obra](#)

MUNIZ, Mirella Karen de Carvalho Bifano. **O direito fundamental ao salário mínimo**

digno: uma análise à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. São Paulo: LTr, 2010. 232 p.

[Disponibilidade da obra](#)

MUNIZ, Mirella Karen de Carvalho Bifano. A mediação como instrumento de efetividade e modernização dos meios de solução de conflitos. *In*: SOUZA, Cláudia Maria Gomes de; JAYME, Fernando Gonzaga; SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça; PEREIRA, Rita Andréa Guimarães de Carvalho (coord.). **Mediação de conflitos**: a emergência de um novo paradigma. Belo Horizonte: Del Rey, 2016. p. 197-206.

[Disponibilidade da obra](#)

MUNIZ, Mirella Karen de Carvalho Bifano. Súmula vinculante n. 08 do STF: aplicação nos tribunais do trabalho. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 139-141.

[Disponibilidade da obra](#)

MUNIZ, Mirella Karen de Carvalho Bifano; DIAS, Ronaldo Mayrink de Castro Garcia. Compliance e direito do trabalho: novas práticas para mitigar novos riscos. **LTr - Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 52, n. 94, p. 529-537, jan. 2016.

MUNIZ, Mirella Karen de Carvalho Bifano; RENAULT, Luiz Otávio Linhares. Crise financeira global e emprego: “você é forte, dentes e músculos”. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 47, n. 77, p. 85-91, jun. 2008. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27322>. Acesso em: 7 fev. 2023.

MUNIZ, Mirella Karen de Carvalho Bifano; RENAULT, Luiz Otávio Linhares. Meio Ambiente e vida: direitos fundamentais convergentes com o Direito do Trabalho e com o processo do trabalho. *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; DELGADO, Gabriela Neves; NUNES, Raquel Portugal (coord.). **Dignidade humana e inclusão social**: caminhos para a efetividade do direito do trabalho no Brasil. São Paulo: LTr, 2010. p. 56-104.

[Disponibilidade da obra](#)

MUNIZ, Mirella Karen de Carvalho Bifano; ROCHA, Cláudio Jannotti. Honorários obrigacionais na justiça do trabalho. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; KOURY, Luiz Ronan Neves; CANTELLI, Paula Oliveira; JANNOTTI, Cláudio. (coord.). **ABC da execução trabalhista**: teoria e prática. São Paulo: LTr, 2014. p. 81-86.

[Disponibilidade da obra](#)

OLIVEIRA, Camila Almeida Peixoto Batista de. Competência penal trabalhista: em busca da efetividade do direito material do trabalho. **Revista Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 50, n. 80, p. 95-108, jul./dez. 2009.

Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27252>. Acesso em: 6 fev. 2023.

OLIVEIRA, Camila Almeida Peixoto Batista de. A hipossuficiência do litigante trabalhista, consumerista, de família e seus efeitos jurídicos-processuais. *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da; ANDRADE, Oyama Karyna Barbosa (coord.). **Justiça do século XXI**. São Paulo: LTr, 2014. p. 221-230.

[Disponibilidade da obra](#)

OLIVEIRA, Camila Almeida Peixoto Batista de. Ministério do Trabalho e Emprego: agente de efetivação e de defesa do direito material e processual do trabalho. *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; DELGADO, Gabriela Neves; NUNES, Raquel Portugal (coord.). **Dignidade humana e inclusão social: caminhos para a efetividade do direito do trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 2010. p. 372-387.

[Disponibilidade da obra](#)

OLIVEIRA, Clarissa Barbosa de. **Avanço histórico e social: a recente ampliação dos direitos trabalhistas estendidos aos empregados domésticos no estado democrático de direito**. Trabalho apresentado ao I Concurso de Monografias da Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – Escola Judicial, Belo Horizonte, 2017. 30 f.

Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27502>. Acesso em: 6 fev. 2023.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. Uma reflexão sobre os efeitos do reconhecimento do direito de autonomia do intersex no âmbito das relações trabalhistas. **Revista Magister de Direito do Trabalho**, Porto Alegre, v. 16, n. 91, p. 35-58, jul./ago. 2019.

PARREIRA, Ana Carolina Rodrigues. Revolução digital e a relevância da transparência algorítmica nas relações de trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 66, n. 102, item 01, p. 315-329, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/70652>. Acesso em: 29 de jan. 2024.

PERAGALLOS, Maria Alice de Almeida. **Desapropriação por utilidade pública e a etapa que antecede as fases declaratória e executória do procedimento expropriatório**. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Direito Público) - Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura, Belo Horizonte, 2016.

Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/13571>. Acesso em: 3 fev. 2023.

PERAGALLOS, Maria Alice de Almeida. Elementos objetivos da demanda e princípio da adstrição :estabilização da demanda. *In*: PAIXÃO, Vivian d'Avila Melo; SILVA, Raphael Augusto (org.). **Novos estudos sobre o direito processual civil**. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021. p. 376-388.

[Disponibilidade da obra](#)

PEREIRA, Cintia Batista; ALMEIDA, Daniela Favilla Vaz de. A utilização das recomendações da OIT no direito do trabalho no Brasil. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO, 5., 2016, Belo Horizonte. **Direito Material e Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2017. p. 257-263.

[Disponibilidade da obra](#)

PEREIRA, Maria da Conceição Maia. **Visão crítica do artigo 394-a da CLT**: Proibição do trabalho da gestante ou lactante em ambiente insalubre. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde da Universidade, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/39444>. Acesso em: 3 fev. 2023.

PIMENTA, Raquel Betty de Castro. **Condutas antissindicais praticadas pelo empregador**. São Paulo: LTr, 2014. 175 p.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro. **Cooperação judiciária internacional no combate à discriminação da mulher no trabalho**: um diálogo Brasil e Itália. São Paulo: LTr, 2016. 167 p.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro. Fase recursal: alterações que afetam os pressupostos de admissibilidade dos recursos. *In*: FARIA, Fernanda Nigri; TOSTES, Laura Ferreira Diamantino (coord.). HENRIQUE, Carlos Augusto Junqueira et al. (org.). **Aportes teóricos para a aplicação do direito do trabalho após a reforma trabalhista**. Belo Horizonte: Arraes, 2018. p. 55-64.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro. Invalidez das reformas atinentes à negociação coletiva: a visão da Organização Internacional do Trabalho. *In*: EÇA, Vítor Salino de Moura; OLIVEIRA, Ariete Pontes de; REIS, Ítalo Moreira (coord.). **Teoria crítica da reforma trabalhista**. Belo Horizonte: RTM, 2018. p. 97-114.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro. Organização Internacional do Trabalho - reclamações, queixas e procedimentos. *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; ÁVILA, Flávia de; FANTINI, Karine Monteiro de Castro; SILVA, Nathane Fernandes da (org.). **Mecanismos de solução de controvérsias trabalhistas nas dimensões nacional e internacional**. São Paulo: LTr, 2015. p. 238-248.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro. A Reforma trabalhista brasileira e as normas internacionais do trabalho de proteção contra a discriminação. *In*: POLIDO, Fabrício; BARBATO, Maria Rosaria; MOURA, Natália das Chagas (org.). **Trabalho, tecnologias e os desafios dos direitos humanos**: estudos e perspectivas críticas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. p. 177-198.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro. A reforma trabalhista e a corrida ao fundo do poço: o uso da normas internacionais do trabalho como alternativa para a garantia dos direitos humanos. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO DO TRABALHO E DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL, 1, 2017, Brasília. **Anais [...]**. São Paulo: LTr, 2017. p. 280-294.

[Disponibilidade da obra.](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro. A súmula n. 443 do TST e a reintegração do empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave. *In*: ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de; TEIXEIRA, Érica Fernandes (org.). **Novidades em direito e processo do trabalho**: homenagem aos 70 anos da CLT. São Paulo: LTr, 2013. p. 131-142.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro. A Súmula nº 443 do TST e a reintegração do empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 79, n. 3, p. 216-232, jul./set. 2013.

PIMENTA, Raquel Betty de Castro; ÁVILA, Isabela Murta de; FINELLI, Lília Carvalho. A reestruturação produtiva e o espírito do toyotismo. *In*: REIS, Daniela Muradas (coord.) **Manipulações capitalistas e o direito do trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2018. p. 155-183.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro; CERQUEIRA, Sara Lúcia Moreira. Lei n.

12.322/2010: agravo nos próprios autos na justiça do trabalho. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 74-78.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro; LARA, Caio Augusto de Souza. A greve como forma de exercício da autotutela na cultura ocidental. *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da; ANDRADE, Oyama Karyna Barbosa (coord.). **Justiça do século XXI**. São Paulo: LTr, 2014. p. 389-398.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro; PIMENTA, José Roberto Freire. Dimensões do direito fundamental ao trabalho digno: acesso à justiça sob uma perspectiva substancial. *In*: DELGADO, Gabriela Neves (coord.). **Direito fundamental ao trabalho digno no século XXI**: desafios e reinterpretações para as relações de trabalho rurais, urbanas e de serviços. São Paulo: LTr, 2020. v. 2, p. 331-345.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro; PIMENTA, José Roberto Freire. Dimensões do direito fundamental ao trabalho digno: acesso à justiça sob uma perspectiva substancial. *In*: DELGADO, Gabriela Neves (org.). **Direito fundamental ao trabalho digno no século XXI**: principiologia, dimensões e interfaces no estado democrático de direito. São Paulo: LTr, 2020. v. 1, p. 331-345.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro; PIMENTA, José Roberto Freire. A Eficácia Horizontal do Direito Fundamental à Liberdade Sindical nas Relações de Trabalho. *In*: REIS, Daniela Muradas; MELLO, Roberta Dantas de; COURA, Solange Barbosa de Castro. (coord.). **Trabalho e justiça social**: um tributo a Maurício Godinho Delgado. São Paulo: LTr, 2013. p. 382-397.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro; PIMENTA, José Roberto Freire. Proibição, pelo empregador, de relacionamentos amorosos entre empregados e limites ao exercício do poder empregatício: a eficácia horizontal dos direitos fundamentais à intimidade, vida privada, liberdade e dignidade da pessoa humana. *In*: VIANA, Márcio Túlio; ROCHA, Cláudio Jannotti da (coord.). **Como aplicar a CLT à luz da constituição**: alternativas para os que militam no foro trabalhista. São Paulo: LTr, 2016. p. 233-239.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro; PIRES, Rosemary de Oliveira. O controle de convencionalidade da lei n. 13.467/17 na jurisprudência trabalhista. *In*: PIRES, Rosemary de Oliveira; LORENTZ, Lutiana Nacur; BARBOSA, Arnaldo Afonso (coord.). **A reforma trabalhista**: (lei n. 13.467/2017): na visão dos magistrados do trabalho, procuradores do trabalho e advogados trabalhistas. Belo Horizonte: RTM, 2019. p. 57-70.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro; RENAULT, Luiz Otávio Linhares. A isonomia salarial: novos requisitos. *In*: PIRES, Rosemary de Oliveira; LORENTZ, Lutiana Nacur; BARBOSA, Arnaldo Afonso (coord.). **A reforma trabalhista**: (lei n. 13.467/2017): na visão dos magistrados do trabalho, procuradores do trabalho e advogados trabalhistas. Belo Horizonte: RTM, 2019. p. 287-294.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro; RENAULT, Luiz Otávio Linhares. Responsabilidade da tomadora de serviços terceirizados pelo cumprimento das normas de saúde, higiene e segurança no trabalho. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 87, n. 3, p. 191-202, jul./set. 2021.

PIMENTA, Raquel Betty de Castro; SILVA, Thaís Campos. Súmula n. 392 do TST: Competência da Justiça do Trabalho para julgar ações de indenização por danos morais e materiais. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 288-290.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro; SILVEIRA, Ana Cristina de Melo. Formas de resolução de conflitos: autotutela, autocomposição e heterocomposição - por onde caminha a solução? *In*: ORSINI, Adriana Goulart de Sena; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da; ANDRADE, Oyama Karyna Barbosa (coord.). **Justiça do século XXI**. São Paulo: LTr, 2014. p. 363-376.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio. A proteção trabalhista contra os atos discriminatórios (análise da Lei n. 9.029/95). *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares;

VIANA, Márcio Túlio; CANTELLI, Paula Oliveira (coord.). **Discriminação**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2010. p. 135-142.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, José Roberto Freire; PIMENTA, Raquel Betty de Castro. A eficácia horizontal do direito fundamental à liberdade sindical nas relações de trabalho. *In*: REIS, Daniela Muradas; MELLO, Roberta Dantas de; COURA, Solange Barbosa de Castro (coord.). **Trabalho e justiça social**: um tributo a Mauricio Godinho Delgado. São Paulo: LTr, 2013. p. 382-397.

[Disponibilidade da obra](#)

PIMENTA, José Roberto Freire; PIMENTA, Raquel Betty de Castro. Efetividade da tutela jurisdicional trabalhista e substituição processual sindical: análise da recente evolução da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 54, n. 84, p. 157-177, jul./dez. 2011.

Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27211>. Acesso em: 7 fev. 2023.

PIMENTA, José Roberto Freire; PIMENTA, Raquel Betty de Castro. Súmula n. 219, III, e OJ n. 359 da SBDI-1 do TST: Efetividade da tutela jurisdicional trabalhista e substituição processual sindical: análise da recente evolução da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 229-237.

[Disponibilidade da obra](#)

PINHEIRO, Franciara Moreira. Dispensa indireta decorrente da inobservância da lei geral de proteção de dados (LGPD) pelo empregador: um novo desafio para o poder judiciário trabalhista. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 67, n. 103, p. 259- 294, jan./jun. 2021. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/71610>. Acesso em: 17 fev. 2023.

PIRES, Elisa Guimarães Brandão; MIRAGLIA, Lívia Mendes Moreira. A internacionalização da luta sindical e a intermediação eletrônica do trabalho humano. *In*: CONGRESSO LATINO- AMERICANO DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO, 7., 2017, BELO HORIZONTE. **Anais** [...] São Paulo: LTr, 2019. p. 43-49.

[Disponibilidade da obra](#)

RABELO, César Leandro de Almeida; VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. O princípio da proteção como fundamento para a aplicação subsidiária do artigo 475-J ao

processo do trabalho. **Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária**, São Paulo, v. 23, n. 273, p. 67-91, mar. 2012.

REIS, Fabiane Nogueira. A degradação do meio ambiente laboral como causa de acidentes coletivos do trabalho. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 86, n. 1, p. 268- 299, jan./mar. 2020.

REIS, Fabiane Nogueira. Terceirização e reforma trabalhista: possibilidade de cláusula de instrumento coletivo restringir a terceirização. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 65, n. 99, p. 191-226, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/48771>. Acesso em: 17 fev. 2023.

RENAULT, Luiz Otávio Linhares; MUNIZ, Mirella Karen de Carvalho Bifano. Fusão de empresas: função, transfusão ou disfunção social? **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 50, n. 80, p. 155-170, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27285>. Acesso em: 7 fev. 2023.

RENAULT, Luiz Otávio Linhares; PIMENTA, Raquel Betty de Castro. Isonomia salarial: espaço para a discriminação? *In*: AFONSO, Rosemary de Oliveira Pires; HORTA, Denise Alves; CANTELLI, Paula Oliveira; CAIXETA, Maria Cristina Diniz (coord.). **O gênero e a cadeia discriminatória no mundo do trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2023. p. 287-299.

[Disponibilidade da obra](#)

RENAULT, Luiz Otávio Linhares; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; ESTEVANOVIC, Ricardo Silva. OJ n. 07 do Tribunal Pleno do TST e OJ n. 382 da SBDI-1 do TST: juros de mora aplicáveis nas condenações da fazenda pública. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; VIANA, Márcio Túlio (coord.). **O que há de novo em processo do trabalho**: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves. São Paulo: LTr, 2015. p. 447-452.

[Disponibilidade da obra](#)

RENAULT, Luiz Otávio Linhares; PIMENTA, Raquel Betty de Castro; ESTEVANOVIC, Ricardo Silva. OJ n. 07 do Tribunal Pleno do TST e OJ n. 382 da SBDI-1 do TST: juros de mora aplicáveis nas condenações da fazenda pública. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 57, n. 87/88, p. 85-91, jan./dez. 2013. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27261>. Acesso em: 7 fev. 2023.

RENAULT, Luiz Otávio Linhares; PIMENTA, Raquel Betty de Castro. A nova regulamentação do trabalho em regime de tempo parcial. *In*: HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de (coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho**: reforma trabalhista, principais alterações: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017. São Paulo: LTr, 2018. p. 121-127.

[Disponibilidade da obra](#)

RESENDE, Clarissa Cançado de Lara. **Garantia de emprego**: uma construção intersubjetiva. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

[Disponibilidade da obra](#)

RESENDE, Debora Penido. O controle de convencionalidade como mecanismo assecuratório do trabalho decente na sociedade contemporânea. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, v. 68, n. 105, p. 355-366, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/76571>. Acesso em: 6 fev. 2023.

RESENDE, Debora Penido. Execução trabalhista: da execução de ofício ao impulso oficial. *In*: KOURY, Luiz Ronan Neves; CUNHA, Natália Xavier; OTONI, Luiza; ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino (coord.). **Execução no processo do trabalho**. São Paulo: LTR, 2020. p. 110-120.

[Disponibilidade da obra](#)

RESENDE, Debora Penido. O instituto da prescrição intercorrente no processo do trabalho após a reforma trabalhista promovida pela Lei n. 13.467/2017. *In*: KOURY, Luiz Ronan Neves; ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino (coord.). **Direito processual do trabalho, constituição e reforma trabalhista**. São Paulo: LTr, 2018. p. 278-287.

[Disponibilidade da obra](#)

RESENDE, Débora Penido. Organização do trabalho na sociedade contemporânea. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 66, n. 102, item 01, p. 275-297, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/70650>. Acesso em: 29 de jan. 2024.

RESENDE, Debora Penido. A perda do emprego à luz da Constituição de 1988: análise das dispensas individuais, plúrimas e coletivas após a vigência da lei n. 13.467/17. *In*: FARIA, Fernanda Nigri; TOSTES, Laura Ferreira Diamantino; HENRIQUE, Carlos

Augusto Junqueira (org.). **Aportes teóricos para aplicação do direito do trabalho após a reforma trabalhista**. Belo horizonte: Arraes, 2018. XVIII. p. 317-328.

[Disponibilidade da obra](#)

RIBEIRO, Ailana Santos; ALVES, Cacilda. A face oculta da hiperqualificação profissional no âmbito da relação de emprego. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO, 7., 2017, Belo Horizonte.

Direito material e processual do trabalho. São Paulo: LTr, 2019. p. 145-149.

[Disponibilidade da obra](#)

RIBEIRO, Ailana; SANTOS, Abreu Nara. Um novo espírito para o Direito do Trabalho?

In: CRISTO, Magno Moisés de; FERREIRA, Silvânia (coord.). **Direito do trabalho: cenários contemporâneos**. Belo Horizonte: RTM, 2016. p. 101-116.

[Disponibilidade da obra](#)

RIOS, Sâmara Eller. Paradigmas do Estado pós-moderno: a correspondência entre Welfare State e Estado Democrático do Direito. **Revista IOB Trabalhista e Previdenciária**, São Paulo, v. 19, n. 218, p. 89-99, ago. 2007.

RIOS, Sâmara Eller. Trabalho prisional: instrumento efetivo na ressocialização do condenado. *In*: HENRIQUE, Carlos Augusto Junqueira; DELGADO, Gabriela Neves; VIANA, Márcio Túlio; RIBEIRO, Patrícia Henriques (coord.). **Trabalho e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. p. 273-292.

[Disponibilidade da obra](#)

ROCHA, Cláudio Jannotti da; MUNIZ, Mirella Karen de Carvalho Bifano. Os direitos fundamentais e o direito do trabalho. **Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária**, São Paulo, v. 24, n. 297, p. 38-45, mar. 2014.

ROCHA, Cláudio Jannotti da; MUNIZ, Mirella Karen de Carvalho Bifano. Honorários obrigacionais na justiça do trabalho. **Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária**, São Paulo, v. 24, n. 294, p. 18-26, dez. 2013.

ROCHA, Cláudio Jannotti da; MUNIZ, Mirella Karen de Carvalho Bifano. O teletrabalho à luz do artigo 6º da CLT: o acompanhamento do direito do trabalho às mudanças do mundo pós-moderno. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 57, n. 87/88, p. 101-115, jan./dez. 2013. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27195>. Acesso em: 7 fev. 2023.

ROCHA, Cláudio Jannotti da; MUNIZ, Mirella Karen de Carvalho Bifano. O teletrabalho à luz do artigo 6º da CLT: o acompanhamento do direito do trabalho às mudanças do mundo pós- moderno. **Repertório IOB de Jurisprudência**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 170-162, mar. 2014.

RODRIGUES, Elaine Barbosa. Futuro roubado: o dano existencial coletivo na hipótese de acidente de trabalho ampliado. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 65, n. 100, t. 1, p. 393-444, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/51526>. Acesso em: 17 fev. 2023.

SANTOS, Camila Fernanda Rocha dos; VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. Os impactos da pejetização fraudulenta e do trabalho intermitente na vida do trabalhador e nos cofres da previdência social. **Revista Brasileira de Direito Previdenciário**, Porto Alegre, v. 9, n. 50, p. 27- 57, abr./maio 2019.

SILVA, Gabriela Bins Gomes da. **Decolonizando o emprego**: por um olhar outro sobre as margens. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/74473> . Acesso em: 3 fev. 2023.

SILVA, Gabriela Bins Gomes da. **Decolonizando o emprego**: por um olhar outro sobre as margens. São Paulo: Dialética, 2023. 258 p.
[Disponibilidade da obra](#)

SILVA, Gabriela Bins Gomes da. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica e o direito processual do trabalho. *In*: KOURY, Luiz Ronan Neves; CUNHA, Natália Xavier; OTONI, Luiza; ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino (coord.). **Execução no processo do trabalho**. São Paulo: LTr, 2020. p. 90-109.
[Disponibilidade da obra](#)

SILVA, Gabriela Bins Gomes da. Terceirização irrestrita: a mercantilização do ser humano. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 65, n. 99, p. 277- 309, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/48772>. Acesso em: 6 fev. 2023.

SILVA, Gabriela Bins Gomes da; BAÍA, Camila de Paula Guimarães. A mulher negra e o mercado de trabalho. *In*: VIANA, Márcio Túlio; CRISTO, Magno Moisés de; JORGE, Camila (org.). **Discriminação no trabalho**: olhares jovens sobre um velho tema. Belo Horizonte: RTM, 2022. p. 129-141.
[Disponibilidade da obra](#)

SILVA, Izabella Cecília de Lima e. O mobbing no ambiente de trabalho como mácula ao princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 66, n. 101, p. 217-231, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/67565>. Acesso em: 17 fev. 2023.

SILVA, Marina da. **A justiça do trabalho**: importância e desafios em 76 anos de história. Trabalho apresentado ao I Concurso de Monografias da Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – Escola Judicial, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27501>. Acesso em: 3 fev. 2023.

SIQUEIRA, Marina Nogueira de Araújo. A nova execução de títulos extrajudiciais e seu impacto no processo do trabalho. *In*: KOURY, Luiz Ronan Neves; CARVALHO, Ricardo Wagner Rodrigues de; FERNANDES, Nadia Soraggi (coord.). **Tendências do processo do trabalho**. São Paulo: LTr, 2010. p. 242-256.

[Disponibilidade da obra](#)

SOARES, Pollyana Lucia Rosado. As provas digitais no processo do trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, v. 67, n. 104, p. 287-295, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/74537>. Acesso em: 17 fev. 2023.

TERRA, Luciana Soares Vidal. A estabilidade no emprego como concretização da dignidade. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, v. 51, n. 81, p. 23-46, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27161>. Acesso em: 17 fev. 2023.

TERRA, Luciana Soares Vidal. O porteiro. *In*: VIANA, Márcio Túlio; TERRA, Luciana Soares Vidal; SILVA JÚNIOR, Décio de Abreu (coord.). **Direito do trabalho & trabalhos sem direitos**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008. p. 61-64.

[Disponibilidade da obra](#)

TERRA, Luciana Soares Vidal. Terceirização e discriminação. *In*: VIANA, Márcio Túlio; TERRA, Luciana Soares Vidal; SILVA JÚNIOR, Décio de Abreu (coord.). **Direito do trabalho & trabalhos sem direitos**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008. p. 133-142.

[Disponibilidade da obra](#)

TEODORO, Maria Cecília Máximo, RIBEIRO, Ailana Santos. A relação trabalho-consumo na modernidade líquida. *In*: ROCHA, Cláudio Jannotti da; AZEVEDO NETO, Platon Teixeira de; MARTINS, Rafael Lara (org.). **Direito e trabalho nos 30 anos da**

Constituição: experiências e desafios nos âmbitos do direito do trabalho e previdenciário. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018. p. 153-170.

[Disponibilidade da obra](#)

TORRES, Ana Paula Repolês. Uma análise epistemológica da Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen. **Revista CEJ**, Brasília, DF, v. 10, n. 33, p. 72-77, abr./jun. 2006.

TORRES, Ana Paula Repolês. **Direito e política em Hannah Arendt**. São Paulo: Loyola, 2013. 211 p.

[Disponibilidade da obra](#)

TORRES, Ana Paula Repolês; VALENTIM, Maria Raquel Ferraz Zagari. A prevalência dos acordos coletivos sobre as convenções coletivas: uma problematização necessária. *In*: HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de (coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho: reforma trabalhista, principais alterações: atualizado de acordo com a MP n. 808 de 14 de novembro de 2017**. São Paulo: LTr, 2018. p. 313-321.

[Disponibilidade da obra](#)

VALADÃO, Carla Cirino. **A repersonalização do direito do trabalho**. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho, Modernidade e Democracia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. 114 f. Disponível em:

<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27861>. Acesso em: 3 fev. 2023.

VALADÃO, Carla Cirino; GOMES, Ana Paula Konstantin. A invisibilidade social do trabalhador terceirizado. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO, 3, 2015, Belo Horizonte. **Anais [...]**. São Paulo: LTr, 2016. p. 161-168.

[Disponibilidade da obra](#)

VALADÃO, Carla Cirino; REIS, Ítalo Moreira. O sindicalismo na contemporaneidade: liberdade, solidariedade e crise. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO, 5, 2016, Belo Horizonte. Direito material e processual do trabalho. **Anais [...]**. São Paulo: LTr, 2017. p. 345-351.

[Disponibilidade da obra](#)

VIDIGAL, Márcio Flávio Salem; CANÇADO, Andréa Aparecida Lopes. Súmula vinculante n. 23 do STF. *In*: RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio; FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara; FATTINI, Fernanda Carolina; PIMENTA, Raquel Betty de Castro (coord.). **O que há de novo no processo do trabalho: homenagem ao professor Aroldo Plínio Gonçalves**. São Paulo: LTr, 2015. p. 171-172.

[Disponibilidade da obra](#)

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. O assédio moral no ambiente laboral. **Repertório IOB de Jurisprudência**: vol. 2. São Paulo, v. 2, n. 24, p. 765-761, dez. 2014.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. **Famílias poliafetivas**: uma análise sob a ótica da principiologia jurídica contemporânea. 2017. Tese (Doutorado em Direito Privado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/28461>. Acesso em: 3 fev. 2023.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. Principais alterações da reforma trabalhista: Reforma trabalhista: uma análise dos efeitos jurídicos das principais modificações impostas pela Lei 13.467/2017. *In*: GUIMARÃES, Ricardo Pereira de Freitas; MARTINEZ, Luciano (coord.). **Desafios da reforma trabalhista**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 73-96.

[Disponibilidade da obra](#)

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. **A revisão judicial dos contratos sob a ótica do direito contemporâneo**. Curitiba: Juruá, 2012. 246 p.

[Disponibilidade da obra](#)

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. A transformação do clube em sociedade anônima de futebol e seus efeitos jurídicos em relação aos credores. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 88, n. 1, p. 80-101, jan/mar 2022.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; CUNHA, Marina Lima. A legitimidade para pleitear danos moral e material em casos de acidente de trabalho com óbito do empregado. **Revista Magister de Direito do Trabalho**, Porto Alegre, v. 14, n. 79, p. 101-135, jul./ago. 2017.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; MOREIRA, Samantha Caroline Ferreira. Aspectos inconstitucionais da reforma trabalhista e seus impactos na seguridade social. *In*: ROCHA, Cláudio Jannotti da; AZEVEDO NETO, Platon Teixeira de; MARTINS, Rafael Lara (org.). **Direito e trabalho nos 30 anos da Constituição**: experiências e desafios nos âmbitos do direito do trabalho e previdenciário. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018. p. 267-288.

[Disponibilidade da obra](#)

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; MOREIRA, Samantha Caroline Ferreira. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica do novo CPC e seus impactos no processo do trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 61, n. 92, p. 213-235, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27297>. Acesso em: 6 fev. 2023.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Discriminação de gênero e orientação sexual nas relações de trabalho. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 85, n. 2, p. 54-78, abr./jun. 2019.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; PINTO, Jairo Diniz. O Brasil e a Fifa: a questão da soberania brasileira durante a Copa do Mundo de 2014. **Repertório IOB de Jurisprudência**: vol. 1. São Paulo, v. 1, n. 13, p. 441-436, jul. 2014.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. POLI, Leonardo Macedo. Os efeitos do abandono afetivo e a mediação como forma de solução de conflitos paterno-filiais. **Repertório IOB de Jurisprudência**: vol. 3. São Paulo, v. 3, n. 18, p. 673-661, set. 2013.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; RABELO, César Leandro de Almeida. O princípio da proteção como fundamento para a aplicação subsidiária do artigo 475-J ao processo do trabalho. **Ciência Jurídica do Trabalho**, Belo Horizonte, v. 15, n. 92, p. 57-84, mar./abr. 2012.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. ROCHA; Cláudio Jannotti da; OLIVEIRA, Marcos Paulo da Silva. A dispensa coletiva na reforma trabalhista e o emprego que parece um sonho: o luto pela perda do trabalho e o luto pela perda de direitos. **Revista Magister de Direito do Trabalho**, Porto Alegre, v. 16, n. 96, p. 38-57, maio/jun. 2020.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; SANTOS, Pedro Diogo Pacheco dos. A dispensa discriminatória e o ônus probatório. **Revista Magister de Direito do Trabalho**, Porto Alegre, v. 13, n. 75, p. 32-58, nov./dez. 2016.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; SILVA, Carlos Brandão Ildelfonso; RABELO, César Leandro de Almeida. A responsabilidade civil pela perda de uma chance nas relações jurídicas civis e do trabalho. **Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária**, São Paulo, v. 24, n. 277, p. 22-47, jul. 2012.

VIEIRA, Lara Piau. A assistência judiciária e os honorários de advogado no processo do

trabalho, à luz da Constituição de 1988. **ADCOAS** - Doutrina, São Paulo, v. 1, n. 8, p. 311- 313, ago. 1998.

VIEIRA, Lara Piau. Diarista: relação jurídica de trabalho - empregada ou autônoma? **Ciência Jurídica do Trabalho**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 51-55, mar. 1998.

VIEIRA, Lara Piau. Diarista: relação jurídica de trabalho - empregada ou autônoma? **ADCOAS** - Doutrina, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 260-262, jul. 1998.

VIEIRA, Lara Piau. A prescrição de ofício: interpretação teleológica conferida à Lei n. 11.280, de 16 de fevereiro de 2006 - propriedade e adequação da reforma legislativa. **Revista LTr: Legislação do Trabalho**. São Paulo, v. 74, n. 3, p. 286-299, mar. 2010.

XAVIER, Marcela Veloso. **A perspectiva constitucional do debate sobre a legalização do aborto**. Artigo científico (especialização no curso de pós-graduação Lato Sensu em Direito Público) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/54162>. Acesso em: 3 fev. 2023.

ZUFELATO, Camilo; SILVA, Izabella Cecília de Lima e. O acesso à justiça frente à previsão do pagamento de despesas processuais pelo trabalhador na lei 13.467/17. **Revista de Direito do Trabalho e Seguridade Social**, São Paulo, v. 48, n. 223, p. 151-173, maio/jun. 2022.

5. LEGISLAÇÃO

Principais atos legislativos da evolução dos direitos da mulher

[Brasil. Lei nº. 14.786, de 28 de dezembro de 2023](#)

Cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte).

[Brasil. Lei nº. 14.737, de 27 de novembro de 2023](#)

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para ampliar o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos realizados em serviços de saúde públicos e privados.

[Brasil. Lei nº. 14.682, de 20 de setembro de 2023](#)

Cria o selo Empresa Amiga da Mulher.

[Brasil. Lei nº. 14.660, de 23 de agosto de 2023](#)

Altera o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para estabelecer que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da venda da família será feita no nome da mulher.

[Brasil. Lei nº. 14.545, de 4 de julho de 2023](#)

Institui o Dia Nacional da Mulher Empresária.

[Brasil. Lei nº. 14.611, de 3 de julho de 2023](#)

Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

([Decreto n. 11.795, de 23 de novembro de 2023](#) - Regulamenta a Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, que dispõe sobre igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens)

[Brasil. Lei nº. 14.612, de 3 de julho de 2023](#)

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para incluir o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação entre as infrações ético-disciplinares no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil.

[Brasil. Lei nº. 14.614 de 3 de julho de 2023](#)

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para garantir às atletas gestantes ou puérperas, no âmbito da Bolsa-Atleta, o respeito à maternidade e aos direitos que as protegem.

[Brasil. Lei nº.14.583, de 16 de maio de 2023](#)

Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos.

[Brasil. Lei nº.14.584 de 16 de maio de 2023](#)

Inscreve o nome de Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes, Irmã Dulce, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

[Brasil. Lei nº. 14.550, de 19 de abril de 2023](#)

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei

[Brasil. Lei nº. 14.542, de 3 de abril de 2023](#)

Altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para dispor sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine).

[Brasil. Lei nº. 14.541, de 3 de abril de 2023](#)

Dispõe sobre a criação e funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)

[Brasil. Lei nº. 14.540, de 3 de abril de 2023](#)

Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.

[Brasil. Lei nº. 14.538, de 31 de março de 2023](#)

Altera as Leis nºs 9656, de 3 de junho de 1998, e 9.797, de 6 de maio de 1999, para assegurar às pacientes a substituição do implante mamária utilizado na reconstrução

mamária ou na simetrização da mama contralateral sempre que ocorrerem complicações ou efeitos adversos a ele relacionados, bem como assegurar às pacientes acompanhamento psicológico e multidisciplinar especializado na hipótese que especifica.

[Brasil. Lei nº. 14.457, de 21 de setembro de 2022](#)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis ns. 11.770, de 9 de setembro de 2008, 13.999, de 18 de maio de 2020, e 12.513, de 26 de outubro de 2011.

[Brasil. Lei nº. 14.448, de 9 de setembro de 2022](#)

Institui, em âmbito nacional, o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher.

[Brasil. Lei nº. 14.335, de 10 de maio de 2022](#)

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a atenção integral à mulher na prevenção dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal.

[Brasil. Lei nº. 14.330, de 4 de maio de 2022](#)

Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

[Brasil. Medida provisória n. 1.116, de 4 de maio de 2022](#)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei n. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

[Brasil. Lei nº 14.326, de 12 de abril de 2022](#)

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para assegurar à mulher presa gestante ou puérpera tratamento humanitário antes e durante o trabalho de parto e no período de puerpério, bem como assistência integral à sua saúde e à do recém-nascido.

[Brasil. Lei nº. 14.320, de 31 de Março de 2022](#)

Institui o Dia Nacional de Conscientização das Doenças Cardiovasculares na Mulher, a ser celebrado no dia 14 de maio.

[Brasil. Lei nº. 14.316, de 29 de março de 2022](#)

Altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 13.675, de 11 de junho de 2018, para destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento da violência contra a mulher.

[Ato n. 102/TST.GP, de 9 de março de 2022](#)

Designa integrantes do Observatório Excelências Femininas, instituído pelo Ato Conjunto n. 1/TST.ENAMAT.GP, de 7 de março de 2022.

[Brasil. Lei nº 14.310, de 8 de março de 2022](#)

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar o registro imediato, pela autoridade judicial, das medidas protetivas de urgência deferidas em favor da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes.

[Ato n. 97/TST.GP, de 8 de março de 2022](#)

Designa membros do Comitê de Participação Feminina do Tribunal Superior do Trabalho, em atenção ao art. 3º do Ato n. 454/DILEP.SEGPES.GDGSET.GP, de 18 de novembro de 2019.

[Ato Conjunto n. 1/TST.ENAMAT.GP, de 7 de março de 2022](#)

Institui o Observatório Excelências Femininas, com o propósito de inserir um olhar institucional a respeito da participação das mulheres na Justiça do Trabalho, propiciar reflexões sobre o reconhecimento profissional das magistradas, bem como permitir que sejam observadas, analisadas e sugeridas ações concretas em prol da igualdade de gênero no Judiciário.

[Brasil. Lei nº. 14.245, de 22 de novembro de 2021](#)

Altera os Decretos-Leis nos 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer).

[Resolução CNJ n. 418, de 20 de setembro de 2021](#)

Altera a Resolução n. 255, de 4 de setembro de 2018, que institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.

[Recomendação CNJ n. 102, de 19 de agosto de 2021](#)

Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica praticada em face de magistradas e servidoras.

[Brasil. Lei nº. 14.192, de 4 de agosto de 2021](#)

Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de

setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais.

[Brasil. Lei n. 14.188, de 28 de julho de 2021](#)

Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.

[Brasil. Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021](#)

Acrescenta o [art. 147-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), para prever o crime de perseguição; e revoga o [art. 65 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941](#) (Lei das Contravenções Penais).

[Portaria CNJ n. 27, de 2 de fevereiro de 2021](#)

Institui Grupo de Trabalho para colaborar com a implementação das Políticas Nacionais estabelecidas pelas Resoluções CNJ n. 254/2020 e n. 255/2020, relativas, respectivamente, ao Enfrentamento à Violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e ao Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário.

[Brasil. Lei nº. 13.985, de 7 de abril de 2020](#)

Institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

[Ato n. 454/DILEP.SEGPES.GDGSET.GP, de 18 de novembro de 2019](#)

Institui o Programa de Incentivo à Participação Feminina no Tribunal Superior do Trabalho (TST)

[Decreto n. 10.088, de 5 de novembro de 2019](#)

Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil.

[Brasil. Lei nº. 13.894, de 29 de outubro de 2019](#)

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável nos casos de violência e para tornar obrigatória a informação às vítimas acerca da possibilidade de os serviços de assistência judiciária ajuizarem as ações mencionadas; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever a competência do foro do domicílio da vítima de violência doméstica e familiar para a ação de divórcio, separação judicial, anulação de casamento e reconhecimento da união estável a ser dissolvida, para determinar a intervenção obrigatória do Ministério Público nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, e para estabelecer a prioridade de tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar

[Brasil. Lei nº. 13.882, de 8 de outubro de 2019](#)

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio.

[Brasil. Lei nº. 13.880, de 8 de outubro de 2019](#)

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a apreensão de arma de fogo sob posse de agressor em casos de violência doméstica, na forma em que especifica.

[Brasil. Lei nº. 13.877, de 27 de setembro de 2019](#)

Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 setembro de 1997, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 13.831, de 17 de maio de 2019, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre regras aplicadas às eleições; revoga dispositivo da Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017; e dá outras providências.

[Brasil. Lei n. 13.871, de 17 de setembro de 2019](#)

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados.

[Brasil. Lei n. 13.836, de 4 de junho de 2019](#)

Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar.

[Decreto n. 9.796, de 20 de maio de 2019](#)

Institui o Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação para o monitoramento e a avaliação do III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

[Brasil. Lei n. 13.831, de 17 de maio de 2019](#)

Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências.

[Brasil. Lei n. 13.827, de 13 de maio de 2019](#)

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

[Ato n. 9/ENAMAT, de 6 de maio de 2019](#)

Altera o nome da comissão instituída pelo Ato n. 1/ENAMAT, de 17 de janeiro de 2019, que passa a se denominar Comissão Interinstitucional de Estudos para o Incentivo à Participação Institucional Feminina.

[Ato n. 1/ENAMAT, de 17 de janeiro de 2019](#)

Institui a Comissão de Estudos para o Incentivo à Participação Institucional Feminina, em promoção às políticas públicas da Resolução n. 255/CNJ, de 4 de setembro de 2018.

[Brasil. Lei n. 13.798, de 3 de janeiro de 2019](#)

Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.

[Brasil. Lei n. 13.772, de 19 de dezembro de 2018](#)

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado.

[Brasil. Lei n. 13.771, de 19 de dezembro de 2018](#)

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

[Brasil. Lei n. 13.769, de 19 de dezembro de 2018](#)

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), as Leis nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para estabelecer a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e para disciplinar o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação.

[Brasil. Lei n. 13.718, de 24 de setembro de 2018](#)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

[Brasil. Lei n. 13.715, de 24 de setembro de 2018](#)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.

[Resolução CNJ n. 255, de 4 de setembro de 2018](#)

Institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.

[Decreto n. 9.440, de 3 de julho de 2018](#)

Aprova o III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

[Brasil. Lei n. 13.641, de 3 de abril de 2018](#)

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.

[Brasil. Lei n. 13.509, de 22 de novembro de 2017](#)

Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

[Brasil. Lei n. 13.505, de 8 de novembro de 2017](#)

Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino

[Brasil. Lei n. 13.488, de 6 de outubro de 2017](#)

Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral.

[Brasil. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017](#)

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

[Brasil. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017](#)

Institui a Lei de Migração.

[Brasil. Lei nº. 13.363, de 25 de novembro de 2016](#)

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estipular direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai.

[Brasil. Lei nº. 13.344, de 6 de outubro de 2016](#)

Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

[Brasil. Lei nº. 13.271, de 15 de abril de 2016](#)

Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.

[Brasil. Lei nº. 13.239, de 30 de dezembro de 2015](#)

Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.

[Brasil. Lei nº. 13.165, de 29 de setembro de 2015](#)

Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina.

[Brasil. Lei nº. 13.142, de 6 de julho de 2015](#)

Altera os arts. 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos).

[Brasil. Lei Complementar nº. 150, de 1º de junho de 2015](#)

Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências.

[Brasil. Lei nº. 13.109, de 25 de março de 2015](#)

Dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas.

[Brasil. Lei nº. 13.104, de 9 de março de 2015](#)

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

[Brasil. Lei Complementar nº. 146, de 25 de junho de 2014](#)

Estende a estabilidade provisória prevista na alínea *b* do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.

[Brasil. Lei nº. 12.978, de 21 de maio de 2014](#)

Altera o nome jurídico do art. 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990,

para classificar como hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.

[Brasil. Lei nº. 12.812, de 16 de maio de 2013](#)

Acrescenta o art. 391-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da gestante, prevista na alínea *b* do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

[Brasil. Lei nº. 12.965, de 23 de abril de 2014](#)

Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

[Decreto n. 8.131, de 24 de outubro de 2013](#)

Dispõe sobre o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, instituído pela Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010.

[Brasil. Lei nº. 12.845, de 1º de agosto de 2013](#)

Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

[Brasil. Emenda Constitucional nº. 72, de 2 de abril de 2013](#)

Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

[Brasil. Lei nº. 12.737, de 30 de novembro de 2012](#)

Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

[Recomendação CNJ n. 42, de 8 de agosto de 2012](#)

Recomenda aos tribunais que adotem a linguagem inclusiva de gênero, no âmbito do Poder Judiciário, no que diz respeito à menção aos cargos ocupados por servidoras e magistradas.

[Resolução CNJ n. 3, de 01 de junho de 2012](#)

Recomendar que não sejam utilizadas algemas ou outros meios de contenção em presos que sejam conduzidos ou permaneçam em unidades hospitalares, salvo se restar demonstrado a necessidade da sua utilização por razões de segurança, ou para evitar uma fuga, ou frustrar uma resistência.

[Brasil. Lei n. 12.650, de 17 de maio de 2012](#)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.

[Resolução CNPCP, n. 9, de 18 de novembro de 2011](#) Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal.

[Brasil. Lei nº. 12.470, de 31 de agosto de 2011](#)

Altera os arts. 21 e 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda; altera os arts. 16, 72 e 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o filho ou o irmão que tenha deficiência intelectual ou mental como dependente e determinar o pagamento do salário- maternidade devido à empregada do microempreendedor individual diretamente pela Previdência Social; altera os arts. 20 e 21 e acrescenta o art. 21-A à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência; e acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 968 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para estabelecer trâmite especial e simplificado para o processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual.

[Brasil. Lei nº. 12.435, de 6 de julho de 2011](#)

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

[Brasil. Lei nº. 12.403, de 4 de maio de 2011](#)

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências.

[Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP/MJ 26/04/2011](#)

Assistência pré-natal e a existência de espaços e serviços específicos para gestantes durante a gestação e no período de permanência dos filhos no ambiente carcerário (Medida 5).

[Decreto n. 7.393, de 15 de dezembro de 2010](#)

Dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

[Brasil. Lei nº. 12.313, de 19 de agosto de 2010](#)

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a assistência jurídica ao preso dentro do presídio e atribuir competências à Defensoria Pública.

[Brasil. Lei nº. 12.288, de 20 de julho de 2010](#)

Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

[Brasil. Lei nº. 12.227, de 12 de abril de 2010](#)

Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.

[Brasil. Lei nº. 12.015, de 7 de agosto de 2009](#)

Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.

[Resolução CNPCP nº. 04, de 15 de julho de 2009](#)

Disciplina a permanência dos filhos das presas em ambientes prisionais.

[Brasil. Lei nº. 11.942, de 28 de maio de 2009](#)

Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência.

[Brasil. Lei nº. 11.770, de 9 de setembro de 2008](#)

Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

[Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008](#)

Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.

[Brasil. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006](#)

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

[Brasil. Lei nº. 11.324, de 19 de julho de 2006](#)

Altera dispositivos das Leis nº s. 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

[Brasil. Lei nº. 11.108, de 7 de abril de 2005](#)

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

[Brasil. Lei n. 11.106, de 28 de março de 2005](#)

Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.

[Brasil. Lei nº. 10.886, de 17 de junho de 2004](#)

Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica".

[Decreto n. 5.017, de 12 de março de 2004](#)

Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.

[Brasil. Lei nº. 10.803, de 11 de dezembro de 2003](#)

Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo.

[Brasil. Lei nº. 10.778, de 24 de novembro de 2003](#)

Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

[Brasil. Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003](#)

Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)

[Portaria MS/MJ nº 1.777, de 9 de setembro de 2003](#) Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

[Brasil. Lei nº. 10.714, de 13 de agosto de 2003](#)

Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.

[Brasil. Lei nº. 10.710, de 5 de agosto de 2003](#)

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário-maternidade devido à segurada empregada gestante.

[Decreto n. 4.377, de 13 de setembro de 2002](#)

Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984.

[Brasil. Lei n. 10.421, de 15 de abril de 2002](#)

Estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

[Brasil. Lei nº. 10.224, de 15 de maio de 2001](#)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.

[Brasil. Lei nº. 10.208, de 23 de março de 2001](#)

Acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao seguro-desemprego.

[Brasil. Lei nº. 9.876, de 26 de novembro de 1999](#)

Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

[Brasil. Lei nº. 9.799, de 26 de maio de 1999](#)

Insera na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências.

[Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999](#)

Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.

[Brasil. Lei nº. 9.474, de 22 de julho de 1997](#)

Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

[Brasil. Lei n. 9.460, de 4 de junho de 1997](#)

Altera o art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.

[Brasil. Lei nº. 9.318, de 5 de dezembro de 1996](#)

Altera a alínea *h* do inciso II do art. 61 do Código Penal.

[Decreto n. 1.973, de 1º de agosto de 1996](#)

Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

[Brasil Lei nº. 9.263, de 12 de janeiro de 1996](#)

Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

[Brasil. Lei nº. 9.096, de 19 de setembro de 1995](#)

Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

[Resolução CNPCP nº 14, de 11 de novembro de 1994](#) Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil.

[Brasil. Lei n. 8.930, de 06 de setembro de 1994](#)

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

[Decreto n. 678, de 6 de novembro de 1992](#)

Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

[Brasil. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990](#)

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

[Brasil. Lei nº. 7.716, de 5 de janeiro de 1989](#)

Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

[Constituição Federal, art. 7º, XXX](#)

"Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil".

[Constituição Federal, art. 226 §7º](#)

"§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas".

[Constituição Federal art. 5, I](#)

"Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação"

[Constituição Federal, art. 227](#)

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão"

[Constituição Federal, art. 5, XLVIII](#)

"A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado".

[Constituição Federal, art. 226, §4º](#)

Entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

[Constituição Federal, art. 5, I](#)

"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição".

[Constituição Federal, art. 226 §8º](#)

"Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado".

[Constituição Federal, art. 7, XVIII](#)

"Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias".

[Constituição Federal, art. 226 §5º](#)

"Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher."

[Constituição Federal de 1988, parágrafo único, art. 7](#)

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.

[Decreto n. 95.247, de 17 de novembro de 1987](#)

Regulamenta a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o Vale Transporte, com a alteração da Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987.

[Brasil. Lei nº. 7.209, de 11 de julho de 1984](#)

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências.

[Brasil. Lei nº. 6.332, de 18 de maio de 1976](#)

Autoriza reajustamento adicional de benefícios previdenciários, nos casos que especifica, altera tetos de contribuição e dá nova redação a dispositivos da Lei nº 6.136, de 7 de novembro de 1974, que "inclui o salário-maternidade entre as prestações da Previdência Social".

[Brasil. Lei nº. 6.136, de 7 de novembro de 1974](#)

Inclui o salário-maternidade entre as prestações da Previdência Social.

[Decreto-Lei nº. 229, de 28 de fevereiro de 1967](#)

Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

[Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932](#)

Conquista do voto feminino.

[Brasil. Lei nº. 2.040, de 28 de setembro de 1871](#)

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação de escravos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Código de catalogação anglo-americano:** AACR. 2. ed, revisão 2002. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. 2v.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR6023:** informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR6029:** informação e documentação: livros e folhetos: apresentação. Rio de Janeiro, ABNT, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR6033:** ordem alfabética. Rio de Janeiro, ABNT, 1989.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Câmara dos Deputados.** Brasília, DF: CD, [2019]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 25 jan. 2023..

BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho (CGMNac-JT). Rede de Bibliotecas da Justiça do Trabalho (REBIJUTRA). **Bibliografia da história da Justiça do Trabalho:** edição comemorativa dos 80 anos de Justiça Social no Brasil. Brasília, DF: CSJT, 2021. 97 p. 1 recurso online. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/186014>. Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Presidência da República:** Planalto. Brasília, DF: PR, [2019]. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto>. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Senado Federal.** Brasília, DF: SF, [2019]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br>. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da (Região, 3ª). **Justiça do Trabalho:** Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG). Belo Horizonte: TRT3, [2018]. Disponível em: <https://portal.trt3.jus.br/internet>. Acesso em: 30 jan. 2023

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** 10. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [20--]. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2023..

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (Brasil). **Organização Internacional**

do Trabalho. Brasília, DF: OIT Brasília, [2020]. Disponível em:
<https://www.ilo.org/brasil/lang--pt/index.htm>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015, p. 1. Disponível em:
<https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória. **Catálogo de recursos bibliográficos: AACR2R em MARC21.** 4. ed. Brasília: Ed. do Autor, 2009.